

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS

AVA-GUARANI DE OCO'Y
IBIRAMA

MANGUEIRINHA
ARARIBÁ

GUARANI DE BRACUÍ
GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA
TENONDÉ PORÃ

NÚCLEOS REGIONAIS
SUL E SUDESTE



PROJETO GESTÃO
AMBIENTAL E
TERRITORIAL
INDÍGENA

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Artur Nobre Mendes

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
Walter Coutinho Jr.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS
Patricia Chagas Neves

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES
Janice Queiroz de Oliveira

UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO GATI

DIRETORA NACIONAL DO PROJETO - DPDS/FUNAI
Patricia Chagas Neves

COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Fernando de Luiz Brito Vianna

OFICIAL DE PROJETO DO PNUD
Rose Diegues

COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO - PNUD
Robert Pritchard Miller

COORDENADOR DE PGTA - PNUD
Ney José Brito Maciel

COORDENADORA FINANCEIRA DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho

ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS - CCGAM/FUNAI
Caio César de Sousa de Oliveira
Sofia Morgana Siqueira Meneses

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M115n

Macário, Dafran Gomes.
Núcleos Regionais Sul e Sudeste / Dafran Gomes Macário, Rosa
Elisa Villanueva. – Brasília (DF): IEB, 2016. - (A Experiência do
Projeto GATI em Terras Indígenas)
153 p. : 20,4 x 27,4 cm

ISBN 978-85-60443-44-4

1. Gestão territorial e ambiental. 2. Povos indígenas - Brasil.
I Villanueva, Rosa Elisa. II. Título. III. Série.

CDD-980.41



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO

Andreia Bavaresco - IEB

Marcela Menezes - IEB

Robert Miller - GATI

AUTORIA

Dafran Gomes Macário - GATI

Rosa Elisa Villanueva - GATI

REVISÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Andreza Andrade

Marina Villarinho - IEB

Ney Maciel - GATI

MAPAS

Romero Gomes - GATI

FOTOS

Arquivo Projeto GATI

Arquivo Funai

Colaboradores

ARTE

Nina Coimbra

EDITORAÇÃO

Demian Nery e Tiago Trigo (apoio)

O uso de imagens de indígenas das Áreas de Referência para fins de divulgação do Projeto GATI foi acordado nos Termos de Compromisso firmados com as comunidades participantes do Projeto, ao longo de processo de esclarecimento no qual foram estabelecidas as responsabilidades das partes.

foto-base da pagina anterior
Araucárias na TI Mangueirinha (2014)
©Andreza Andrade

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO | 4 |
| NÚCLEO REGIONAIS MATA ATLÂNTICA SUL E SUDESTE | 14 |
| TI AVA-GUARANI DE OCO'Y | 32 |
| TI IBIRAMA | 42 |
| TI MANGUEIRINHA | 58 |
| TI ARARIBÁ | 82 |
| TI GUARANI DE BRACUÍ | 98 |
| TI GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA | 122 |
| TI TENONDÉ PORÃ | 138 |

APRESENTAÇÃO



O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) é fruto da reivindicação do movimento indígena para que as políticas públicas reconhecessem o importante papel das Terras Indígenas (TIs) na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade brasileira. O Projeto foi implementado entre os anos de 2010 e 2016 em 32 Terras Indígenas distribuídas em todo o território nacional. Foram realizadas ações voltadas à gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas em temáticas que variaram desde a recuperação de áreas degradadas, segurança alimentar, agroecologia, formação para gestão territorial indígena, governança e participação indígena e construção de instrumentos participativos de planejamento do uso dos recursos naturais das Terras Indígenas.

As temáticas ambientais e o movimento indígena iniciam uma aproximação na ECO-92, importante reunião que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para discutir o futuro do meio ambiente em todo o mundo. Vários representantes indígenas participaram desse encontro e começaram a acompanhar e participar das discussões sobre meio ambiente e biodiversidade. Em 2002, dez anos depois da ECO-92, o governo brasileiro elaborou a Política Nacional da Biodiversidade - PNB. Os povos indígenas brasileiros participaram ativamente da elaboração dessa política por meio de seus movimentos e associações. Foi um marco importante para os povos indígenas que a partir daí incorporaram a agenda ambiental em suas pautas e lutas. Nesse momento o movimento indígena brasileiro começa a participar de forma mais ativa na elaboração e no acompanhamento das políticas ambientais brasileiras. Também em 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), junto com representantes indígenas, elaboram o Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas.

Plenária do evento de consulta do Projeto GATI, realizado em Itamaracá - PE (2008)



Em 2004, em outro importante encontro, a 7ª Conferência das Partes (COP/CDB)¹, o Brasil se comprometeu a implementar um programa de trabalho sobre áreas protegidas. Esse programa teve entre seus objetivos reconhecer o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza e também a necessidade de apoio financeiro para as práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais desenvolvidos pelos povos indígenas. Após esse acordo o MMA elaborou o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) que envolve também as Terras Indígenas.

Nesse período, o movimento indígena demanda do governo um projeto mais abrangente para as Terras Indígenas brasileiras. A reivindicação era que se elaborasse um projeto que atendesse aos desejos dos povos indígenas e aos compromissos assumidos pelo governo em suas políticas ambientais. Em 2003 e 2004 diversas lideranças indígenas articularam com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o apoio para elaborar um projeto de proteção e apoio a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. Em 2005 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no Ministério do Meio Ambiente, formado por indígenas, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O objetivo do grupo de trabalho foi elaborar uma proposta de projeto para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, o Global Environment Facility (GEF). Naquela época, o Brasil já contava com financiamento do GEF para projetos em vários biomas, mas nada específico para Terras Indígenas.

Em 2008, com as principais ideias e a estrutura de um projeto formulados, foram realizadas cinco consultas regionais aos povos indígenas. Foi nessas consultas, que tiveram participação ativa dos indígenas das regiões, que se chegou à proposta final do projeto. Essa proposta foi encaminhada ao GEF em maio de 2009 e foi aprovada em agosto do mesmo ano. As consultas regionais também definiram as “reas de Referência”, que são Terras Indígenas distribuídas nos cinco biomas florestais brasileiros e onde o projeto focaria suas ações.

¹ As Conferências das Partes, mais conhecidas como COPs/CDB, atualmente acontecem a cada dois anos em diferentes países, para discutir os encaminhamentos, pesquisas e discussões que acontecem em todo o mundo sobre as questões ambientais. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. Foi estabelecida durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 – e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema. Mais de 160 países já assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993.





No final dos trabalhos do GT, foi acordado um projeto com o objetivo geral de:

promover a contribuição das TIs como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortalecendo as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, e promovendo também o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs, fomentando assim a proteção e a segurança dos meios de vida desses povos.

O projeto foi desenhado para atuar em nível nacional, regional e local, por meio de três linhas gerais, ou resultados, que são:

- *Resultado 1: Mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais desenvolvidos.*
- *Resultado 2: Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinada à conservação ambiental em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos e organizações indígenas.*
- *Resultado 3: Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais.*

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO GATI

Iniciando suas ações em 2010, o Projeto foi executado pela Funai em parceria com organizações indígenas regionais, Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e GEF.

AS INSTÂNCIAS DE PROTAGONISMO E GOVERNANÇA INDÍGENA NO PROJETO GATI

Uma das marcas do Projeto GATI foi a participação indígena. Desde o início de sua elaboração, até a sua implementação, a participação indígena foi incentivada e apoiada. As visões dos povos indígenas sobre a gestão de suas terras, em todos os aspectos, desde a questão social à questão econômica, foram discutidas amplamente pelos participantes indígenas do Projeto.

O processo de implementação do Projeto GATI abrangeu vários momentos de consulta e debate com representantes das organizações indígenas e das Áreas de Referência, desde o Seminário Nacional (em Dezembro de 2010), os Seminários Regionais, realizados no primeiro semestre de 2011 e, posteriormente, as reuniões de esclarecimento nas TIs.

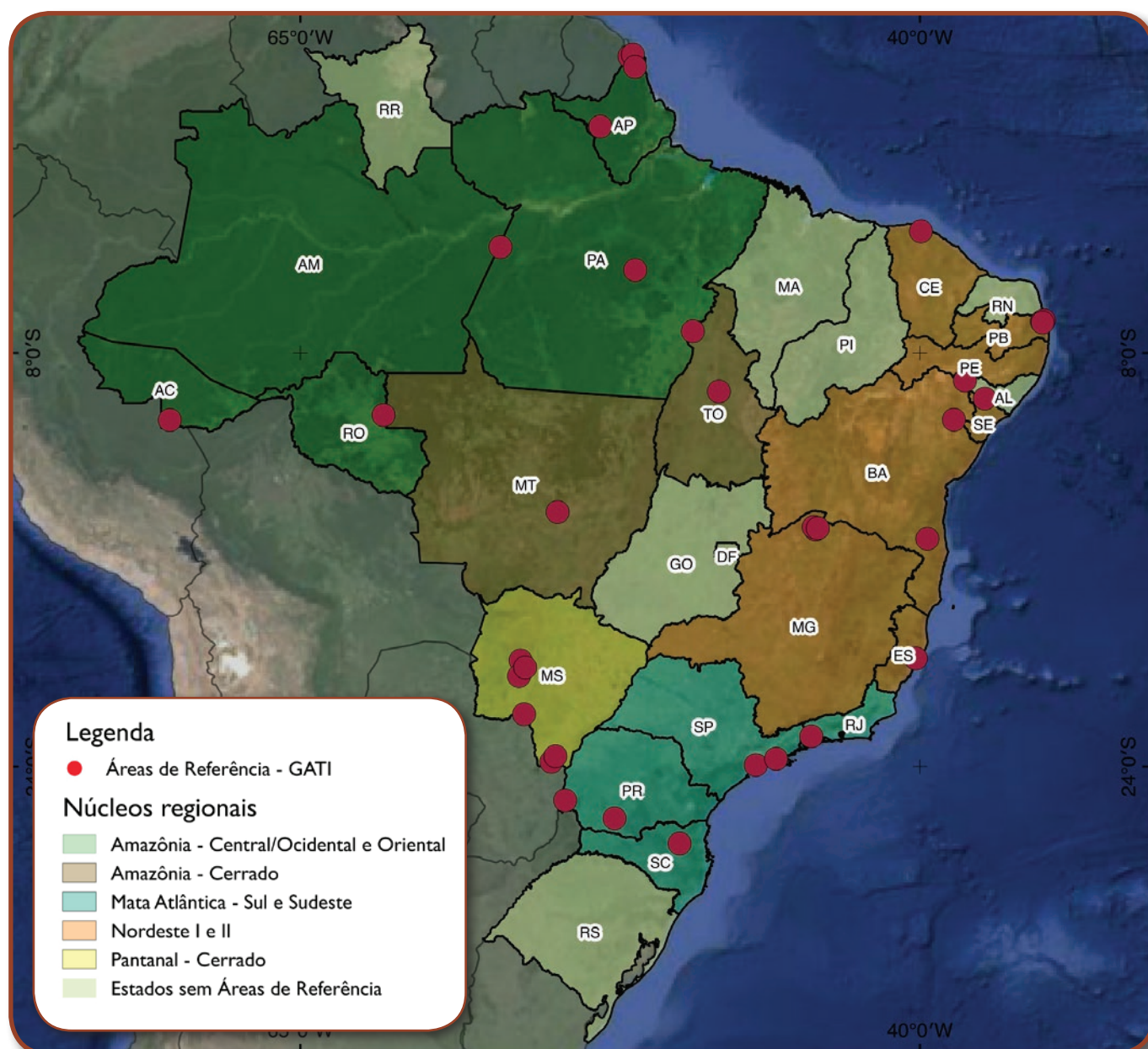
Dentro de sua estrutura, o Projeto contou com várias instâncias de participação indígena na tomada de decisões e monitoramento, começando por seu Comitê Diretor, com composição paritária, sendo dividido igualmente entre representantes das organizações indígenas que participaram da elaboração do Projeto GATI e de governo (Funai, MMA e ICMBio).

Em nível regional, o Projeto criou Conselhos Regionais, também paritários, que juntaram representantes das Áreas de Referência, Funai e ICMBio local e regional, e instituições parceiras. Para facilitar a implementação do Projeto, as Áreas de Referência foram organizadas em oito Núcleos Regionais:

AMAZÔNIA CENTRAL/OCIDENTAL
AMAZÔNIA/CERRADO
AMAZÔNIA ORIENTAL
MATA ATLÂNTICA SUDESTE
MATA ATLÂNTICA SUL
NORDESTE 1
NORDESTE 2
PANTANAL/CERRADO

SOBRE A COLEÇÃO "A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS"

Núcleos Regionais
do Projeto GATI



A coleção “A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas” reúne informações sobre as experiências de gestão territorial e ambiental indígena apoiadas pelo Projeto GATI nas 32 TIs ao longo dos seus 5 anos de implementação. Essas publicações buscam mostrar um pouco da riqueza e diversidade de jeitos de fazer gestão territorial e ambiental indígenas em temáticas variadas, como manejo de recursos naturais, atividades econômicas sustentáveis, proteção territorial, segurança alimentar, educação ambiental e muito mais.

Os saberes e conhecimentos indígenas são a base da gestão territorial indígena e são componentes essenciais para a contribuição das TIs à conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros. A Coleção também busca dialogar com os enormes desafios que envolvem a gestão das TIs na atualidade e indica ações que são necessárias reforçar e ou apoiar para que a gestão territorial indígena promovida pelos povos indígenas envolvidos no Projeto GATI se desenvolva.

Cada capítulo do livro traz a experiência de uma Terra Indígena, contando um pouco da história daquele território, do seu povo e principalmente das ações que o Projeto GATI apoiou. Por fim, apresentamos os indicativos de gestão ou os próximos passos, que são as ações que ainda precisam ser desenvolvidas para consolidar a gestão territorial e ambiental dessas Terras Indígenas.

Esta Coleção foi elaborada a partir das informações contidas nos relatórios produzidos pelos vários consultores contratados pelo Projeto GATI para trabalhar nas TIs e que compõem o acervo do Projeto GATI. Foram também usadas informações de pesquisadores que já trabalharam junto a esses povos, depoimentos de indígenas que estiveram envolvidos na implementação do Projeto, os projetos elaborados pelas associações indígenas e os documentos base do Projeto GATI. É um resumo de tudo o que foi realizado nas Áreas de Referência pelo Projeto, em parceria com os povos indígenas, ao longo desses anos.

Esta Coleção de publicações complementa a outra série temática sobre o Projeto GATI. Formação, Participação Indígena, Gestão, Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental e Agroecologia são os temas tratados na série **“Projeto GATI - 2010-2016: balanço de uma experiência em escala nacional de apoio à gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas”**.

Esperamos que a Coleção ajude a divulgar as ações de gestão territorial e ambiental que já são praticadas pelos povos indígenas há muito tempo, mas que precisam de apoios e parcerias, como promovido pelo Projeto GATI, para que continuem e cresçam.

Esses materiais foram elaborados para que as comunidades indígenas possam conhecer e conversar sobre essas informações, planejarem futuras ações, para que professores e professoras utilizem nas escolas, para que as lideranças e as comunidades em geral possam reivindicar seus direitos e buscar subsídios para darem continuidade a suas ações de gestão territorial indígena.



Jovem Guarani trabalhando na
implantação de agrofloresta na aldeia
Sapukai, TI Guarani do Bracuí (2015)



NÚCLEOS REGIONAIS

MATA ATLÂNTICA
SUL E SUDESTE



INTRODUÇÃO

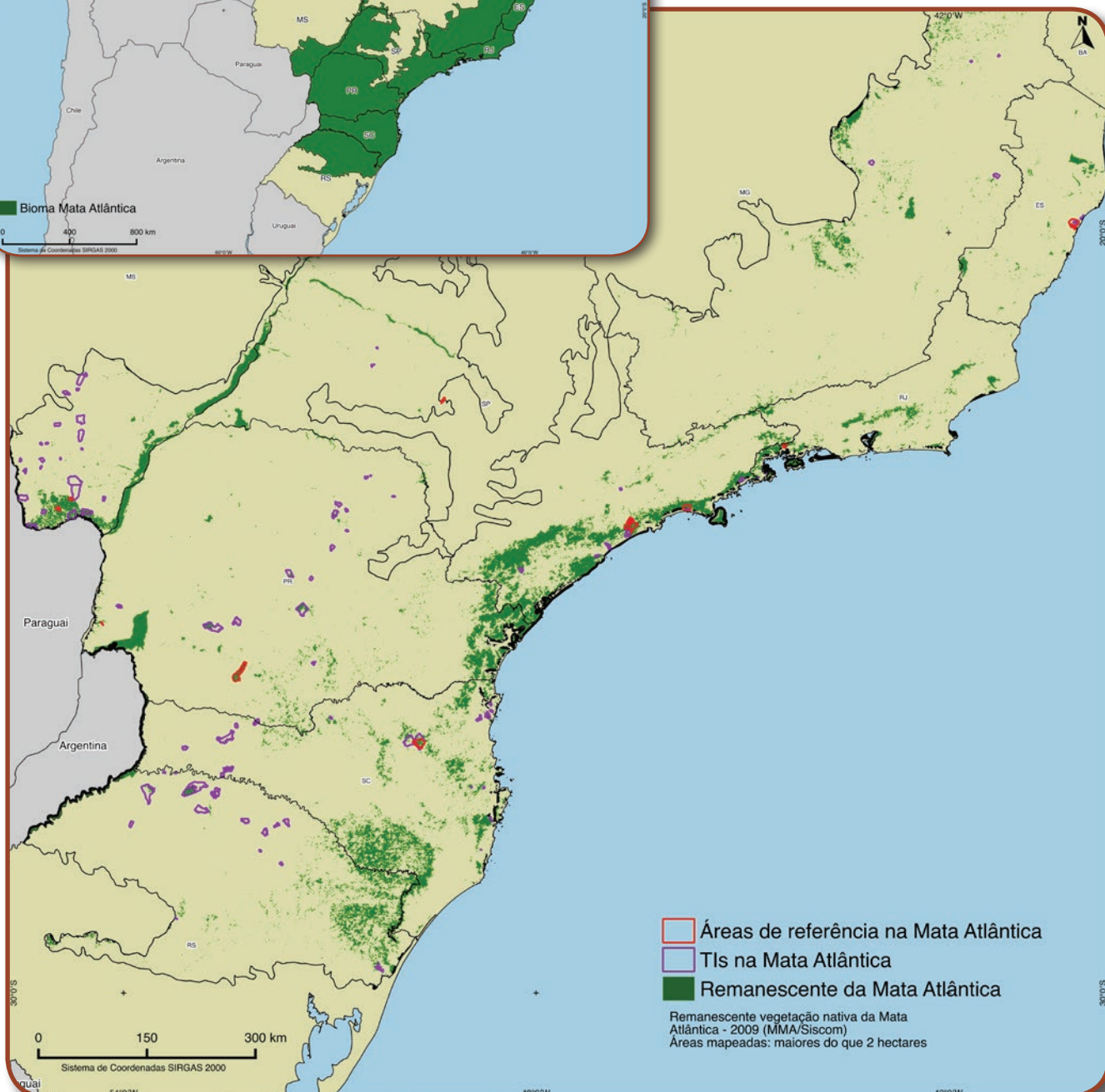
As florestas do Bioma Mata Atlântica originalmente cobriam mais de 1.300.000 km², distribuídos entre 17 estados do território brasileiro. Hoje, porém, o que restou de vegetação nativa deste bioma está reduzido a cerca de 22% de sua cobertura inicial. Da floresta original, apenas cerca de 7% está bem conservada em fragmentos acima de 100 hectares, enquanto outros locais encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies ameaçadas de extinção. Essa riqueza é maior que a de alguns continentes (17.000 espécies na América do Norte e 12.500 na Europa) e por isso a região da Mata Atlântica é muito importante para a conservação da biodiversidade mundial. Em relação aos animais, os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes².

2 Informações disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>



Área de distribuição original do biomio Mata Atlântica

Áreas remanescentes de vegetação nativa do biomio Mata Atlântica em 2009



As áreas que ainda possuem Mata Atlântica, principalmente as regiões mais acidentadas, também se destacam por conta de sua importância na produção de água, pois as nascentes e as bacias hidrográficas menores contribuem para o abastecimento de muitas cidades da região Sul-Sudeste.

A Mata Atlântica tem sofrido uma pressão contínua, desde a intensificação da ocupação de colonizadores portugueses, a partir do século 16, que partiram do litoral para ocupar o interior, e, depois, das levas de migração vindas de outros países europeus, que também buscaram terras para ocupar. Nas últimas décadas, as porções mais conservadas da Mata Atlântica, especialmente no litoral, tem sido alvo da especulação imobiliária, principalmente para atender aos moradores dos grandes centros urbanos que buscam turismo e lazer.

Por conta dessas pressões, foi promulgada em 2006 a Lei 11.428 que trata da conservação, proteção, regeneração e utilização do Bioma Mata Atlântica, reconhecendo este como patrimônio nacional. Dessa forma, a cobertura de áreas protegidas na Mata Atlântica avançou expressivamente ao longo dos últimos anos, por meio de regeneração natural e replantio de espécies, com a contribuição dos governos federal, estaduais e mais recentemente dos governos municipais, e também da iniciativa privada. No entanto, continuam as pressões e impactos ambientais e as iniciativas de restauração são muito menores do que é necessário para recuperar ambientes e manter os recursos hídricos.

Paisagem na TI Mangueirinha (2014)



Mesmo neste cenário de muitas pressões, diversos povos indígenas que vivem neste Bioma conseguiram sobreviver, sendo que o relato do processo de formação e consolidação dos seus territórios é uma história de luta e resistência. Todos compartilham um passado de esbulho territorial e de recursos ambientais, que passaram por diversos ciclos de exploração, muitas vezes acompanhados de conflitos envolvendo muitos episódios de violência. Em algumas situações, a exploração foi empreendida pelo próprio Estado brasileiro, não considerando a presença indígena e incentivando a colonização desses territórios pelos imigrantes de origem europeia.

Mas a resistência dos povos indígenas e o processo de identificação e demarcação de TIs permitiu que mantivessem suas práticas culturais, cuja expressão maior está na língua, pois praticamente todos falam seus idiomas tradicionais, além do português. Da mesma forma, seguem praticando seus rituais de cura, resguardo e demais manifestações culturais. A agricultura, mesmo quando não é a principal fonte de subsistência, também se manteve importante. Cada povo valoriza e pratica sua agrobiodiversidade, mesmo quando há inserção de técnicas não indígenas.

A seguir, contaremos como o Projeto GATI iniciou suas atividades nos Núcleos Regionais da Mata Atlântica Sul e Sudeste. E perante esse contexto regional e as demandas indígenas, apresentaremos como o Projeto direcionou seu foco para apoiar principalmente as diversas ações em curso de recuperação ambiental, como condição básica para a discussão da gestão ambiental e territorial indígena.

Juntamos aqui os dois Núcleos do Projeto GATI na Mata Atlântica – Sul e Sudeste - em um único volume, por conta das semelhanças ambientais e do contexto étnico. Das sete Terras Indígenas que são as Áreas de Referência do Projeto nestes Núcleos, quatro delas são habitadas exclusivamente pelos Guarani, e este povo ainda está presente, em menor número, nas outras três TIs, compartilhando o território com os povos Kaingang, Xokleng e Terena.

HISTÓRICO DO GATI NOS NÚCLEOS MATA ATLÂNTICA SUL E MATA ATLÂNTICA SUDESTE

AS CONSULTAS REGIONAIS

Dentre as cinco consultas regionais aos povos indígenas realizadas em 2008, com o objetivo de embasar a elaboração da proposta para o GEF, uma consulta foi realizada em Curitiba (PR) nos dias 19 a 21 de setembro, apoiada pela ARPINSUL - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas da Região Sul e em parceria com a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA). Na reunião,

estavam presentes 9 membros da etnia Kaingang, 10 da etnia Guarani, 6 da etnia Xoklég e 7 da etnia Xetá. Além dos indígenas, estavam presentes também representantes de órgãos de governo, universidades e ONGs.

A consulta regional às lideranças indígenas do Rio de Janeiro e São Paulo foi realizada nos dias 07 a 10 de outubro de 2008, em Parelheiros/SP. A articulação para a realização dessa reunião foi feita pelo Conselho Indígena de São Paulo, em parceria com a Administração Executiva Regional da FUNAI de Bauru e com a CGPIMA/FUNAI.

Na reunião, estavam presentes cerca de 30 lideranças indígenas, membros das etnias Guarani (Mbyá, Nhandeva e Ava ou Tupi Guarani), Terena e Krenak. Além dos representantes indígenas, estavam presentes também funcionários da Funai, representantes indígenas e não indígenas do Conselho Indígena de São Paulo e organizações indígenas locais.

Esta consulta também demonstrou o interesse e consenso acerca da criação de uma organização indígena regional, aos moldes da ARPINSUL. Após um ano, em 15 de outubro de 2009, aconteceu a Assembleia Geral de fundação da ARPINSUDESTE.



O SEMINÁRIO REGIONAL

Em 2011, foram realizados cinco seminários regionais para dar início à implementação do Projeto em bases locais. No caso da região Sul e Sudeste, o seminário regional aconteceu em fevereiro de 2011, em Curitiba/PR, e contou com representantes das TIs indicadas nas consultas de 2008. Neste seminário foi consensual que a região, inicialmente prevista para ser atendida por um Núcleo Regional, era muito extensa, sendo sugerido, portanto, sua divisão em dois núcleos, sendo estes Mata Atlântica Sul e Mata Atlântica Sudeste. Esta proposta de divisão também reconheceu a existência de duas organizações indígenas regionais (ARPINSUL e ARPINSUDESTE), além do fato das TIs estarem sob a jurisdição de diferentes Coordenações Regionais (CRs) da Funai: a CR Litoral Sul, a CR Interior Sul e a CR Litoral Sudeste. Esta recomendação foi acatada pelo Comitê Diretor do Projeto.

A IMPLEMENTAÇÃO LOCAL

Após esta definição do número de Núcleos Regionais e sua respectiva abrangência, foram contratados os consultores para implementar as ações regionais e locais do Projeto GATI. As consultorias foram fundamentais para desenvolver as ações do Projeto GATI nessas regiões, mantendo consonância entre as atividades em campo e a gestão do Projeto em Brasília, por meio da Unidade de Gestão do Projeto – UGP, na Funai-Sede, dos Conselhos Regionais e Comitê Diretor do Projeto. Estes consultores desenvolveram uma variedade de atividades nas Áreas de Referência, desde as reuniões iniciais de esclarecimento com as comunidades, até intercâmbios, cursos e oficinas, entre outras ações, em estreita colaboração com as Coordenações Regionais (CRs) da Funai, ARPINSUL, ARPINSUDESTE e outros parceiros institucionais. Os consultores atuaram entre 2012 e 2015 e em 2016 colaboraram com algumas atividades ainda curso, até o encerramento do Projeto em julho do mesmo ano.

Como consultora do Projeto GATI para o Núcleo Regional Mata Atlântica Sul foi contratada a bióloga Rosa Elisa Villanueva. Ela trabalhou com as Áreas de Referência:

- TI Ava Guarani do Oco'y (PR), TI Ibirama (SC) e TI Mangueirinha (PR)

E para atender o Núcleo Regional Mata Atlântica Sudeste foi contratado o biólogo Dafran Gomes Macário. Ele trabalhou com as Áreas de Referência:

- TI Araribá (SP), TI Guarani do Bracuí (RJ), TI Guarani do Ribeirão Silveira (SP) e TI Tenondé-Porã (SP)

Embora os dois Núcleos desenvolvessem atividades distintas, tiveram em comum a participação conjunta em intercâmbios e na discussão sobre os centros de formação indígena.

Representantes de algumas TIs dos dois núcleos também participaram do curso “Formação Continuada em PNGATI”, cujos módulos foram realizados na Academia Brasileira de Biodiversidade-Acadebio, na Floresta Nacional de Ipanema, Iperó-SP. Essas atividades serão discutidas em mais detalhe, adiante.

ATUAÇÃO DO GATI NOS NÚCLEOS MATA ATLÂNTICA SUL E MATA ATLÂNTICA SUDESTE

NÚCLEO MATA ATLÂNTICA SUL

O Núcleo Regional Mata Atlântica Sul é formado por três Terras Indígenas, sendo que duas delas se encontram no estado do Paraná, as TI Ava-Guarani de Oco'y e TI Mangueirinha, e uma no estado de Santa Catarina, a TI Ibirama. Juntas elas somam uma população indígena de 4.352 pessoas, pertencentes aos grupos Kaingang, Guarani Mbya, Guarani Ñandeva e Xokleng. Mangueirinha e Ava-Guarani de Oco'y estão vinculadas à Coordenação Regional da Funai Interior Sul (em Chapecó) e suas CTLs Guáíra e Nova Laranjeiras, respectivamente. A TI Ibirama é vinculada à Coordenação Regional Litoral Sul (em São José, na área metropolitana de Florianópolis-SC) e sua CTL José Boiteux.

Das três, a TI Mangueirinha é que possui maior área de mata nativa, onde a araucária se faz presente junto com espécies como guapuruvu, cedro, erva mate, samambaia açu, taquara, dentre outras. As outras duas TIs estão em diferentes estágios de degradação ambiental. Uma delas é a Ava-Guarani de Oco'y, que teve praticamente toda sua área tradicional alagada pela barragem de Itaipu. A outra é a TI Ibirama, que mesmo com uma pouca extensão de área verde, sofre com os constantes alagamentos por conta da construção da Barragem Norte de contenção das águas do rio Hercílio, no Vale do Itajaí.

HISTÓRICO DO GATI NO NÚCLEO REGIONAL MATA ATLÂNTICA SUL

As ações desenvolvidas pelo Projeto GATI nas três Terras Indígenas que compõem o Núcleo Regional Mata Atlântica Sul tiveram início em 2012 com a contratação da consultora Rosa Elisa Villanueva, que acompanhou e articulou a implementação do GATI na região. Ao longo do primeiro semestre de 2012, a consultora realizou reuniões de esclarecimento nas TIs, levantamento das principais demandas e assinatura de termo de compromisso entre as comunidades e o Projeto GATI. Desses encontros também saíram os indicados para compor o Conselho Regional do Núcleo.

A reunião de instalação do Conselho teve a participação de indígenas das TI Ibirama, Mangueirinha e Ava-Guarani do Oco'y, ARPINSUL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Centro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio³), UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), Cimi (Conselho Indígena Missionário), Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e Itaipu Binacional.

Os conselheiros empossados foram:

- TI Ibirama: José Cuzugn Ndili Xokleng e Cintia Núbia Moraes Xokleng (titulares); e Copacãm Tschucambang Xokleng e Domingos Hugo de Oliveira Guarani (suplentes).
- TI Mangueirinha: Gilberto Maciel Barbosa Kaingang e Luiz Papa Mirim Volantim Guarani (titulares); e Julinho Rodrigues Kaingang e José de Quadros Guarani (suplentes).
- TI Ava-Guarani de Oco'y: Luiz Mbaraka Miri Martines Guarani (titular) e Daniel Maracá Lopes Guarani (suplente).
- ARPINSUL: Rildo Mendes (titular) e Mario Karai (suplente).
- Funai: João Maurício Assumpção, Ricardos de Campos Leining, Antonio Izomar Marini e Diogo de Oliveira (titulares); e Orivaldo Nunes Jr, Fernanda Cerqueira, José Renato Borges Padilha e Adir Carlos Veloso (suplentes).
- ICMBio: Daniel Penteado (titular).
- CNPT: Iara Vasco Ferreira (titular).

Nessa ocasião, os conselheiros levantaram demandas específicas para suas Terras Indígenas, que compuseram o plano de ação com as seguintes linhas:

- Formação de Agentes Ambientais Indígenas;
- Implementação dos Centros de Formação Indígena;
- Capacitação de servidores e indígenas em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI);
- Cadeias de valor;
- Agrofloresta e recuperação de áreas degradadas;
- Produção agroecologia e agrobiodiversidade;
- Monitoramento e proteção territorial;
- Rede de experiências por meio de intercâmbios.

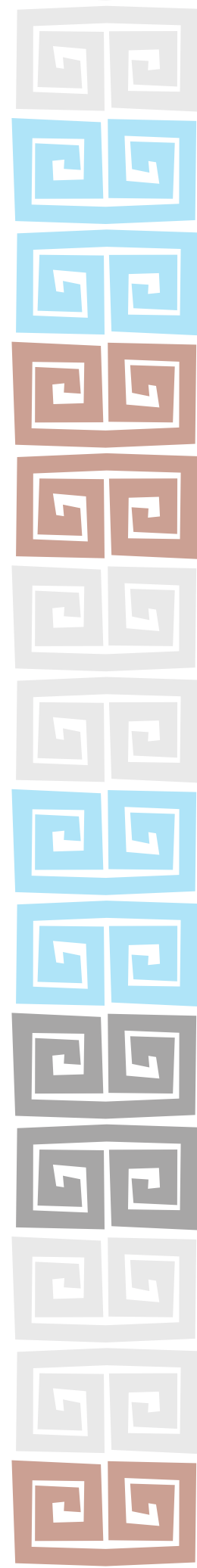
³ Hoje o CNPT é o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais

A implementação do plano de ação envolveu uma série de atividades estruturantes que buscaram fortalecer iniciativas em curso e/ou começar novas ações, sempre valorizando o conhecimento, a diversidade dos povos e suas realidades. Dessa forma, foi fundamental o estabelecimento de uma rede de parceiros que pudessem contribuir com as atividades planejadas nas TIs e/ou que tivessem iniciativas em andamento relacionadas com os objetivos do GATI. Sendo assim, pode-se dizer que o principal parceiro na implementação do Projeto foi a própria Funai, com suas Coordenações Gerais, Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais, que desde o início acompanharam a realização das ações e executaram junto com o GATI e indígenas o plano de ação estabelecido. Outras parcerias também foram estabelecidas com as universidades, tais como a Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto Federal do Paraná. As próprias associações indígenas também foram parceiras indispensáveis, como foi o caso da APROINMA (Associação dos Produtores Indígenas de Manguueirinha) e de associações de agricultores familiares, tal como a Associação de Produtores e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguaçu (APROSMI), além de outros exemplos.

As particularidades de cada TI, as questões relacionadas a problemas ambientais e das ações e iniciativas que os povos indígenas vem desenvolvendo como respostas serão tratadas mais adiante, nos capítulos específicos.

NÚCLEO MATA ATLÂNTICA SUDESTE

Com a contratação do consultor Dafran Gomes Macário foi dado início à implementação local do Projeto GATI nas Áreas de Referência do Núcleo, começando com a realização de reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto. Durante essas reuniões, as comunidades escolheram seus representantes para participar do Conselho Regional do Núcleo. A instalação do Conselho aconteceu nos dias 7 e 8 de novembro de 2012, em Itanhaém (SP) e contou com a presença de representantes das Áreas de Referência da região Sudeste, da ARPINSUDESTE, da UGP Projeto GATI, da Coordenação Regional da Funai Litoral Sudeste e suas Coordenações Técnicas Locais, do Instituto de Meio Ambiente Indígena (IDMAI) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) Regional de Santos (SP).



Os conselheiros empossados foram:

- TI Araribá: Antônio Lulu e Mauricio de Camilo (titulares); Vanderson Lourenço e Richard Camilo (suplentes);
- TI Guarani do Bracuí: Lucas Benite Xunu Miri e Júlio Garcia Karai (titulares); Celso Benite e Gonsalino da Silva (suplentes);
- TI Tenondé Porã: Artênio Tupã e Manoel da Silva Wera (titulares); Vicente Pires de Lima e Marcos Tupã (suplentes);
- TI Ribeirão Silveira: Adolfo Timóteo e Mauro Samuel dos Santos (titulares); Vando dos Santos e Sergio Macena (suplentes).
- ARPINSUDESTE: Timóteo da Silva Vera Popygua (titular) e Mario Camilo (suplente);
- Instituto de Defesa do Meio Ambiente Indígena (IDMAI)-instituição convidada: Júlio Cesar Pio;
- CR Litoral Sudeste: Amaury Viveira e Rodrigo Thurler Nacif (titulares); Marcos Cantuaria dos Santos e Milena Andrea Curitiba Pillar (suplentes);
- CTL Bauru: Emílio Pereira Barbosa (titular) e Henrique Sérgio Büger (suplente);
- CTL Paraty: Cristino Aparecido Cabreira Machado (titular) e Marcos Siqueira de Almeida (suplente);
- CTL São Paulo: Marcio José Alvim do Nascimento e Maíra Bueno Pinheiro (titulares) e Cristina dos Santos Salvador Alves e Maria Lúcia Brant Carvalho (suplentes).
- Quatro vagas para o MMA, sendo 2 para Ibama e 2 para o ICMBio.
- Instituições parceiras: CTI, CPI/SP, CATI, SVMA, UFSCar, Museu do Índio, Emater-RJ e Prefeituras de Bertoga (SP), Angra dos Reis (RJ), Avaí (SP).

Nessa ocasião, os conselheiros levantaram demandas específicas, compondo um plano de ação do Projeto GATI para atuar nas TIs. O plano teve as seguintes linhas:

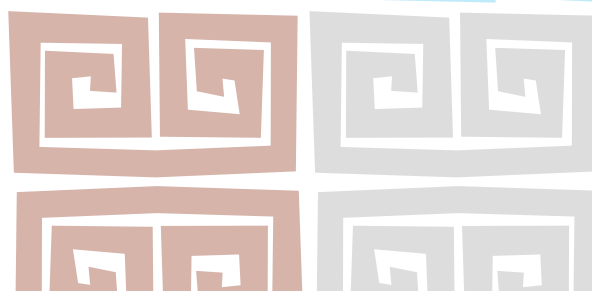
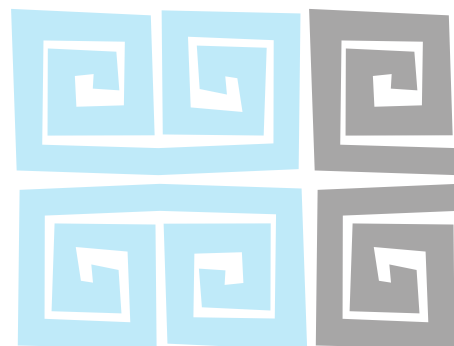
1. capacitação, formação e participação em encontros e intercâmbios;
2. recuperação de áreas degradadas/produção de mudas;
3. apoio e implantação de sistemas agroflorestais;
4. elaboração de etnomapeamentos;
5. capacitação de representantes indígenas para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).



Membros do Conselho e Funai na instalação do Conselho Regional do Núcleo Mata Atlântica Sudeste, em Itanhaém-SP (2010)

A segunda reunião foi de caráter extraordinário e aconteceu no dia 08 de agosto de 2013, no escritório da Coordenação Técnica Local da Funai (CTL São Paulo). Teve como intuito avaliar e planejar ações em curso do Projeto GATI no Sudeste, avaliar a articulação das organizações indígenas e de seus representantes na região e encaminhar a organização do Curso PNGATI para o Sudeste e Sul; o seminário para elaboração de uma proposta para Centros de Formação para as regiões Sudeste e Sul e oficinas temáticas para reorganização do Conselho Regional do GATI/Sudeste.

Os consultores fizeram um grande esforço para que as ações planejadas pelos Conselhos fossem atendidas em diversos níveis, ou por iniciativas do próprio Projeto, ou em articulação com instituições parceiras. Os detalhes das ações realizadas serão abordados nos capítulos com os relatos da atuação do GATI em cada TI. Entretanto, há alguns temas de abrangência regional que serão tratados a seguir, antes dos relatos das TIs, tal como o tema “Centro de Formação Indígena” e o Curso “Formação Continuada em PNGATI”.



FORMAÇÃO INDÍGENA

A discussão sobre um “Centro de Formação Indígena” esteve presente desde os primórdios do Projeto GATI como uma demanda da região Sul/Sudeste. Assim, para desenvolver ações dentro deste tema, o Projeto contratou a consultoria do antropólogo Ledson Kurtz Almeida, que entre suas primeiras ações promoveu um intercâmbio a centros de formação indígena na Amazônia. Os centros visitados foram: Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), na TI Raposa Serra do Sol (Roraima) e o Centro de Formação dos Povos da Floresta, Rio Branco (Acre). Este intercâmbio foi realizado no período de 15 a 25 de maio de 2013, com o total de 20 participantes, entre representantes indígenas, servidores da Funai e consultores regionais do GATI.

Na sequência, para debater os temas referentes à formação com um grupo mais amplo, foi realizado um seminário entre 29 e 31/10/2013, em Florianópolis. O seminário contou com a presença de 77 pessoas, entre indígenas (42 indígenas, das etnias Guarani, Kaingang, Terena e Xokleng), convidados pertencentes a instituições parceiras (CTI, CPI/SP, SEE/SP, ARPINSUL, SC RURAL, IEB); consultores do Projeto GATI, instituições de ensino superior (UFF e UFSC), e órgãos estaduais (CATI/SP EMATER/RS, SEE/RS e Secretaria da Agricultura/RS).

Entre os resultados deste seminário destacam-se os seguintes pontos de maior relevância:

- A ARPINSUL apresentou a proposta de trabalhar processos de formação em um local situado em Curitiba, onde já funciona o Planetário Guarani;
- Os representantes Guarani do Rio de Janeiro e São Paulo indicaram a necessidade de realizar mais discussões sobre o assunto de formação, junto às lideranças das comunidades destes estados;
- Os Xokleng de Santa Catarina participam ou participaram de várias iniciativas de formação, como as ações com a UFSC (licenciatura intercultural) e com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2014, o consultor Ledson realizou reuniões na Funai Sede (Brasília) com a presença dos consultores regionais do GATI, representantes da CGGAM/Funai e técnicos da Unidade de Gestão do Projeto GATI para discutir as demandas de formação na região Sul/Sudeste no âmbito do Projeto GATI. Considerando as informações colhidas até aquele momento, o grupo considerou que qualquer proposta de formação deveria ser baseada nas seguintes premissas:

- Reconhece e respeita e as especificidades étnicas e regionais;
- É descentralizado e modular;
- É construído e implementado junto com parceiros diferentes, conforme as potencialidades de cada região;
- Privilegia o conceito de “programas de formação”.

Embora o Projeto GATI tenha feito um investimento significativo de tempo e recursos nas discussões sobre centros de formação para a região Sul/Sudeste, a sua expectativa era, a partir de uma metodologia participativa, apoiar as organizações indígenas regionais para se apropriarem das possíveis ações, em articulação com parceiros. A demanda por um espaço para a formação política de lideranças indígenas na região acabou sendo suprida, pelo menos em parte, pelo Curso “Formação Continuada em PNGATI”, que será discutido a seguir. E o tema mais geral da formação indígena acabou sendo retomado no “Seminário de Formação em Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas”, realizado em maio de 2016, em Brasília. Esse seminário discutiu processos, conceitos e mecanismos de formação de uma forma mais ampla, a partir de experiências em todas as regiões do Brasil.

CURSO “FORMAÇÃO CONTINUADA EM PNGATI”

O Projeto GATI contribuiu na formatação e execução do Curso Básico de Formação em PNGATI (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas) para gestores e indígenas dos Biomas Mata Atlântica Sudeste e Sul. O curso aconteceu entre 2013 e 2014 na Academia Nacional da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), localizado na Floresta Nacional de Ipanema, em Iperó (SP).

O curso representou um marco importante para as áreas de referência do Projeto GATI nos dois núcleos, sendo que participaram diversos gestores públicos (17) e representantes indígenas (20), assim divididos:

Gestores Públicos: 17 vagas:

CR Litoral Sul/FUNAI

João Paulo de Araújo Severo/CTL Joinville;
Luis Filipe Trois Bueno e Silva/CTL Porto Alegre;

CR Litoral Sudeste/FUNAI

Rita Mello Magalhães/CTL Registro;
Maíra Bueno Pinheiro/CTL São Paulo;

CR Passo Fundo/FUNAI

Marcela Meneghetti Baptista/CR Passo Fundo;
Mauro Leno Silvestrin/CTL Nonoai;

CR Interior Sul/FUNAI

Alvaci Salles Ribeiro e José Renato de Castro Cesar (substituído);

CR9/ICMBio

Karina Ferreira De Barros - FLONA Pirai do Sul/ PR – ICMBio
Daniel Guimaraes Bolsonaro Penteado – CR Florianópolis;

CR8/ICMBio

Olivar Jose Salles Bendelak;

1 vaga MMA

EPAGRI- SC

Leonir Claudino Lanznaster

CATI-SP

Moisés Magalhães Junior

1 vaga EMATER- PR

EMATER- RS

Márcia Barboza Breitenbach - Pedagoga - Escritório de Ijuí (RS)

1 vaga OEMA (Órgão Estadual de Meio Ambiente)

Gestores Indígenas: 20 vagas:

Rio de Janeiro

Cláudio da Silva – (TI Guarani do Bracuí);

São Paulo

Fábio da Costa Ramos (TI Tenondé Porã);

Luis Carlos Biguai (substituído por Jurandir - TI Jaraguá);

Janílson dos Santos (TI Guarani do Ribeirão Silveira);

Eliandro Sebastião (TI Araribá);

Eusébio (Ava-Guarani)

Paraná

Reginaldo Aparecido Alves (Guarani Nhandewa) - Londrina

Diana Nascimento (Kaingang) - Curitiba

Mario Tupã Renda Lopes (Ava Guarani) - Foz do Iguaçu

Cristiano Cesar Luiz dos Santos (Kaingang) - Curitiba

Santa Catarina

Mario Karai Moreira (Guarani Mbya) - Florianópolis

Cintia Nubia Moraes (Xokleng) – Navegantes

Anania Cuzugn Clendo – (TI Laklãnõ);

Mauricio da Silva Gonçalves (Guarani Mbya);

Rio Grande do Sul

Zico da Silva (Kaingang) - Passo Fundo;

Diego Candinho - Passo Fundo

Articulação do Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL)

Marciano Rodrigues - Paraná

Comissão Nacional de Terra Guarani Yvy Rupa (CGYR)

Renato da Silva - São Paulo

Na formatação, coordenação pedagógica e acompanhamento do curso, o apoio se deu com a contratação do consultor e antropólogo Henyo Barretto, que coordenou a formação. Os consultores regionais Dafran Macário, Rosa Villanueva e Ledson Almeida também contribuíram com seus conhecimentos e experiência de atuação no Bioma, tanto na formatação do curso, para que este se adequasse à realidade local; quanto durante os módulos, onde estes acompanharam a formação, inclusive ministrando aulas específicas com temáticas que envolviam a gestão ambiental das regiões.

©Andreza Andrade



Cursistas, apoiadores e parceiros no 4º módulo do Curso Discussão em grupos durante 4º Módulo do Curso Básico de Formação em PNGATI Sudeste e Sul (2014)

CURSO DE CARTOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO DE TIs NO NÚCLEO SUDESTE

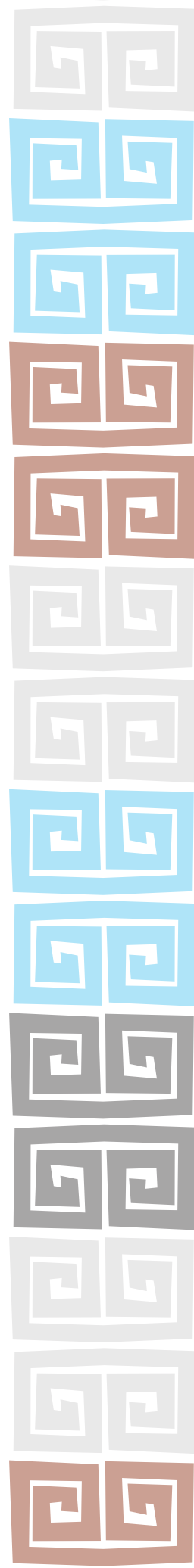
O Projeto GATI contribuiu na execução do Curso de Cartografia e Georreferenciamento, em parceria com o IBGE, a FUNAI, a SESAI, e a FIOCRUZ, destinado a representantes indígenas de TIs e gestores da FUNAI localizados no Bioma Mata Atlântica Sudeste. O curso aconteceu entre agosto e setembro de 2013 na sede do IBGE/RJ, na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de representantes de TIs Guarani no estado do Rio de Janeiro (Parati Mirim, Araponga, Bracuí e Rio Pequeno) e de duas TIs no estado de São Paulo (Ribeirão Silveira e Tenondé Porã) e teve o objetivo de auxiliar na capacitação de representantes indígenas na realização de etnomapeamentos e de PGTA's.

OFICINAS TEMÁTICAS

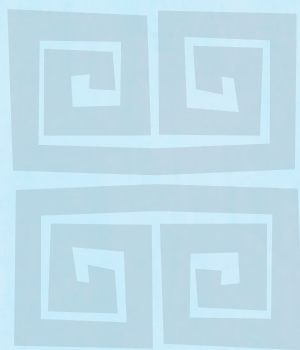
Durante a execução do Projeto GATI, foram realizadas diversas oficinas temáticas com o intuito de capacitar representantes das TIs Áreas de Referência para a execução das atividades propostas. O principal objetivo destas capacitações foi o de apoiar e estimular o protagonismo indígena na gestão territorial e ambiental de suas terras. Neste caminho, essas oficinas foram momentos de construção coletiva, que visaram integrar, investigar e contribuir na construção das atividades planejadas. Essas oficinas contaram com a participação dos consultores do Projeto, de servidores das CRs e das CTLs da FUNAI, assim como de membros dos Conselhos Regionais, parceiros dos projetos e representantes das TIs. Dessa forma, o conhecimento foi sempre socializado entre todos os participantes. Como resultado destas capacitações, se espera que os representantes indígenas atuem como multiplicadores em seus locais de origem.

Como resultado mais duradouro do Projeto GATI, espera-se que as atividades apoiadas sejam internalizadas pelas comunidades, pela Funai e que as ações neles desenvolvidas sejam adotadas como contínuas, enquanto ações de gestão territorial e ambiental de TIs. Para tal continuidade, se faz necessária uma maior aproximação entre as Coordenações Gerais da Funai, localizadas na Sede em Brasília, com as Coordenações Regionais (CRs) e as Coordenações Técnicas Locais (CTLs). Através de uma maior e melhor comunicação e pela promoção de atividades que viabilizem maior intercâmbio entre estas.

A seguir apresentaremos as ações que o Projeto GATI e as comunidades indígenas desenvolveram em cada TI Área de Referência, mais detalhadamente.



TERRA INDÍGENA
AVA-GUARANI
DE OCO'Y



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Ava-Guarani de Oco'y está localizada no município de São Miguel do Iguaçu, oeste do estado do Paraná e possui 251 hectares. É ocupada tradicionalmente por indígenas do povo Guarani Nhandeva, cuja população é de 650 pessoas. Os Guarani Nhandeva se diferenciam dos demais grupos Guarani por meio da variação na língua, além de algumas diferenças em relação à forma de agricultura e de sua distribuição geográfica. Os Nhandéva são no Brasil em torno de 6.300 indivíduos, habitando os estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁴. No Paraguai eles são em torno de 9.000 e na Argentina, aproximadamente 350, números que fazem dos Nhandéva o menor subgrupo Guarani, já que os Mbyá são, nestes três países, cerca de 19.000 e os Kaiowá, cerca de 29.000. Os subgrupos entre os Nhandeva mantêm relações de parentesco que motivam visitas e deslocamentos que extrapolam o território brasileiro, levando-os ao Paraguai e Argentina.

A pressão realizada pelos indígenas motivou a aquisição pela Itaipu Binacional, no ano de 1997, de uma área de 1.744 hectares no município de Diamante D'Oeste, que passou a constituir a TI Tekohá Añatete. Entretanto, as características de relevo, solo e da própria floresta existente no local, não oferecem condições para que as famílias indígenas ali instaladas reproduzam o seu modo próprio de vida de forma que essa área, apesar de seu tamanho, abriga uma população praticamente igual apenas a metade daquela que vive na Reserva Indígena Oco'y. Atualmente as principais demandas dos Guarani de Oco'y são a demarcação de sua área tradicional, além de acesso às políticas públicas de saúde e educação.

⁴ De acordo com dados levantados por A. ALBERNAZ (2009): Antropologia, histórias e temporalidades entre os Ava-Guarani de Oco'y (PR). Tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

CONTEXTO

A TI Ava-Guarani de Oco'y está localizada no Bioma Mata Atlântica e está sobreposta à Área de Preservação Permanente do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os 251 hectares do estreito território consistem numa faixa de aproximadamente 220 metros de largura que contorna por 20 km as margens do lago de Itaipu. Espremida por um lado pelo lago, do outro lado a TI é cercada por propriedades dos colonos da gleba Ocoi, destinada pelo Incra ao assentamento de famílias que foram desalojadas da área do Parque Nacional do Iguaçu⁵ e onde é praticada a monocultura mecanizada.

Dada a insuficiência de terras e os problemas sociais decorrentes dessas sobreposições, os Guarani sofrem toda sorte de impactos sociais, ambientais, econômicos e sanitários. Tentativas de reterritorialização por parte dos indígenas foram reprimidas pelo Estado. Encontram-se acudados e necessitam de terras em ambiente adequado para sua reprodução física e cultural.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A palavra Tekoha se refere à terra tradicional. Mais que um pedaço de terra, neste lugar se produz toda a cultura Guarani. Um Tekoha é formado por uma família extensa que é um ente sócio-político, econômico e territorial autônomo, a estrutura básica da sociedade Guarani. Cada pessoa é parte de uma família extensa e se identifica com ela. Ela é constituída por um grupo de pessoas relacionadas entre si por laços de parentesco consanguíneo.

Para os Guarani de Oco'y, o meio de subsistência tem sido a agricultura, a coleta, a pesca (cevam o rio com sal e usam como isca camarões) e a venda de artesanatos. A agricultura é



TI Ava-Guarani de Oco'y



⁵ Conforme o Decreto nº 69.412 de 22 de julho de 1971.



praticada por cada família, que tem seu roçado onde cultiva milho, mandioca e principalmente amendoim para consumo próprio. Embora eles não usem agrotóxicos, sofrem com o seu uso intensivo feito pelas propriedades do entorno da TI. No lago de Itaipu, pescam e criam peixes em tanques-redes. As famílias recebem cestas básicas mensalmente e praticam o artesanato com apoio do Programa de Sustentabilidade de Comunidades Indígenas do Itaipu Binacional⁶.

⁶ Como os moradores originais da Terra Indígena Ava-Guarani de Oco'y foram deslocados devido à implantação da barragem de Itaipu, e consequentemente enchimento do lago, a Itaipu Binacional se constitui na parceira permanente desta TI, visando sempre mitigar os impactos negativos advindos com esta mudança da localização da terra, por meio do "Programa de Sustentabilidade de Comunidades Indígenas".

Os Guarani de Oco'y são representados por um único cacique e estão organizados por meio da Associação Comunitária Indígena de Oco'y. Esta associação luta pela demarcação de suas terras tradicionais e melhores condições de vida por meio da implementação das políticas públicas indigenistas.

AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI AVA-GUARANI DE OCO'Y

O Projeto GATI iniciou suas atividades na TI Ava-Guarani de Oco'y por meio da elaboração do Plano de Ação na reunião de instalação do Conselho Regional do Núcleo Regional Mata Atlântica Sul.

FORMAÇÃO PARA GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

As ações de formação e intercâmbio desenvolvidas pelo Projeto GATI na TI resultaram da demanda das lideranças indígenas por maior aprofundamento em temas relativos ao uso do solo. Em consequência do território insuficiente e da falta de apoio que os Guarani enfrentam, discutiu-se a necessidade de reforçar ações voltadas a produção de alimentos de qualidade, o resgate e valorização de espécies tradicionais, a segurança alimentar e a comercialização de excedentes.

Foram realizadas oficinas sobre implantação de agrofloresta demonstrativa, de quintais agroflorestais, de horta mandala e realizados intercâmbios em propriedades vizinhas com o objetivo de sensibilizar os indígenas para a produção sustentável de alimentos. Representantes indígenas Guarani participaram de eventos sobre o tema na região, com por exemplo o VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Todas essas atividades de formação contaram com arranjos institucionais que propiciaram sua realização. Parceiros locais, como a Associação dos Produtores de Agricultura e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguaçu - APROSMI, que coordena o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na região e da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu foram importantes na realização dessas atividades.

Como ferramenta de luta e reivindicação fundiária, os Ava-Guarani de Oco'y também participaram do curso de cartografia social e elaboraram proposta, que foi encaminhada a Coordenação Regional Interior Sul para que a FUNAI apoie a disseminação dos conhecimentos adquiridos entre a comunidade visando elaborar o etnomapeamento e o PGTA.



©Rosa Villanueva

Participantes da oficina de enriquecimento de quintais agroflorestais (2013)

Visita técnica a propriedades de pequenos agricultores que cultivam frutas e verduras orgânicas. Na foto os Guarani provam maçã orgânica de uma das propriedades visitadas (2013)



©Rosa Villanueva

MICROPROJETOS

Os cinco microprojetos elaborados pela comunidade de Oco'y com apoio do Projeto GATI tiveram como foco principal a valorização das sementes tradicionais, a produção sustentável de alimentos e a geração de renda. Os proponentes dos microprojetos foram Silvano Tupi Vera Centurião, Francisco Karai Ferreira, Cleide Kuna Takua Miri Benites, Domingos Tupi Brites e Gilberto Kunumin Vera Martinez. Os microprojetos foram realizados com assistência técnica da Associação dos Produtores de Agricultura e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguaçu – APROSMI. Junto com a realização de oficinas sobre agroflorestas, agroecologia e hortas mandala, os microprojetos motivaram os indígenas desta terra exígua a apostar no modelo agroecológico para a produção de alimentos, recuperação de áreas degradadas e comercialização dos excedentes.

Assim, em novembro de 2014, mais 5 famílias se incorporaram à proposta, e foram apoiadas pelo Projeto GATI por meio de microprojetos, como podemos ver abaixo:

| Microprojeto | Indígena responsável | Objetivos |
|--|--|---|
| “Implantação de quintais agroflorestais com ênfase na horta mandala, como estratégia de segurança alimentar” | Eduarda Cabrera, Carmelo Cabrera e Cleide K.T.M. Benites | Desenvolver quintal agroecológico visando a produção de alimentos em famílias vulneráveis. |
| “Implantação de quintais agroflorestais para divulgação da proposta de produção de alimentos com qualidade e sem veneno” | Domingos Tupa Brite, em parceria com o indígena Cesário. | Desenvolver quintal agroecológico visando a produção de alimentos em famílias vulneráveis assim divulgando a proposta dos quintais agroecológicos. |
| “Apostando nos quintais agroflorestais para aproveitar a terra pequena” | Gilberto K.Vera Martinez | Divulgar na prática a proposta dos quintais agroecológicos não apenas para consumo da família, mas também como fonte de renda através da venda de produtos, sendo a proposta de uso do solo mais adequada ao tamanho exíguo da terra Oco’y. |

Algumas propostas tiveram que ser reformuladas, como, por exemplo, a proposta de implantação dos quintais agroflorestais, que foi substituída pela implantação das hortas mandala. Surpreendentemente, a proposta das hortas no formato mandala, integrada com o plantio de frutíferas e cana, foi apropriada por eles, inclusive pelas crianças. O formato circular do traçado destas hortas teve muito significado para os Guarani.

O pequeno contrato com o técnico Adelar de Oliveira, em dezembro de 2013, para “Orientar a implantação de dois quintais agroflorestais, de caráter demonstrativo, na Terra Indígena Ava-Guarani de Oco’y”, foi feito para dar continuidade a mobilização e engajamento dos indígenas desta área de referência na proposta dos quintais agroflorestais. Na sequência, o trabalho teve continuidade a partir das atividades realizadas com apoio do técnico Luciano Acker, no primeiro semestre de 2014.

Crianças guarani durante visita técnica a propriedades de pequenos agricultores que cultivam frutas e verduras orgânicas em hortas de mandala (2013)



©Rosa Villanueva



©Luciano Acker

Oficina de horta de mandala na TI Ava-Guarani de Oco'y (2014)

A implantação da horta mandala contou ainda com apoio de Renan Campos no período de junho-julho de 2014, contratado para orientar a implantação de dois quintais agroflorestais, de caráter demonstrativo. O desenvolvimento dos pequenos projetos nesta Terra Indígena, somente foi possível devido ao apoio técnico fornecido pelos três técnicos supracitados, todos ligados à APROSMI.

Em 2016, por meio de parceria com a organização não governamental Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano - Outro Olhar, que trabalha com diversas comunidades Guarani no Paraná, foi apoiada a visita à TI de Renata Guerreiro Fontoura Costa, técnica contratada pelo GATI. Além de avaliar os microprojetos já executados, ela apoiou a elaboração de mais dois microprojetos, que tiveram como objetivo basicamente dar continuidade às ações em curso e agregar mais famílias à proposta.

João Paulo Karai, um dos novos participantes dos microprojetos, também é um agente das ações da “Outro Olhar”. Com o apoio desta organização, em seu quintal foi implementado uma área demonstrativa de sistema agroflorestal. Na roça cultiva milho, mandioca, feijão tradicional, e está disposto a inserir no seu espaço a horta mandala.

Silvano Centurião é o precursor dos microprojetos GATI em Oco'y. De acordo com o cacique Daniel Maraca, ele é o responsável pelos projetos relacionados à agricultura e se empenha para que os indígenas se interessem pela proposta de produção agroecológica. Silvano informou que no início das ações relacionadas aos microprojetos teve dificuldades para ter apoio da comunidade, mas com o tempo algumas famílias passaram a participar das atividades. Hoje, aos poucos, os indígenas têm se interessado cada vez mais pela ideia, pois estão vendo resultados concretos. Além do incremento na alimentação, a comercialização dos produtos é crescente.

Atualmente, os indígenas da aldeia de Oco'y comercializam produtos da roça e da horta para diversos lugares: Pousadas de Foz de Iguaçu, comércio local e entregam produtos para o PAA. Também se articulam para participar da Cooperativa Boreal, de São Miguel do Iguaçu (PR), que tem por objetivo trabalhar com produtos oriundos de práticas sustentáveis.

A rede de parceiros atuante no território é fator imprescindível para que as ações do GATI, principalmente os microprojetos em curso, obtenham êxito, no sentido de que é necessário um apoio técnico permanente, já que temas como agrofloresta e técnicas agroecológicas estão sendo incorporados e transformados pelo modo de viver Guarani. A ONG “Outro Olhar” se destaca neste papel, e desenvolve nesta Terra Indígena ações referentes à “Rede Solidária Popyguá”⁷, que tem como um de seus eixos principais favorecer a geração de renda e organização comunitária. Além desta iniciativa, desenvolve os projetos “Tekoha Sustentável” e “Ambiente Inteiro”, que apoiam atividades de cunho agroecológico, com princípios similares aos do GATI. Os indígenas recebem assessoria técnica para plantio de frutíferas, implementação de agroflorestas e práticas de manejo agroecológico.

⁷ A Rede é composta, além da Terra Indígena Ava Guarani de Oco'y, pelas seguintes comunidades Guarani: Palmeirinha do Iguaçu/Chopinzinho (PR), Tapixi/ Nova Laranjeiras (PR), Tekoha Añetete, Diamante D'Oeste (PR), Kuaray Guatá Porã/ Guaraqueçaba (PR), Ko~e Jú Porã/ Turvo (PR), Rio D'areia/ Inácio Martins (PR), Pinhal/ Espigão Alto do Iguaçu (PR), Nhe'Engatu/ Abelardo Luz (SC) e Limeira/ Entre Rios (SC). A proposta tem por objetivo “desenvolver e fortalecer atividades relacionadas à produção e organização social de aldeias indígenas da etnia Guarani pertencentes ao grupo, visando o empoderamento étnico, social e econômico dos participantes e suas comunidades. Tem como eixos principais a geração de renda e organização/ capacitação. No primeiro eixo tem destaque o apoio à produção de plantas medicinais e de produtos provenientes de sua extração (óleos essenciais), além do apoio à produção do artesanato e comercialização. O segundo eixo está focado nos encontros da Rede Popyguá, no qual são realizadas trocas diversas entre as aldeias, o que gera demandas para capacitações e novos projetos (<http://aoutroolhar.blogspot.com.br/p/projetos.html>).

Desta maneira, os microprojetos na TI Ava-Guarani de Oco'y propiciam aos indígenas experimentar novas técnicas de cultivo pautadas no respeito à cultura Guarani, com o objetivo de promover a conservação da biodiversidade e a geração de renda de maneira sustentável.

Uma das atividades que envolveu os microprojetos foi a implantação de hortas de mandala na TI Ava-Guarani de Oco'y (2013)

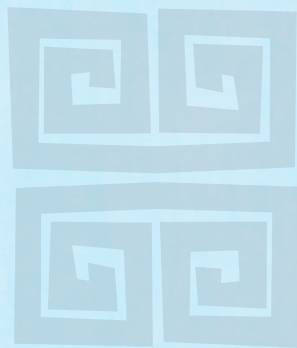


RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI AVA-GUARANI DE OCO'Y

Das discussões realizadas pelo Projeto GATI junto aos indígenas da TI Ava-Guarani de Oco'y foram levantadas várias demandas para uma transição entre a situação de confinamento territorial, insegurança alimentar e degradação ambiental, visando pensar a gestão ambiental e territorial indígena. Entre as linhas de ação levantadas estão:

- Adoção da agroecologia e da agrofloresta como modelo de uso sustentável do solo, por meio da implantação de quintais agrofloretais, plantio de frutíferas, espécies madeireiras e hortaliças, uso de adubação verde, controle de processos erosivos e assessoria continuada.
- Assessoria para organização da produção e comercialização de excedentes da produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.
- Realizar oficinas sobre cartografia social como ferramenta para o reconhecimento identitário, mobilização social e gestão ambiental na TI Ava-Guarani de Oco'y.
- Reavivitação de limites com participação de indígenas como ferramenta de gestão e controle territorial.
- Demarcação do território tradicional Avá Guarani de Oco'y.

TERRA INDÍGENA IBIRAMA



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Ibirama La Klãnõ está localizada nos municípios de José Boiteux, Vitor Meireles, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, estado de Santa Catarina (SC). Como Área de Referência do Projeto GATI, faz parte do Núcleo Regional Mata Atlântica Sul e está sob a jurisdição da Coordenação Regional (CR) Litoral Sul da Funai e da Coordenação Técnica Local (CTL) de José Boiteux. A terra está regularizada com 14.156 hectares e é habitada majoritariamente pelo povo Xokleng, somando uma população de 2.053 pessoas. Em menor número estão os Guarani Mbya, que ocupam uma pequena porção do território no extremo nordeste da TI e ainda indígenas Kaingang que vivem com os Xokleng em três aldeias da TI. Há uma porção da Terra Indígena que está declarada pela Funai e Ministério da Justiça, porém sua regularização está paralisada por conta de ação judicial que se encontra no Supremo Tribunal Federal (STF). Com a soma dessa porção do território que está judicializado, a TI passará a ter um total de 37.108,39 hectares.

O termo Laklanõ vem ganhando espaço político interno através de um movimento recente de recuperação de seu idioma e registro dos mitos. O povo Xokleng se autodenomina Laklãnõ, que significa “gente do sol”, ou “gente que anda em direção ao sol”. São do tronco linguístico ‘Macro-Jê’ e da família linguística ‘Jê’, sendo que linguisticamente são próximos dos Kaingang.

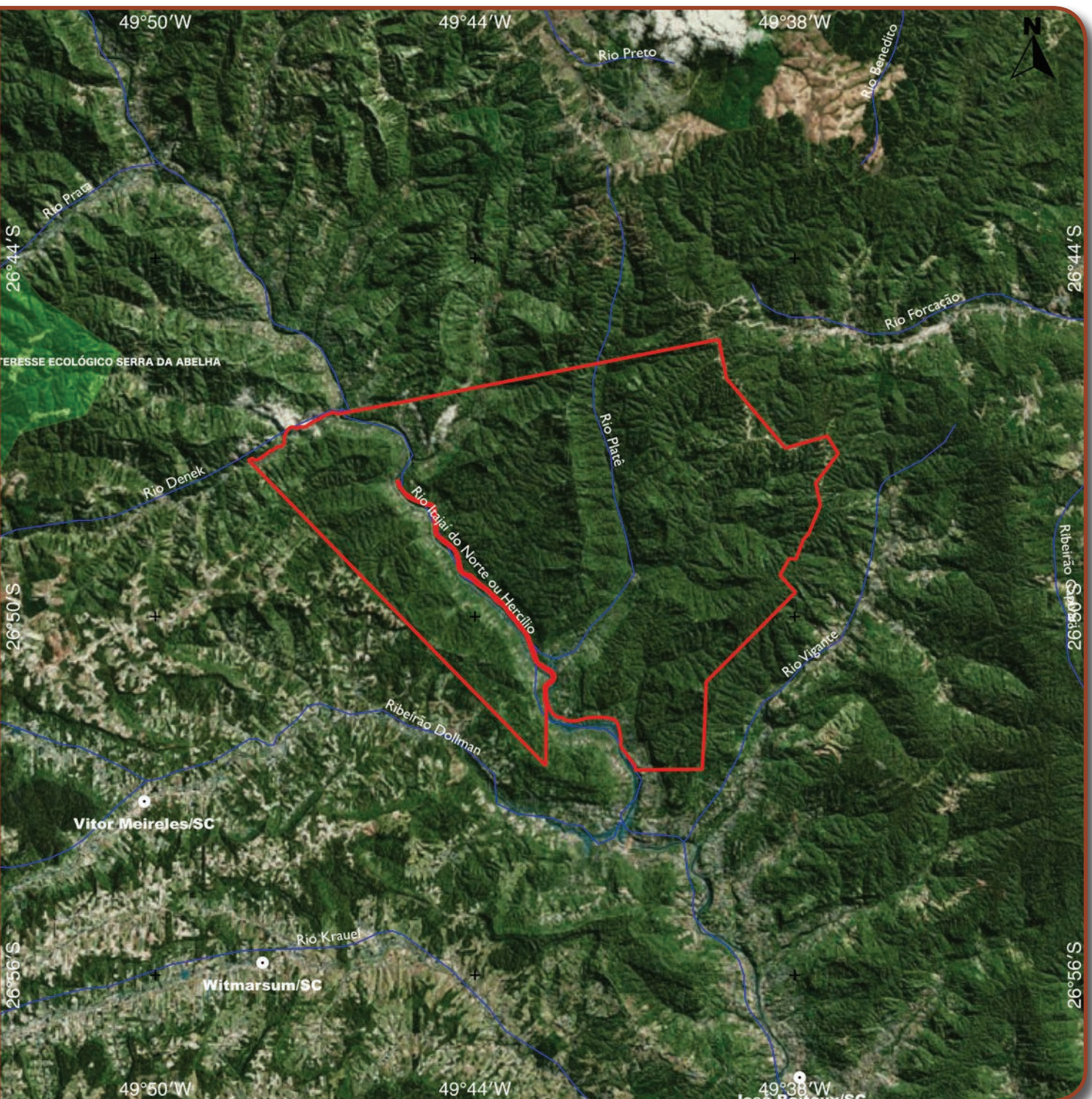
Desde o início da colonização europeia nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos séculos XVIII e XIX, os grupos indígenas do Sul, dentre eles os Xokleng, sofreram com perdas territoriais e extermínios por parte dos “bugreiros”, como eram conhecidos os caçadores de índios. Os colonos se apossaram das terras e empreenderam fazendas de gado, exploração de madeira e erva mate. Esse sistema de exploração acabou com boa parte da mata nativa, que eram as florestas de araucárias, cujos pinhões eram importante fonte de alimentos para os Xokleng, principalmente durante os meses de inverno. Dessa forma, a relação com os colonos sempre foi conflituosa, marcada por episódios de violência e mortes. Em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) instalou um posto para atrair os índios no Vale do Itajaí. Somente em 1914 o contato é feito de forma pacífica, por meio de um funcionário do SPI conhecido como “o pacificador”, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Nos primeiros anos após a pacificação, os Xokleng estiveram no posto em diversos momentos tanto para buscar alimentos, quanto para buscar ajuda quando estavam muito doentes, geralmente com gripe. Ainda nos anos 20, a terra foi garantida aos Xokleng de Ibirama pelo governo de Santa Catarina para que estes ficassem confinados sem atrapalhar a vida dos colonos da região do Vale do Itajaí. Em 2014, os Xokleng Laklanõ lembraram os 100 anos de contato, com eventos nas aldeias e ciclo de debates sobre as transformações vividas e o futuro que buscam para as novas gerações.



CONTEXTO

TI Ibirama

A Terra Indígena Ibirama La Klãnõ está localizada na bacia hidrográfica do rio Itajaí, e embora tenha áreas alteradas e desmatadas, é rica em recursos florestais e hídricos, sendo considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como área de extrema importância biológica do Bioma Mata Atlântica. O relevo da TI é montanhoso com altitudes que variam de 300 m, no vale do



rio Hercílio, ao sul da reserva, até 955m na região da aldeia Bugio, em seu extremo nordeste. Juntamente com as unidades de conservação Área de Relevante Interesse Ecológico Serra da Abelha, Floresta Nacional de Ibirama e Reserva Biológica do Sassafrás, forma um mosaico de áreas protegidas que promovem a conservação ambiental da região.

As matas da TI Ibirama sofreram intenso processo de destruição nas décadas de 1970 e 1980, com a exploração das madeiras nobres, para um alegado usufruto pelos índios. A terra era muito rica em juçara (*Euterpe edulis*), mas com a extração de palmito, esta foi praticamente extinta na região. A TI também sofreu impactos significativos em consequência da construção na década de 1970 da Barragem Norte no rio Hercílio (no município de José Boiteux) para controlar as cheias da bacia do rio Itajaí-Açu e proteger a cidade de Blumenau. A barragem, que funciona mediante o represamento de águas quando há picos de enchentes após fortes chuvas, se encontra fora dos limites da TI, porém provoca impactos na TI, pois a acumulação de água no interior do território causa inundações e diversos tipos de degradação ambiental. Na zona dos aproximadamente 900 hectares da TI que são periodicamente alagadas pela barragem estavam 95% terras agricultáveis dos Xokleng. Em decorrência da remoção



Vista para o Vale do Rio Itajaí
a partir da TI Ibirama (2013)

das aldeias para as encostas e alto das serras, os Xokleng sofrem tanto com a falta de terras agricultáveis, como também com riscos como desmoronamentos, devido à erosão, deslizamento das margens do rio e assoreamento. Quando há enchentes prolongadas, também vivenciam a precariedade das estradas internas da TI que dificultam o acesso a serviços de saúde e educação. Em decorrência desta situação, em junho de 2014, aproximadamente 80 Xokleng acamparam na barragem como forma de protestar e pressionar o governo por soluções.



Ainda hoje o processo de indenização aos Xokleng pela inundação de parte da TI não avançou e também não houve a construção total de casas, pontes e estradas assumidas pelo governo. Na TI Ibirama já não se pratica a agricultura e a caça é rara. A pesca serve como suplemento alimentar, junto a alimentos comprados. Também há invasões de não indígenas que praticam caça e pesca e retirada de palmito.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A TI Ibirama Laklãnõ é formada, atualmente, por 9 aldeias (Barragem, Sede, Pavão, Palmeira, Figueira, Coqueiro, Toldo, Bugio e Toldo Guarani). Os Xokleng se organizam politicamente em torno do cacique geral e dos caciques de cada aldeia. A escolha dos caciques ocorre a cada quatro anos por meio de eleições gerais, podendo haver dois turnos. A semelhança com o sistema não indígena é apenas formal, já que a escolha segue sistemas da organização social tradicional, como as unidades familiares e as relações com os processos históricos, como por exemplo a presença de famílias Kaingang inseridas pelo SPI para os primeiros contatos e sua relação com as famílias Xokleng.

Atualmente os Xokleng se organizam também em associações indígenas que possuem forte vínculo com as atividades realizadas nas escolas indígenas. Por meio do esforço das lideranças e professores indígenas, tem se conseguido trazer a discussão da gestão territorial indígena para o âmbito escolar. Em 2003, foi fundada a Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Terra Indígena Ibirama La Klãnõ (ADM), para firmar convênio com o governo de Santa Catarina a fim de conjugar esforços para implementação do Programa de Microbacias II, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pesca.

AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI IBIRAMA

As ações do Projeto GATI na TI Ibirama foram desenvolvidas ao longo de aproximadamente 3 anos, com ações voltadas ao fortalecimento das associações indígenas, à formação, à capacitação, aos intercâmbios e ao fomento às atividades produtivas sustentáveis já desenvolvidas pelos indígenas. Destaca-se a parceria entre o Projeto GATI e o Projeto Nova Cartografia Social, que possibilitou dar início ao processo de reflexão e discussão sobre a gestão territorial indígena na TI e formar indígenas para realizar o etnomapeamento. Estas iniciativas e ações serão descritas a seguir:

MAPA DA MEMÓRIA XOKLENG

Por meio de parceria com o projeto Nova Cartografia Social, indígenas das Áreas de Referência do Projeto no Núcleo Mata Atlântica Sul e servidores da FUNAI participaram do curso “Cartografia Social: uma ferramenta para o fortalecimento identitário e a mobilização social” realizado pelo IFC (Instituto Federal Catarinense). A partir dessa capacitação, a parceria se desdobrou no mapeamento histórico-cultural do território tradicional Xokleng. O resultado do processo de mapeamento gerou um mapa, em formato de boletim, que mostra a situação da TI antes da implantação da Barragem Norte, há mais de 35 anos, que impactou o território Xokleng. Este mapa é o primeiro de uma série apoiada pelo GATI, e trata-se de um instrumento de grande valia para a gestão ambiental da Terra Indígena. A primeira versão do mapa foi apresentada às comunidades na ocasião dos eventos que lembraram os 100 anos do contato.

Na sua interface com a estratégia do Projeto GATI de apoiar o aprofundamento das discussões acerca da gestão ambiental e territorial, a iniciativa se configurou como primeira etapa do processo, visto que debateu questões como: “Como era nossa TI?” e “Qual sua atual situação?” Essas perguntas são a base para debater a questão seguinte: “Qual o futuro que queremos para nossa terra e nosso povo e como alcançá-lo”? A gestão ambiental e territorial, portanto, tem como princípio o protagonismo indígena e visa o fortalecimento das organizações locais e processos educacionais, como também a ampliação do diálogo com instituições governamentais e não governamentais.





Canteiros de mudas de espécies nativas para serem distribuídas entre as famílias da aldeia Toldo, resultado de microprojeto (2013)

MICROPROJETOS

Foram elaborados e desenvolvidos, com participação ativa das comunidades, seis microprojetos na TI Ibirama. Os projetos tiveram como foco principal o desenvolvimento de iniciativas de produção sustentável e a proteção territorial.

O primeiro microprojeto visou a “Implantação e manutenção de agrofloresta demonstrativa na Aldeia Sede”, tendo como proponente Cuzugn Nuclê. A iniciativa contou com o apoio de alunos estagiários do projeto Compostagem do Centro de Ciências Agronômicas do IFC (Instituto Federal Catarinense), numa parceria para a utilização de adubação verde e outras técnicas de produção orgânica e agroflorestal.

O segundo microprojeto desenvolvido, teve como proponente Anania Cledô, e como objetivo apoiar as atividades de um agente comunitário para dar suporte às famílias na implementação de quintais agroflorestais na Aldeia Bugio. Possibilitou ainda replantar mudas de espécies nativas em área desmatada e a recuperação do solo. Este trabalho contou com parceria do Instituto Federal Catarinense (IFC) e COMIN (Conselho de Missão entre Indígenas).

O terceiro microprojeto, com o proponente Adilson José, apoiou a produção de mudas nativas através da aquisição de insumos e ainda os trabalhos do 'viveirista' da comunidade Toldo. Esta iniciativa produziu mais de 1.500 mudas da palmeira juçara, espécie chave na Mata Atlântica e praticamente extinta da TI Ibirama.

O microprojeto desenvolvido por Adilson se desdobrou em outros dois microprojetos, com a proposta para plantar mudas de juçara e de outras nativas produzidas pelo viveiro. Nesta nova proposta, foi acordado em reunião entre as lideranças da aldeia Toldo, que a juçara somente será cortada para extração de palmito após a primeira frutificação. A construção da proposta destes novos microprojetos da aldeia Toldo, além de ter envolvido todas as lideranças dessa aldeia, incluía a participação do novo cacique, Itaro, como responsável por um dos novos microprojetos.

De forma a otimizar e incentivar o desenvolvimento do microprojeto desenvolvido por Cuzu Nuclê, no ano de 2014 foram realizados mutirões de plantio e manutenção, de forma a potencializar o desenvolvimento da agrofloresta. Visto que a aldeia Sede trocou a liderança, foi entendido como estratégico que a nova vice-cacique, Marlene Patê, que sempre apoiou a implantação da agrofloresta, ficasse responsável pela continuidade do microprojeto, fazendo a mobilização política. Assim, mais três microprojetos foram realizados:

- “Acordo para a gestão sustentável dos recursos naturais na aldeia Toldo” – proponente Gleiton Leandro Benzi;
- “Acordo para a gestão sustentável dos recursos naturais na aldeia Toldo, ênfase na palmeira juçara” – proponente Itaro Nunc Ngoonro Floriano;
- “Coordenar a mobilização dos indígenas para a continuação da implantação e manutenção de agrofloresta demonstrativa na aldeia Sede” – proponente Marlene Patê.



© Nelson Carrageo

Retirada do fruto da Jussara, durante oficina de extração do suco da palmeira promovida pelo Projeto GATI (2013)



Preparação de local para ser
implantando módulos de SAF (2013)

EVENTOS E INTERCÂMBIOS COMO PARTE DA CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA E AGROFLORESTAS

Entre 02 a 06 de maio de 2013, o Projeto GATI promoveu uma visita dos Xokleng à Cooperafloresta em Barra do Turvo – SP, para conhecer unidades agroflorestais de pequenos agricultores. A Cooperafloresta é uma cooperativa formada por pequenos agricultores, que apoia iniciativas agroflorestais, capacita famílias e promove a agricultura familiar. No intercâmbio, os indígenas conversaram com agricultores sobre implantação de agroflorestas, geração de renda a partir da venda da produção excedente e ainda como fazem o beneficiamento dos produtos agroflorestais. Participaram do intercâmbio 24 indígenas, 4 técnicos que atuavam na TI, um servidor da Coordenação Regional Litoral Sul e a consultora regional.

Para aprofundar os temas tratados nos microprojetos, foi apoiada a participação de representantes Xokleng no IX Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, em outubro de 2013, em Ilhéus (BA) e no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Porto Alegre, em novembro de 2013. Tiveram como responsabilidade repassar os conhecimentos trocados e adquiridos para suas comunidades e dar prosseguimento às ações de gestão territorial indígena desenvolvidas em Ibirama.

Intercâmbio Xokleng para a Cooperafloresta, a fim de conhecer experiências de pequenos agricultores e implantação de SAFs (2013)



FORMAÇÃO PARA GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA

As ações de formação para gestão ambiental e territorial indígena tiveram destaque na TI Ibirama e possibilitaram que representantes indígenas participassem do processo de formação continuada desenvolvido pela FUNAI, em parceria com a MMA e ICMBIO, para formar gestores indígenas e não indígenas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). A consultora responsável pelo Núcleo Regional Mata Atlântica Sul e representantes das Áreas de Referência participaram da Oficina de Modelagem do Curso Básico de Formação em PNGATI, realizado na Academia Nacional da Biodiversidade, ACADEBIO. Nesse momento foram definidas vagas para os indígenas da TI Ibirama que acessaram o edital de convocação e participaram dos 5 módulos do curso de formação em São Paulo. Da TI Ibirama, Anania Cledô e Cíntia Núbia Soares participaram da formação.

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI IBIRAMA

As ações desenvolvidas pelo Projeto GATI possibilitaram despertar no povo Xokleng a necessidade de se repensar o território, realizando uma releitura de seu histórico de contato e de relação com os recursos naturais para que possam construir o futuro pautado nos princípios da autonomia e da sustentabilidade ambiental.

A elaboração de projetos, tanto para o próprio Projeto GATI, por meio da ferramenta dos microprojetos, como para apresentar às coordenações gerais da FUNAI, tiveram desdobramentos importantes no que se refere à visão de futuro que os Xokleng pretendem imprimir em suas comunidades. Atendendo as demandas das comunidades, foram desenvolvidas um conjunto de atividades visando apoiar a produção sustentável e a busca de alternativas econômicas para o povo Xokleng. Dentre as atividades desenvolvidas destacaram-se as iniciativas de implantação de agroflorestas e a recuperação da palmeira juçara, que estava quase extinta na TI.

Estas iniciativas indicam que há interesse em aprofundar ações de gestão ambiental e territorial, mas para isto será necessário a continuidade de fomento às atividades econômicas produtivas sustentáveis da Terra Indígena Ibirama. Ao mesmo tempo, deve ser dada continuidade às ações de proteção territorial e vigilância indígena que tem sido desenvolvidas pela Coordenação Geral de Monitoramento Territorial/Funai. Além da manutenção da língua, o fortalecimento do povo Xokleng também passa por estas duas vertentes, pois a proteção e uso sustentável do território e seus recursos naturais é parte integral da cultura.



Implantação de Sistema
Agroflorestal na TI Ibirama (2013)



Implantação de SAF
na TI Ibirama (2013)

©Nelson Camargo



Canteiros de mudas de espécies nativas para
serem distribuídas entre as famílias da aldeia
Toldo, resultado de microprojeto (2013)

©Fabrício Salmoria

Visita da ABC
(Agência Brasileira de
Cooperação) e Pnud
à TI Ibirama durante
as comemorações
do centenário de
pacificação do povo
Xokleng (2014)

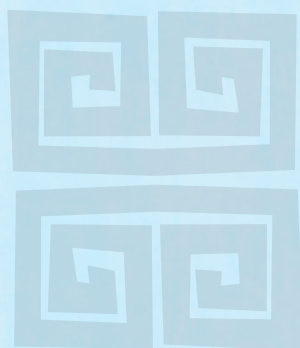


Neli Ndili se
reconhecendo nas
fotos do banner
sobre as atividades
desenvolvidas pelo
Projeto GATI na TI
Ibirama (2014)

Representantes
Xokleng apresentando
seu projeto apoiado
pelo edital PPP GATI,
durante oficina em
Brasília-DF (2015)



TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Manguaerinha está localizada nos municípios de Manguaerinha, Chopinzinho e Coronel Vivida, no sudoeste do estado do Paraná, na bacia do Rio Iguaçu. Possui uma área regularizada de 16.375,76 hectares que é tradicionalmente ocupada pelos povos Kaingang e Guarani Mbya, que juntos somam uma população de 1.649 pessoas, conforme dados da Funai. Na TI, muitos Kaingang falam a língua tradicional Kaingang, do tronco linguístico Macro Jê, e os Guarani Mbya falam Guarani do tronco linguístico Tupi-Guarani.

Relatos históricos narram a ocupação indígena na região de Manguaerinha por volta de 1819. Já no início do século XX, em 1903, os indígenas recebem a escritura da terra por parte do governo do Paraná, em compensação por terem ajudado na construção de uma estrada para os militares nessa região do sudoeste paranaense. Entretanto, na década de 1940 essas terras foram divididas pelo próprio governo do Paraná em três glebas: uma destinada aos Guarani, outra aos Kaingang e a terceira, que ficava no meio do território, foi destinada para colonização e projetos agrícolas da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Pouco tempo depois, essa área foi cedida ao grupo empresarial F. Slaviero Comércio e Indústria de Madeiras que passou a explorar a região expulsando os indígenas das suas casas, roças, enfim, do seu território. Mas os Kaingang não aceitaram essa situação e passaram a lutar pela terra que tinha lhes sido garantida. Figura fundamental nesta luta foi o cacique Ângelo Cretã (1942-1980), uma das maiores lideranças indígenas do Sul do Brasil, e que foi o primeiro vereador indígena da região, eleito pelo extinto partido MDB, na Câmara Municipal de Manguaerinha. A defesa da terra levou Cretã e seu povo a uma guerra permanente contra os invasores, e principalmente, o grupo econômico Slaviero.

Somente a partir da década de 1970 é que a Funai passa a defender judicialmente o direito territorial indígena da área do “meio” que estava em posse do grupo Slaviero. Por isso, a área ficou anos sob litígio e só em 1994 se iniciaram estudos antropológicos e arqueológicos que comprovaram a ocupação indígena. Em 2005, a justiça dá ganho de causa aos indígenas que enfim celebraram a posse plena do seu território tradicional sem divisões.

Atualmente a TI é formada por seis aldeias: Passo Liso, Mato Branco, Paiol Queimado, Água Santa, Palmeirinha do Iguaçu e Aldeia Sede, onde estão as principais edificações, como a escola, o posto de saúde e o posto da Funai. A TI Mangueirinha está sob a jurisdição da Coordenação Regional (CR) da Funai Interior Sul com sede em Chapecó (SC) e da Coordenação Técnica Local (CTL) de Curitiba.

CONTEXTO

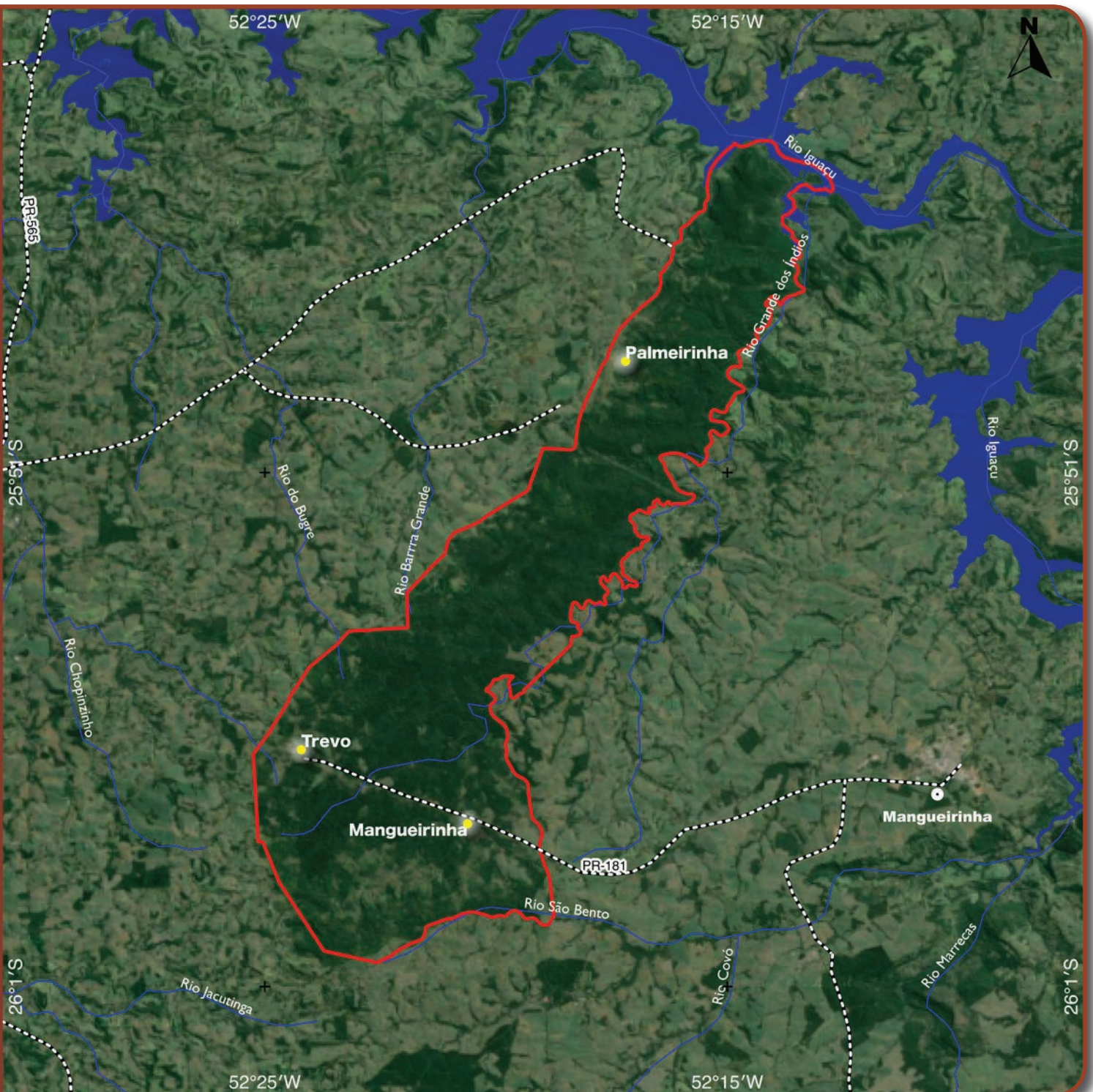
A TI Mangueirinha, cujo limite norte é o rio Iguaçu, está localizada no Bioma Mata Atlântica, com uma floresta caracterizada pela presença de araucárias (*Araucaria angustifolia*), também conhecidas como “pinheiro do Paraná”. Esta **Floresta Ombrófila Mista**, como é classificada cientificamente, é um ecossistema do Bioma Mata Atlântica, e típico da região sul do Brasil e de algumas áreas da região Sudeste. Além da araucária, apresenta uma diversidade de outras espécies de árvores, tal como a canela sassafrás, a canela-preta, a imbuia e a erva-mate, bem como o xaxim, que é uma samambaia gigante⁸.

Estima-se que a floresta de araucárias antigamente ocupava uma área de 200 mil km² no Brasil, estando presente em cerca de 40% do território do Paraná, 30% de Santa Catarina e 25% do Rio Grande do Sul. Hoje, porém, esta floresta está reduzida a 3% dessa área original, e menos de 1% pode ser considerada como floresta primária, com pouca alteração. Calcula-se que entre 1930 e 1990, cerca de 100 milhões de pinheiros foram derrubados, e nas décadas de 1950 a 1960, a madeira de araucária figurou no topo da lista das exportações brasileiras. Como a floresta de araucária é geralmente associada a solos mais férteis, inclusive à famosa “terra roxa” do Paraná, após o corte das madeiras, as áreas de floresta foram transformadas, na sua maioria, em



TI Mangueirinha

⁸ Várias destas espécies, inclusive a araucária, são reconhecidas como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, conforme Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 06 de 23 de setembro de 2008.



lavouras. Neste cenário, a TI Manguairinha se destaca por abrigar uma das maiores reservas de floresta de araucárias do Brasil, conhecida pelos indígenas como “mata preta” ou “pinhal preto”. Essa floresta é remanescente de vários ciclos, por vezes violentos, de exploração dos recursos naturais que por anos retirou madeira do pinheiro e a erva mate, de forma desordenada e sem manejo. Esse tipo de exploração foi praticado, inclusive, pelos próprios



Ecorregião da Floresta de Araucárias como definida pelo WWF

indígenas, incentivados pelo Estado brasileiro, que mantinha uma serraria no interior da TI, que beneficiava a madeira para comercialização. Mas essas práticas foram se extinguindo, ficando apenas a agricultura como principal atividade econômica na TI. Entretanto, ainda há casos de retirada ilegal de recursos naturais praticada por não indígenas. Uma das ações que ajudou a coibir essas práticas foi a criação, em 2004, da “patrulha florestal”, um grupo de indígenas responsável por fazer vigilância em toda área da TI. A patrulha foi criada por meio de um convênio com o governo do estado do Paraná, que também apoiou a construção de centros culturais e projetos de sustentabilidade.

Acompanhados dos monitores territoriais da TI Mangueirinha, equipe da Funai e Projeto GATI visitam o "Pinheiro Grande", que segundo apontam as opiniões, o mesmo deve ter aproximadamente 500 anos de idade (2014)



©Andréza Andrade

Em paralelo às ações da patrulha para coibir a entrada de caçadores não-indígenas, foi também acordada uma moratória interna na atividade de caça, para que as populações de animais pudessem se recuperar. Entre as espécies de animais que são encontradas estão o cateto, a paca, o quati, o veado e o tatu.



©Venicius Mendes

“ELES TIRAVAM MUITA MADEIRA, DESTRUÍRAM MUITO, NÃO SE VIA MAIS ANIMAIS. MAS DEIXAMOS A MATA NASCER DE NOVO, JÁ TEMOS NASCENTE COM ÁGUA, OS ANIMAIS RETORNARAM. ESSA FLORESTA É PARA O SUSTENTO DOS NOSSOS NETOS E PARA QUE ELES CONHEÇAM COMO É A NOSSA TERRA E COMO É A NATUREZA.”

Sr. José de Quadros Guarani em
28/11/2014

Muitos dos indígenas que faziam parte da patrulha florestal em 2004 hoje compõem o grupo de vigilância apoiado pela Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) da Funai. Vários destes também exercem o extrativismo de produtos florestais como fonte de renda, colhendo o pinhão (fruto da araucária), a erva-mate e o nó de pinho. Este último produto é retirado de árvores mortas e caídas, cuja madeira entrou em decomposição, deixando intacto os nós duros e resinosos. As árvores caídas também são aproveitadas para tirar tábuas e outras peças para a construção de casas e demais estruturas. Esta utilização da madeira, no entanto, é restrita somente ao uso interno indígena. Outra espécie da floresta, a taquara (*Merostachys multiramea*), é muito usada na confecção de artesanatos.

Símbolo da cultura e crença dos indígenas da TI Mangueirinha são os locais de “águas santas”. São nascentes e cachoeiras dentro da TI que, de acordo com relatos dos mais velhos, foram benzidas pelo monge José Maria, na época da Guerra do Contestado (1912 -1916). Esses locais são pleiteados para serem atrações turísticas em projetos futuros de eco-etnoturismo que os indígenas pretendem empreender.



© Robert Miller




©Robert Miller

Oratório das "águas santas" (2016) 



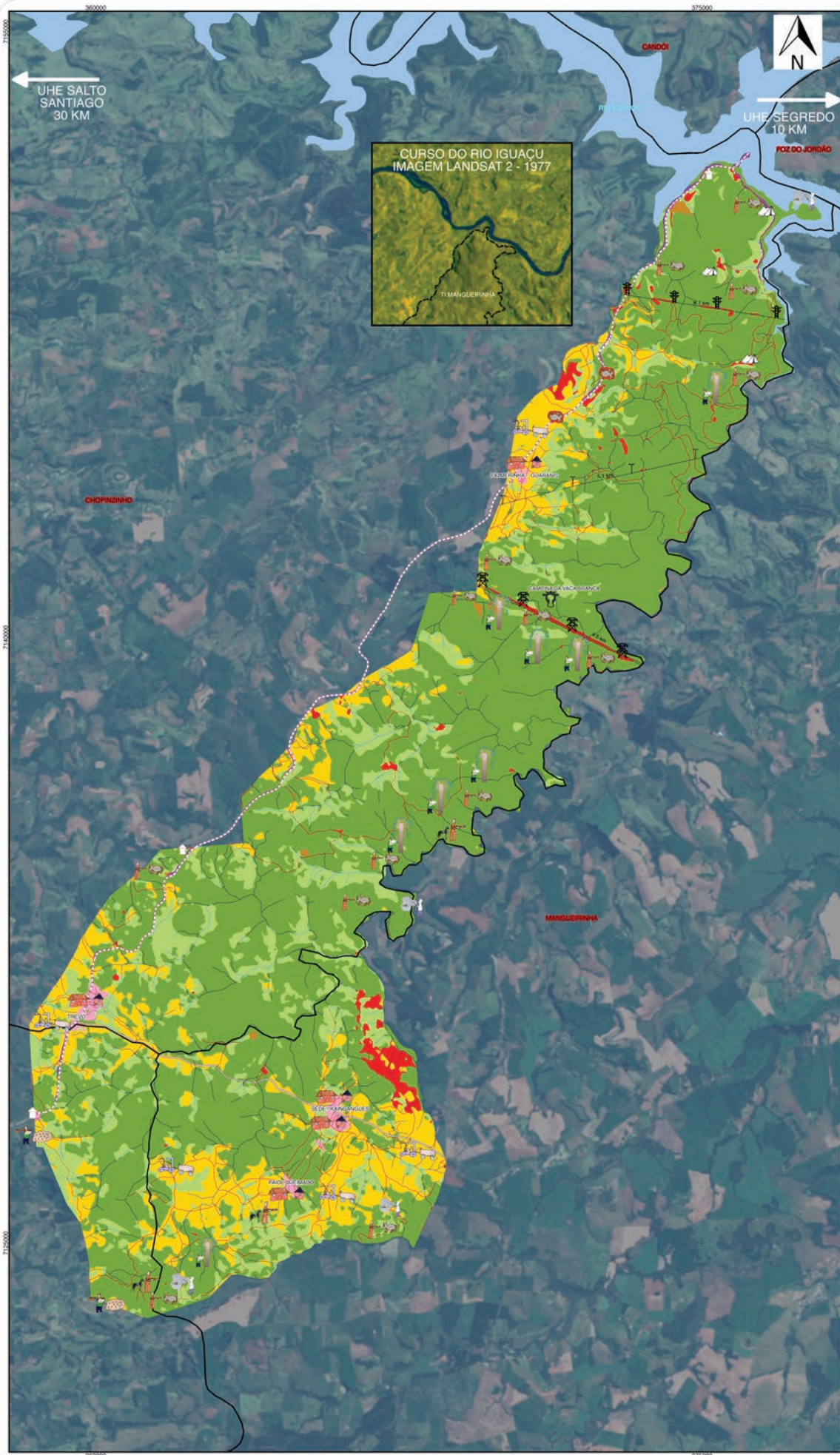
©Venicius Mendes

 Uma das cachoeiras da TI Mangueirinha, que são as chamadas de "águas santas" (2014)

Por estarem próximos às margens do rio Iguaçu, os indígenas da TI praticam a pesca artesanal para subsistência. Também criam, em pequena escala, gado leiteiro, porcos e galinhas. A agricultura é uma das principais atividades econômicas da TI Mangueirinha. A passagem do ciclo de exploração para atividades produtivas ocorreu com a criação e consolidação de uma associação de agricultores indígenas, a Aproinma (Associação dos Produtores Indígenas de Mangueirinha), que organiza e apoia as produções de áreas coletivas e familiares com agricultura mecanizada. A APROINMA apoiou ações relacionadas à agricultura familiar com sementes tradicionais durante a atuação do Projeto GATI na região, de forma a atender as demandas das famílias envolvidas. A associação também gere os recursos advindos do ICMS Ecológico, destinado às áreas que possuem reservas florestais de preservação no estado do Paraná, repassados pelas prefeituras de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho.

Os indígenas da TI Mangueirinha também praticam a agricultura de subsistência por meio de roçados e quintais, onde cultivam espécies como milho, verduras em geral, feijão, tubérculos entre outros.

Além das principais ameaças e pressões tais como as invasões de caçadores e outros, que vem sendo coibidas por meio do trabalho do grupo de vigilância. Outras questões ambientais envolvem os empreendimentos que provocam impactos socioambientais, tais como as obras de linhas de transmissão de energia instaladas dentro da TI e as rodovias estadual e federal que também cortam o território indígena.



BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Terra Indígena Manguelrinha
Mapa de Ameaças e Empreendimentos



PROJETO GESTÃO
AMBIENTAL E
TERRITORIAL
INDÍGENA



LOCALIZAÇÃO REGIONAL



MUNICÍPIOS LÍMITROFES

LOCALIDADES

- Comunidades indígenas
- Campina da vaca branca
- Estradas Vicinais
- BR-373
- PR-281
- Hidrografia
- Limite Municipal

Classes de uso do solo

- Água
- Agricultura-pousio
- Área de servidão vias
- Comunidade indígena
- Floresta
- Floresta degradada
- Floresta em regeneração
- Pastagem consolidada

AMEAÇAS

- Acampamento
- Atropelamento de animais
- Base de Vigilância
- Caça
- Caça com cachorro
- Coleta de pinhão
- Invasão de lavoura
- Pesca
- Linha de abastecimento
- Linha de transmissão
- Linha de transmissão dupla

ESCALA DE MAPEAMENTO 1:30.000
ESCALA DE APRESENTAÇÃO 1:31.000

Projeção UTM 22S
Datum Horizontal SIRGAS 2000

Base Cartográfica
Hidrografia: SIGEX - 2005
Rodovias: SIGEX - 2005
Limites Municipais: SIGEX - 2009
Limites da TI: FUNAI
Imagem: LANDSAT 8 - FUSIONADA - 2014
Trabalho de campo - Dez 2014

*As informações podem apresentar distorções em função das distorções
existentes nas bases cartográficas utilizadas.
A informação de uso do solo foi elaborada a partir da interpretação visual das
imagens do satélite LANDSAT 8, sem amargura de campo.

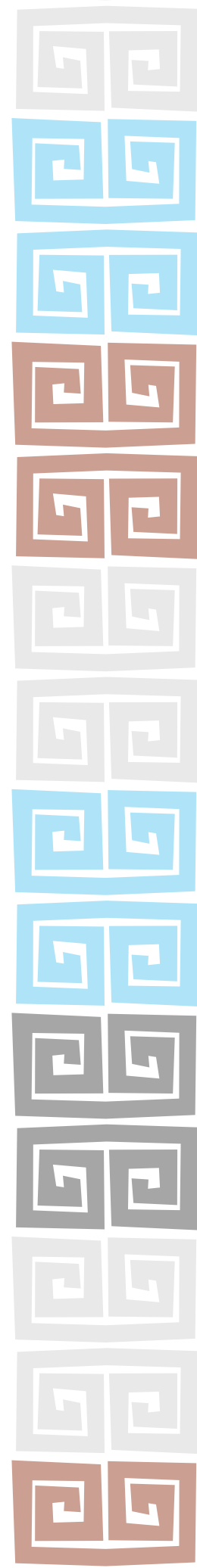
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Os Kaingang vivem em mais de 30 Terras Indígenas espalhadas por 4 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo), mas estas representam somente uma pequena parcela de seu território tradicional original. No entanto, em todos os casos, sua estrutura social e princípios cosmológicos continuam vigorando, sempre atualizados pelas diferentes conjunturas pelas quais vem passando.

Assim como outros grupos Jê do Brasil, os Kaingang se dividem em 2 metades exogâmicas, ou seja, os casamentos só são permitidos entre membros de metades diferentes. Mas essas metades se complementam e são dependentes uma da outra, para juntas formarem o conjunto da sociedade Kaingang. As metades Kame e Kairu se opõem, se unem e se diferenciam pelas pinturas corporais. Eles também possuem um envolvimento estratégico com os não-índios, em determinados momentos, lutando contra os colonizadores que tentavam apossar-se de suas terras, e em outros, formando alianças sociais e políticas como forma de sobrevivência junto à sociedade envolvente. Seguem uma hierarquia de autoridades onde o cacique é o líder maior, seguido dos capitães e cabos, denominações herdadas do tempo do SPI. Estes participam de eventos políticos e socioculturais representando o povo ou a comunidade.

No caso dos Guarani Mbya a organização ocorre a partir do grupos de famílias extensas, de forma que a família nuclear original é a dominante e o líder dessa família se torna o líder do grupo (cacique ou pajé). O cacique toma as decisões sobre os assuntos políticos e econômicos e para tanto, precisa ter a qualidade de ser um bom orador, ter persuasão nas suas palavras, e principalmente, precisa realizar suas tarefas de chefe sem ser autoritário. É considerado um bom líder quando tem a capacidade de apaziguar situações de conflito.

Na TI Mangueirinha, os Guarani Mbya vivem na aldeia Palmeirinha do Iguaçu e somam 30 famílias. Praticam a agricultura e confeccionam artesanato para comercialização na própria aldeia e nas margens das rodovias próximas à TI. Se relacionam com outras aldeias e Terras Indígenas Guarani Mbya do Sudeste e Sul do Brasil, em um intenso intercâmbio cultural, de sementes, casamentos e práticas religiosas que caracterizam a ocupação Guarani nessa região do Brasil.



AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI MANGUEIRINHA



“SE ESTAMOS CONSERVANDO ATÉ HOJE É PORQUE
NÓS TEMOS NOSSOS FILHOS E NETOS, A NOSSA FUTURA
GERAÇÃO QUE VAI PRECISAR DESSA TERRA CONSERVADA.”
Sr. José Ferreira Kaingang em 28/11/2014

O Projeto GATI iniciou suas atividades na TI Manguueirinha com reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto para a comunidade. Desses encontros saíram os indicados para compor o Conselho Regional Deliberativo do Projeto GATI, que na sua reunião de instalação elaborou o Plano de Ação do Núcleo Regional Mata Atlântica Sul. Conforme definido no Plano, destacaram-se as atividades de capacitação, a elaboração de microprojetos voltados a valorização da agricultura tradicional, implantação de sistemas agroflorestais e discussões voltadas a promoção da gestão territorial e ambiental da TI.

FORMAÇÃO PARA GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA

Por meio do Projeto GATI, ou em parceria com outras instituições, foram realizadas diversas atividades de capacitação na TI Manguueirinha, abordando temas como cartografia e uso de GPS, sistemas agroflorestais, sementes crioulas e agroecologia. Estas atividades são descritas a seguir:

CAPACITAÇÃO EM VIGILÂNCIA TERRITORIAL

Em novembro de 2012, aconteceu a primeira atividade de capacitação do Projeto na TI, em parceria com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial/Funai, com objetivo de capacitar 25 indígenas em ações de vigilância e proteção de Terras Indígenas. A capacitação foi voltada à discussão de atividades de vigilância e abordou a história da regularização das Terras Indígenas no Brasil, o processo histórico de regularização da TI Manguaerinha, dispositivos legais de proteção de Terras Indígenas, principais ameaças, ações e estratégias de vigilância. Entre as ações discutidas no encerramento do curso, destacou-se a necessidade de realizar a reavivitação de limites e o mapeamento das áreas de lavouras mecanizadas – principal atividade econômica da TI vinculada à agricultura.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

Por meio de uma parceria com o projeto Nova Cartografia Social, indígenas das áreas de referência do Projeto GATI na região sul e servidores da Funai participaram no curso “Cartografia Social: uma ferramenta para o fortalecimento identitário e a mobilização social” realizado pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Paranaguá. Participaram da atividade 2 indígenas de cada AR do Núcleo (total de 6) e 3 servidores da FUNAI, das CRs Litoral Sul, Interior Sul e da CTL Curitiba. No caso da TI Manguaerinha, os participantes foram Adelar Oliveira e Cristiano Santos.



©Rosa Villanueva

Indígenas de Manguaerinha no curso de extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Paraná, no Campus Paranaguá: “Cartografia Social: uma ferramenta para o fortalecimento identitário e a mobilização social” (2013)

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Como estratégia de formação dos indígenas, o Projeto GATI apoiou a participação em eventos relacionados aos temas desenvolvidos na TI Mangueirinha. O Núcleo Regional Mata Atlântica Sul do Projeto GATI participou do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Porto Alegre, no período de 25 a 28 novembro de 2013, com uma oficina intitulada “**Resgate e valorização das sementes tradicionais indígenas**”. Em 5 de junho de 2014, os indígenas também participaram da XI Festa Regional de Sementes Crioulas, em São Jorge D'Oeste (PR). Esta participação indígena e dos técnicos que os apoiam os trabalhos nas Áreas de Referência do GATI, teve como objetivo promover a valorização dos conhecimentos indígenas entre os próprios indígenas, e estabelecer contato para futuras parcerias com atores institucionais relacionados com a questão das sementes crioulas.



©Rosa Villanueva

Avaliando a qualidade de mandioca produzida em roçados visitados na TI Mangueirinha, durante oficina de agricultura sustentável (2014)

A oficina “**Agricultura sustentável: enriquecimento dos quintais com espécies vegetais tradicionais e de importância cultural, na TI Mangueirinha - PR**” abordou temas como a valorização das práticas agroecológicas e a importância do resgate cultural dessas espécies. Tratou também da busca de sementes e/ou ramas, o planejamento do plantio e a importância do consumo de alimentos de qualidade através da produção familiar.

EVENTO “DIÁLOGOS TERRITORIAIS”

O evento “Diálogos Territoriais” teve como objetivo debater as iniciativas de gestão territorial e ambiental em curso na região, e como estas poderiam acontecer de forma mais integrada. O evento aconteceu em novembro de 2014, na Aldeia Sede da comunidade Kaingang. Além de refletir sobre as iniciativas em curso, durante o evento também foi feito um exercício de etnomapeamento da TI com temáticas pertinentes à realidade de ambos os povos que habitam a TI. Estiveram presentes as principais lideranças das aldeias da TI, o grupo de monitoramento territorial, técnicos do GATI e Funai. O evento foi uma realização da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT/Funai), da Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM/Funai), do Projeto GATI, da CR Interior Sul, CTL Curitiba e da Aproinma.

Dando continuidade à iniciativa de “Diálogos Territoriais”, foi realizada uma oficina específica com a comunidade Guarani Mbya da Aldeia Palmeirinha, em fevereiro de 2016. Para auxiliar nos trabalhos de etnomapeamento, o Projeto GATI trouxe dois representantes da TI Guarani do Bracuí (RJ), Lucas Xunu Miri e Cecílio Fernandes, que estavam envolvidos nas oficinas de etnomapeamento e elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) naquela TI.

✓ Etnomapeamento durante evento Diálogos Territoriais para comunidade Kaingang (2014)





Etnomapeamento durante evento Diálogos Territoriais para a comunidade Guarani da aldeia Palmeirinha (2016)

LEVANTAMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs) DA ERVA MATE

O extrativismo de erva mate na TI Mangueirinha passou por um período de exploração destrutiva, com a derrubada das árvores, quase levando ao esgotamento deste recurso. Devido ao interesse em melhorar o manejo e a produção de erva-mate, foi buscado apoio junto à FUPEF (Fundação de Pesquisas Florestais) da UFPR (Universidade Federal do Paraná) que desenvolve trabalhos com a erva mate na TI Marrecas – PR. Na TI Marrecas, os Kaingang desenvolvem o manejo comunitário de erva mate, que é vendido com selo orgânico e de comércio justo pela empresa Guayaki.

Desta forma, entre julho a setembro de 2014, o Projeto GATI apoiou um levantamento preliminar dos arranjos produtivos locais (APLs) da erva mate na TI Mangueirinha, realizado por Pedro Pisacco Pereira Cordeiro. O levantamento contou com a colaboração de João Minuzzo (também aluno da UFPR) e possibilitou a discussão com os indígenas e técnicos não indígenas sobre: certificação orgânica, cadeia produtiva, cadeia de valor, valor agregado, comércio justo, dentre outras.

Por conta desse levantamento e as articulações que se seguiram, em 2016, a TI Mangueirinha também passou a ser fornecedora da Guayaki, com arranjo semelhante de certificação.

MICROPROJETOS



“NO INÍCIO DO MICROPROJETO ERAM APENAS DUAS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS. AS PESSOAS NÃO ACREDITAVAM QUE DARIA CERTO, PORÉM DEPOIS MAIS SETE FAMÍLIAS SE ENVOLVERAM E NO FINAL FORAM MAIS 15. CONSEGUIMOS MUITAS SEMENTES QUE NÃO SE VIA MAIS POR AQUI E ESTAMOS DISTRIBUINDO PRA QUEM QUISER.”

Adelar Rodrigues, responsável por um dos microprojetos de Manguairinha

De acordo com as demandas iniciais dos Kaingang e Guarani da Terra Indígena Manguairinha, no sentido de aprimorar o extrativismo sustentável de recursos florestais não-madeireiros e diversificar a agricultura, foram elaborados e desenvolvidos alguns microprojetos nas aldeias.

O primeiro microprojeto, “Campo demonstrativo de sementes tradicionais” do proponente Adelar Rodrigues, teve como objetivo o resgate de espécies tradicionais indígenas por meio da implementação de um campo demonstrativo de sementes tradicionais na aldeia Passo Liso, valorizando assim a agrobiodiversidade e os conhecimentos tradicionais das comunidades da TI Manguairinha.

O segundo microprojeto, “Uso múltiplo da Terra Indígena Manguairinha com campo de sementes tradicionais”, de Darci Gonçalves (Besco), complementou o primeiro, e teve como objetivo realizar estudos sobre as sementes nativas e tradicionais utilizadas pelos indígenas, visando ampliar os usos dos recursos naturais existentes na TI. Ambas as iniciativas visaram a promoção do uso múltiplo da terra, aliando as atividades de plantio, com a extração de erva mate, nó de pinho e coleta de pinhão.

Durante o desenvolvimento da segunda parte dos microprojetos, se fez necessário que alguns indígenas atuassem como mobilizadores das famílias para o desenvolvimento da proposta de agroecologia, especialmente porque a TI Manguairinha está em região de preponderância do agronegócio.

Assim, em novembro de 2014, foram encaminhadas as propostas de dois novos microprojetos para dar continuidade ao trabalho desenvolvido, sendo estas:

- “Apoio ao desenvolvimento dos quintais agroecológicos na TI Mangueirinha”, de José Osmino Capanema (Aldeia Sede);
- “Quintais agroecológicos na TI Mangueirinha (PR), interface com educação ambiental na escola indígena”, de Glória Luiz dos Santos (Aldeia Passo Liso).

Todos os microprojetos desenvolvidos na TI Mangueirinha contaram com o apoio técnico do agrônomo Olívio Dambrós.



D. Lourdes, Olívio Dambrós e D. Glória, no roçado da família do Sr. Adão, participantes de microprojetos do GATI (2014)



REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL NA TI MANGUEIRINHA

Dentre as ações desenvolvidas e articuladas pelo Projeto GATI na TI Manguueirinha foi a realização do Inventário Florestal Nacional (IFN). Esta iniciativa surgiu da demanda indígena de ter um maior conhecimento sobre a floresta da TI e seus recursos extrativistas (pinhão, erva mate, nó de pinho). Assim, foram feitos contatos com o Serviço Florestal Brasileiro, instituição vinculada ao Ministério de Meio Ambiente (MMA) que coordena este inventário. O IFN visa levantar a situação das florestas brasileiras, de modo a produzir informações para subsidiar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento, de uso sustentável e de conservação dos recursos florestais.

Como primeiro passo para aprofundar essa articulação, o Projeto GATI viabilizou uma viagem à Brasília de lideranças indígenas Kaingang e Guarani, junto com o chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da CR Interior Sul/Funai, para uma agenda de visitas e reuniões no Serviço Florestal Brasileiro, no dia 08 de maio de 2015. O objetivo principal desse encontro foi apresentar a metodologia estabelecida pelo Inventário Florestal Nacional (IFN) e discutir a possibilidade da realização do primeiro inventário florestal em Terra Indígena utilizando esta abordagem padronizada.



Comitiva da TI Manguueirinha, representantes da Funai, Projeto GATI e Serviço Florestal Brasileiro, durante reunião para definir protocolos de realização do Inventário Florestal na TI Manguueirinha (2015)



Equipe da empresa Saltus, contratada para os trabalhos de campo do Inventário Florestal Nacional, e equipe indígena de vigilância, durante o levantamento florestal na TI Mangueirinha (2016)

Na oportunidade, a comitiva visitou também o herbário da Reserva Ecológica do IBGE, para conhecer a forma como as amostras botânicas das árvores coletadas pelo IFN são identificadas e armazenadas e também visitou o Laboratório de Produtos Florestais, de Engenharia e Produtos da Madeira e de Biomassa da Madeira.

Uma vez estabelecido o interesse das partes em realizar o inventário, o Projeto GATI apoiou uma consulta específica às comunidades, em consonância com a legislação vigente e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, no entendimento que a realização do IFN na TI Mangueirinha deve ser precedida por um processo de consulta, com esclarecimentos e discussão junto às comunidades.

As reuniões de consulta foram realizadas no mês de fevereiro de 2016, sendo no dia 23 na Aldeia Palmeirinha do Iguaçu, com a comunidade Guarani, e no dia 24 na Aldeia Sede, com a comunidade Kaingang. Estiveram presentes, além de técnicos do Projeto GATI e Funai, representantes do Serviço Florestal e da empresa Saltus, contratada para os trabalhos de campo do inventário. Foi definida neste momento a participação da equipe de vigilância da TI na realização dos trabalhos de campo, que se iniciaram no mês de março.


Espera-se que a partir da realização do IFN, os indígenas da TI Mangueirinha possam utilizar as informações levantadas para buscar projetos que ajudem a manter a integridade da sua floresta, aliando a conservação à geração de renda e à segurança alimentar. Da mesma forma, os dados poderão ser utilizados nas escolas indígenas da região para que as futuras gerações possam conhecer mais a fundo um dos seus maiores patrimônios que é floresta de araucária e todo serviço ambiental proporcionado por ela.

EDITAL PPP GATI

Conforme os critérios do edital PPP GATI⁹, povos distintos ocupando uma mesma Terra Indígena poderiam apresentar propostas separadamente. Assim, a TI Manguueirinha teve duas propostas aprovadas no edital. A primeira iniciativa, apresentada pela Aproxinma, com o título “Projeto Capanema II”, teve como objetivo dar seguimento ao Projeto Capanema I, que promoveu o fortalecimento dos agentes indígenas de fiscalização e vigilância, após formação promovida pela CGMT/Funai e Projeto GATI. Com o projeto Capanema II os agentes ampliaram o seu escopo de atuação e implantaram um viveiro de mudas com espécies nativas para recuperação de áreas degradadas e de nascentes. Também como parte do projeto, um vídeo institucional foi produzido para mostrar as atividades promovidas pelos agentes.

A segunda proposta foi apresentada pela organização não governamental Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano - Outro Olhar, cujo título foi “Yy Porã: Água Boa”. O projeto atendeu a comunidade Guarani Mbya da aldeia Palmeirinha do Iguaçu e teve como objetivo promover a educação ambiental de crianças, jovens e adultos da aldeia e envolver a todos na recuperação de uma área degradada de nascente. Foram utilizadas técnicas agroflorestais com espécies nativas, como forma de reforçar a importância do manejo sustentável do ecossistema. O projeto também capacitou os indígenas em técnicas de criação de abelhas sem ferrão e promoveu a doação de caixas de melípona para produção e coleta do mel. Participaram do projeto cerca de 80 famílias Guarani Mbya, somando um total de 350 pessoas.

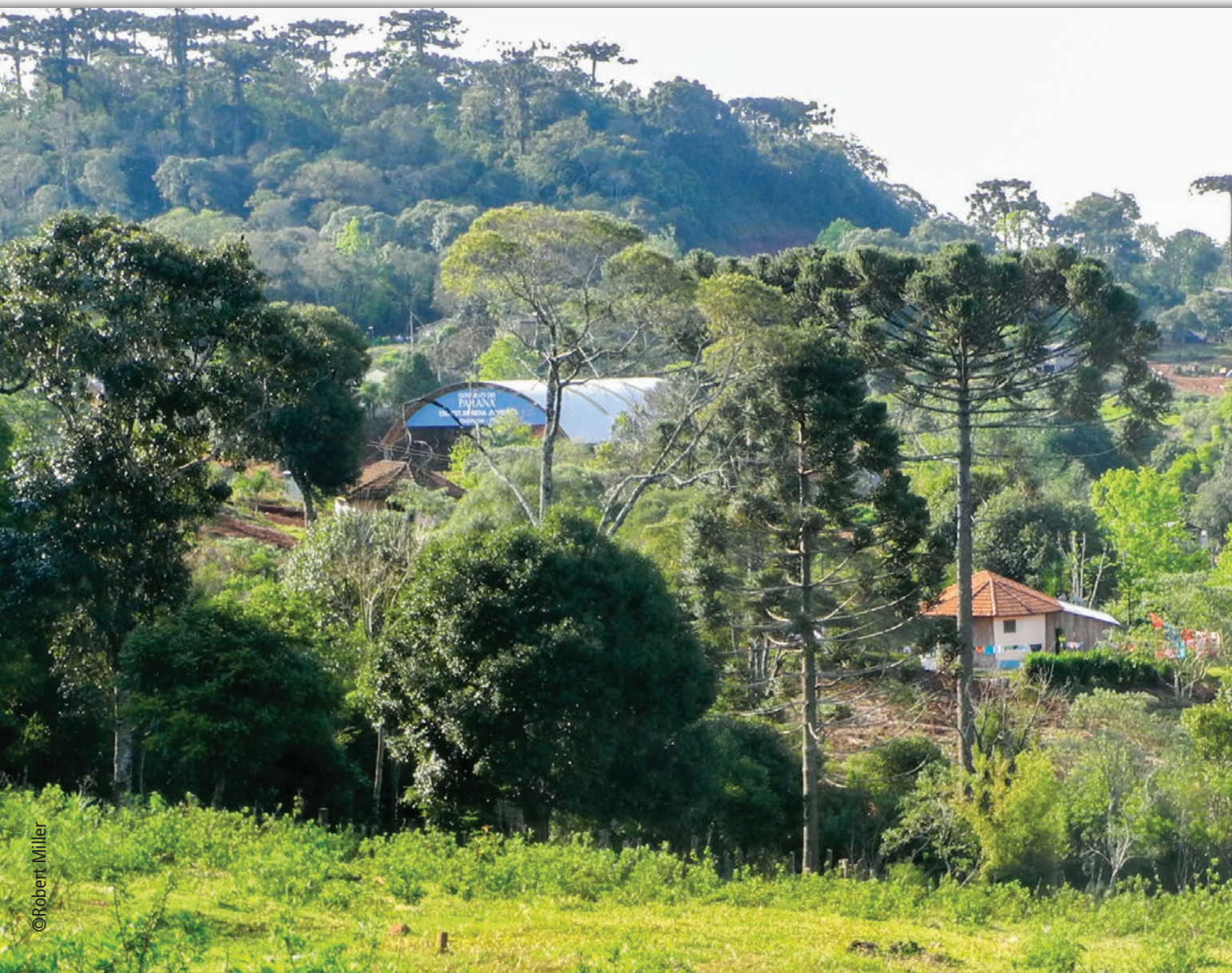



Mutirão para plantar mudas de espécies nativas em área de nascente na aldeia Palmeirinha. A iniciativa foi apoiada pelo edital PPP GATI (2016)

⁹ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI MANGUEIRINHA

Por meio do desenvolvimento de ações e atividades do Projeto GATI na TI Manguueirinha aprofundou-se a discussão sobre gestão territorial indígena, pautada por temas levantados pelos próprios indígenas e que se caracterizam como incentivos ao debate sobre a sustentabilidade ambiental. Entre esses temas mobilizadores, estão o resgate de sementes tradicionais, técnicas como agroecologia e sistemas agroflorestais, além da cartografia como ferramenta para se pensar o território. Para tanto, há um conjunto de iniciativas que demandam apoio e assessoria para que as ações de gestão territorial na TI Manguueirinha tenham continuidade:



- Realização de oficina sobre Cartografia Social como ferramenta para reconhecimentos identitários, mobilização social e gestão ambiental da TI Manguueirinha.
- Reavivtação dos limites da TI como participação da Funai e dos indígenas como ferramenta de controle e gestão territorial.
- Assessoria e apoio à projetos de agricultura alternativa e agroecológica.
- Incorporação e divulgação das informações geradas pelo Inventário Florestal Nacional na TI Manguueirinha para que as mesmas tenham um maior aproveitamento por parte dos indígenas, especialmente nas escolas.
- Esclarecimentos e oficinas de capacitação sobre o tema de eco-etnoturismo em Terras Indígenas.
- Necessidade de continuar ações de recuperação ambiental de áreas degradadas e implantação de viveiros de mudas com espécies nativas que fornecerão as plantas para o reflorestamento.



◀ Vista da aldeia Sede na TI Manguueirinha. A ocupação da terra pelos indígenas demonstra a harmonia com a floresta (2014)

Araucárias nas redondezas da
aldeia Sede (2014), TI Mangueirinha



Etnomapas elaborados durante o evento Diálogos
Territoriais para a comunidade Kaingang (2014)



Comitiva de indígenas de Mangueirinha e Funai
em visita ao herbário do IBGE (Brasília-DF) a
convite do Serviço Florestal Brasileiro (2015)



Encontro na TI Mangueirinha com principais lideranças locais, sobre processo de consulta do inventário florestal realizado na TI, pelo Serviço Florestal Brasileiro (2016)



© Robert Miller

Extração de nó de pinho (Araucária) na TI Mangueirinha (2014)



© Andreza Andrade

TERRA INDÍGENA ARARIBÁ



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Araribá está localizada nos municípios de Avaí e Duartina, no Estado de São Paulo (SP) e está regularizada com 1.930 hectares. É habitada principalmente pelos Terena e pelos Guarani, e ainda por alguns Kaingang. A população é de aproximadamente 600 pessoas distribuídas em quatro aldeias, denominadas: Erekuá, Kopenoty Nimuendajú e Tereguá. A TI Araribá está ligada à Coordenação Técnica Local (CTL) de Bauru, que foi a antiga “Administração Regional”, até a reestruturação da Funai no final de 2009. Atualmente este papel regional é exercido pela Coordenação Regional da Funai Litoral Sudeste, localizada em Itanhaém (SP).

A TI Araribá está localizada em um território tradicional dos Kaingang. Os Guarani, denominados de Nhandeva ou Xiripa e que hoje se autodenominam Tupi-Guarani, foram levados para a região pelo SPI, que ali criou uma reserva indígena. Parte de seus antepassados foram identificados por Kurt Nimuendaju como pertencentes aos subgrupos Tanigua, Oguauíva e Apapocuva, que viviam em territórios vizinhos, ou se encontravam de passagem em seus movimentos migratórios em direção ao litoral. Passaram por vários momentos críticos ao longo da sua história, como um surto de gripe em 1917, que quase dizimou a população inteira. Incentivados pelo Serviço de Proteção aos Índios - SPI, os Terena chegaram à região em várias levas a partir de 1932, provenientes de aldeias Terena do Mato Grosso do Sul, principalmente das atuais TIs Taunay-Ipegue, Bananal, Buriti, Limão Verde, Cachoeirinha, com as quais continuam mantendo vínculos de parentesco. Com o passar dos anos, os Terena se adaptaram a uma nova realidade, com geografia, fauna e flora diferentes das que tinham no MS, e acabaram se fixando e se tornando mais numerosos.

O nome atual da TI é uma referência à árvore araribá (*Centrolobium* sp. – Fabaceae), uma árvore, hoje rara na região. Ao longo de sua história o Araribá passou por vários ciclos de exploração: da extração madeireira, incentivada e iniciada pelo próprio SPI, à produção intensa de mandioca até a formação de pastagens. As sequelas destas atividades foram profundas e sentidas até hoje, na medida em que a quase totalidade da TI foi desmatada, e as áreas que não são utilizadas para lavouras foram tomadas por capim, com grande risco de fogo na estação seca.

CONTEXTO

A TI Araribá está situada na transição dos Biomas Cerrado e Mata Atlântica, na região central do Planalto Ocidental Paulista, com relevo composto por colinas de topos aplainados, amplos e baixos. A vegetação original, formada predominantemente por Cerrados e Florestas Mistas, foi quase totalmente removida por atividades históricas de extração madeireira, de atividades agropecuárias e monoculturas agrícolas, restando somente alguns fragmentos florestais de pequeno a médio porte.

A TI Araribá apresenta terras banhadas pela bacia hidrográfica do rio Batalha, maior rio da região, cujo trecho de seu leito se constitui em uma das divisas da TI. Este foi um rio de importância histórica para os moradores da TI, devido a sua abundância de peixes, no entanto hoje suas águas se encontram contaminadas por agrotóxicos utilizados nas monoculturas presentes ao longo de seu leito. Este rio possui alguns afluentes que nascem no interior da TI, entre eles o córrego Araribá, cujas nascentes foram profundamente prejudicadas pelo desmatamento das matas ciliares.

Atualmente os moradores da TI convivem com uma terra árida, resultado da substituição da floresta pela agropecuária. Por este motivo, passaram a desenvolver atividades apoiadas por projetos de recuperação ambiental, mais recentemente pela implantação de agroflorestas (também conhecidas como Sistemas Agroflorestais - SAFs). Atualmente, diversas áreas da TI




 TI Araribá

estão em fase de recomposição da vegetação nativa, especialmente nas cabeceiras e matas ciliares dos córregos que cortam a TI. Efetivamente, estas ações se intensificaram a partir de 2009, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FeHidro), por meio de trabalhos apoiados pela Funai e pela Funasa. Ao longo de várias etapas, conseguiu recuperar

29 hectares de áreas degradadas, consorciando o plantio de árvores nativas com a produção de alimentos. Para isso, foi criado o IDMAI, Instituto de Meio Ambiente Indígena, que viabilizou a apresentação de projetos de recuperação das nascentes e das matas ciliares dos principais córregos encontrados no interior da TI Araribá.

Estas iniciativas, apesar de demonstrativas e educativas, atingiram pequenas porções da TI, que continuou a enfrentar diversos problemas ambientais, tal como a erosão dos solos e incêndios no período da seca, de abril a setembro, na medida em que as fazendas do entorno da TI utilizam o fogo para limpar e ampliar suas pastagens. Estes incêndios geralmente adentram a TI, causando grandes danos em sua vegetação. No geral, o relacionamento com os fazendeiros do entorno é relativamente pacífico, porém nesses casos de incêndios e invasão do gado dentro da TI, normalmente ocorrem conflitos.

Área de nascente recuperada por meio de agrofloresta (2015)



Em relação à agricultura, a mandioca é o principal produto da TI Araribá. Por influência da tradição agrícola Terena, a planta é cultivada tanto para o consumo interno quanto para comercialização. Na TI atualmente existe uma agroindústria de beneficiamento da mandioca apoiada pelo projeto Microbacias II da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por intermédio do apoio da GATI e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Anteriormente os indígenas vendiam mandioca não beneficiada, a um valor baixo. Com o beneficiamento, porém, a mandioca é limpa, descascada e cortada e entregue a uma cooperativa, o que agrega valor ao produto e resulta em um melhor preço. Além da mandioca, também há cultivos de batata doce, abóbora, melancia, milho, amendoim e de espécies frutíferas nos quintais.

Na TI há empreendimentos que afetam a vida dos indígenas, como os trilhos de uma estrada de ferro que cortam a TI, gerida atualmente pela ALL (América Latina Logística) e a possibilidade da construção de um presídio nas proximidades da TI. Um caso emblemático foi o caso da variante da ferrovia ligando as cidades de Bauru/SP a Garça/SP, projetada e construída pela extinta Fepasa (Ferrovias Paulistas S.A). Somente em 1985, em virtude de articulações feitas pela presidência da Funai junto à Fepasa, é que os índios receberam uma indenização pelos danos causados pela construção daquela ferrovia.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Em Araribá, as aldeias Erekuá e Kopenoty são da etnia Terena; Nimuendaju da etnia Guarani e a aldeia Tereguá, formada por indígenas tanto Terena como Guarani. Todas as quatro são representadas por seus caciques, vice-caciques e diversas lideranças. As decisões são tomadas mediante consultas às comunidades e em alguns eventos tradicionais os caciques têm papel central, como no caso dos casamentos, nas festas e ritos tradicionais e na representação das aldeias junto à Funai e aos governos municipal e estadual. O cargo de cacique é preenchido através de escolhas coletivas.

Em relação à representatividade política para fora das aldeias, alguns representantes da TI Araribá nos últimos anos têm ocupado cargos públicos no município de Avaí, como vereadores e secretários. Boa parte de programas sociais que passam pelo município também beneficiam as aldeias de Araribá. A TI também tem representantes no conselho da Bacia do Rio Batalha e do Aquífero Guarani, mas reivindicam aumento de participação.

Em relação ao associativismo, existem algumas associações indígenas na TI Araribá. Entretanto, boa parte delas apresenta dificuldades em sua regularização, representatividade e na capacidade técnica para elaboração e gestão de projetos. O Instituto de Meio Ambiente Indígena (IDMAI) atuou até os últimos anos como uma associação representativa de todas as aldeias da TI na elaboração e apresentação de projetos de sustentabilidade junto a seus parceiros. Porém, atualmente é a Associação Centro de Cultura Terena Kipae (ACCTK), que passou a desempenhar este papel.

Grupo de dança tradicional de
crianças Terena da TI Araribá (2013)



AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI ARARIBÁ

A fim de articular a implementação do Projeto GATI na região, foram realizadas reuniões de esclarecimento, um diagnóstico da situação socioambiental da TI e um levantamento de suas principais demandas socioambientais e territoriais. Desses encontros saíram os indicados para compor o Conselho Regional Deliberativo do Projeto GATI.

Na primeira reunião do Conselho, realizada em novembro de 2012, em Itanhaém (SP), os conselheiros escolheram as principais demandas que deveriam ser atendidas prioritariamente pelo Projeto GATI na região, que foram as bases para elaboração do plano de ação do Projeto para a TI Araribá. Tais demandas foram:

- Apoio na ampliação dos sistemas agroflorestais;
- Formação de agentes agroflorestais indígenas;
- Recuperação de áreas degradadas (nascentes e reflorestamento com espécies nativas);
- Apoio no melhoramento, produção e comercialização de espécies agrícolas tradicionais (mandioca, batata-doce, milho, etc.);
- Transformação do sistema agrícola convencional em sistemas agroflorestais;
- Capacitação para o manejo sustentável de recursos ambientais.

A partir da definição dessas prioridades, foram elaborados projetos e encaminhados ao GATI e à Funai. Dentre as atividades escolhidas, uma série de cursos, oficinas temáticas, intercâmbios e ações de recuperação ambiental foram planejados, elaborados e executados. As ações foram feitas em parceria com a Coordenação Geral de Gestão Ambiental da Funai, a Coordenação Regional Litoral Sudeste, a Coordenação Técnica Local de Bauru e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão de extensão agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo.



Indígenas Guarani e Terena do Mato Grosso do Sul (Núcleo Pantanal/Cerrado) visitam a TI Araribá para conhecer experiências de recuperação ambiental (2013)

INTERCÂMBIO PARA CONHECER EXPERIÊNCIAS DE CENTROS DE FORMAÇÃO INDÍGENA

O intercâmbio teve como objetivo proporcionar aos indígenas dos Núcleos Regionais Sudeste e Sul, o conhecimento de experiências já constituídas de centros de formação indígena na Amazônia. A partir deste contato, os indígenas tiveram mais subsídios para refletir e planejar uma possível proposta de centro de formação para seus Núcleos. Os intercâmbios aconteceram entre os dias 15 a 25 de maio de 2013 e tiveram 20 participantes. Dentre eles, estava Júlio Terena, representante da TI Araribá, que visitou os seguintes centros:

- Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), ligado ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), localizado na comunidade do Surumu, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR);
- Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre);
- Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI) em Manaus, ligado à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

CAPACITAÇÃO PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

O projeto das Microbacias II da CATI¹⁰ já estava atuando na TI Araribá no processamento da mandioca, agregando valor ao produto que antes era vendido para atravessadores sem ser beneficiada, por preços muito baixos. A CATI articulou a capacitação de membros da aldeia Ekeruá, que passaram a processar a mandioca e comercializá-la com a Cooperativa Agrícola de Ubirajara. Isto valorizou o preço da mandioca produzida pelos agricultores da aldeia Ekeruá, que também passou a incorporar a produção de mandioca das outras aldeias da TI Araribá.

O Projeto GATI apoiou esta iniciativa por meio da realização de oficinas de capacitação no processamento da mandioca e de outros produtos agrícolas cultivados na TI e através da aquisição de equipamentos (trator, picadores, balanças, embaladoras, etc.) para a realização de diversas etapas deste processamento. As oficinas tiveram como objetivo dar apoio ao processamento da produção de cultivos anuais (mandioca, batata-doce, milho, etc.) integrados e consorciados ao modelo agroflorestal de espécies nativas e frutíferas, visando o melhoramento da produção e obtenção de alternativas econômicas sustentáveis. As oficinas aconteceram entre ao longo dos anos de 2013 e 2014 e tiveram como tema o processamento da mandioca (descascar, lavar e embalar) e a cadeia produtiva das plantas cultivadas na aldeia. As oficinas foram ministradas por engenheiros agrônomos da CATI, João Pacheco de Almeida Prado, Eduardo Caminero Gomes e Sergio Mitsuo Ishicava e em cada módulo participaram cerca de 20 indígenas.

Agroindústria de beneficiamento de mandioca da TI Araribá (2013)

Mandioca produzida na TI Araribá para beneficiamento e comercialização (2015)



©Dafran Macário



©Robert Miller

¹⁰ O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado é uma ação do Governo do Estado de São Paulo, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Integral (CATI) e pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Projeto pretende aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais.

INTERCÂMBIOS PARA A COOPERAFORESTA

Representantes da TI Araribá fizeram parte de um grupo de 14 indígenas que visitaram a Cooperafloresta, localizada em Barra do Turvo (SP), e considerada como referência pelo seu trabalho com agroflorestas no âmbito da agricultura familiar. A visita aconteceu entre 28 de setembro e 03 de outubro de 2014. No intercâmbio, os indígenas conversaram com agricultores sobre implantação de agroflorestas, geração de renda a partir da venda da produção excedente e ainda como fazer o beneficiamento dos produtos agroflorestais.

Intercâmbio de indígenas e servidores da Funai, do Núcleo Regional Mata Atlântica Sudeste para Cooperafloresta (2014)



AGROFLORESTAS COM SERINGUEIRA NA TI ARARIBÁ (SP)

Na busca por alternativas econômicas que causassem menor degradação aos solos e ecossistemas, os indígenas da TI Araribá, com assessoria da CATI, identificaram o plantio de seringueira (*Hevea brasiliensis*) para produção de látex como opção promissora. Assim, foi articulado o apoio do Projeto GATI, da Funai e da CATI para implementar módulos de SAFs com seringueiras em áreas degradadas de todas as aldeias da TI Araribá. No total foram cerca de 100 hectares de áreas degradadas que receberam o plantio de aproximadamente 30 mil mudas, 25 mil adquiridas pela Coordenação Regional da Funai Litoral Sudeste e 5 mil produzidas e enxertadas na própria TI. O plantio seguiu recomendações técnicas da CATI para cultivo de seringueiras no Estado de São Paulo e apoio da CTL Funai de Bauru.

Após o preparo das áreas e o plantio das mudas de seringueiras, cultivos tradicionais tais como milho, abobrinha, batata-doce, mandioca, feijão e melancia foram realizados nas entrelinhas, atendendo a demanda indígena por resultados econômicos mais imediatos, visto que a extração de látex das seringueiras só é iniciada seis anos após o plantio.

Para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das mudas nos períodos mais fortes de seca, a Funai, via Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), financiou a compra de um tanque carreta com bomba hidráulica com capacidade de 10.000 litros. Outro equipamento adquirido, desta vez pela Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento (CGEtno), foi um trator agrícola de 85 CV.


Para apoiar a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), dando continuidade às atividades de conservação, recuperação ambiental e de gestão ambiental e territorial desenvolvidas na TI Araribá, foram apresentados e aprovados dois projetos, através do edital de pequenos projetos do PPP GATI, visando apoiar as ações do Projeto GATI, em parceria com a Funai e a CATI (Coordenadoria de Ação Técnica Integral, da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo) e as lideranças das comunidades beneficiadas. Estes projetos propiciaram a aquisição de diversos equipamentos destinados aos tratos culturais das plantas cultivadas nos SAFs, entre elas roçadeiras e arados, e a construção de um galpão para guardar estes equipamentos.



Área degradada para ser recuperada com mudas de seringueiras em módulo de SAFs, na aldeia Ekeruá (2014)



© Dafran Macario


 Mudras de seringueiras enxertadas produzidas na aldeia Ekeruá para implantação de módulos de SAFs (2014)

Seringueiras plantadas em  módulo de SAF (2015)



© Dafran Macario



Plantando mudras de seringueiras em módulo de SAF (2015)

© Dafran Macario

OFICINA DE DISCUSSÃO SOBRE PGTA E ETNOMAPEAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE AGROFLORESTAS NA TI ARARIBÁ — 20 A 22 DE AGOSTO DE 2014

A oficina teve o intuito de fazer uma apresentação sobre a elaboração de PGTA e Etnomapeamentos, e de organizar a implantação de agroflorestas. A oficina contou com a participação de diversos colaboradores; além de cerca de 20 representantes indígenas, entre lideranças e jovens representantes das aldeias Ekeruá, Nimuendaju, Kopenoti e Teregua, TI Araribá.

Porém, ao final desta oficina as lideranças da TI Araribá decidiram deixar a oportunidade de elaboração de etnomapeamentos e PGTA para o futuro, devido à grande quantidade de atividades já desenvolvidas na TI, que estão mobilizando a participação de todas as lideranças e dos jovens interessados nestas atividades.

MICROPROJETOS

Os microprojetos desenvolvidos na TI Araribá tiveram o intuito de apoiar o trabalho de indígenas no enriquecimento agroflorestal enquanto exemplo de práticas de recuperação ambiental e de manejo de recursos ambientais importantes para as comunidades indígenas. Nesse contexto, também houve a construção de viveiros de mudas para apoiar a implantação de agroflorestas. Os projetos executados foram:

- “Implantação de viveiro de mudas de seringueira - *Hevea brasiliensis*, para composição de Sistemas Agroflorestais - SAFs”. O projeto foi executado na aldeia Ekeruá em 2014 e teve como responsável Jazone de Camilo da aldeia Ekeruá;
- “Implantação de viveiro de mudas nativas para recomposição de áreas degradadas”. O projeto foi executado em 2014 e teve como responsável Claudino Marcolino da aldeia Nimuendaju;
- “Implantação de viveiros de mudas de seringueiras- *Hevea brasiliensis*, para composição de Sistemas Agroflorestais”. Projeto executado em 2014, cujo responsável foi responsável Eleandro Sebastião, da aldeia Kopenoti.

PPP GATI

De acordo com o edital PPP GATI¹¹, as Áreas de Referência do Projeto GATI habitadas por duas etnias poderiam receber mais de um projeto. Sendo assim, a TI Araribá apresentou dois projetos que foram aprovados e executados entre 2015 e 2016, sendo que o proponente para ambos foi a Associação Centro Cultural Terena Kipae (ACCTK). Os projetos foram:



©Demian Nery

Representantes dos projetos apoiado pelo edital PPP GATI ("Vukápanovó - Vamos em frente. Apoio à implantação de Sistemas Agroflorestais nas Aldeias Ekerua e Kopenoti" e "Iko odjaty-Wy - Semeando a vida. Apoio à implantação de Sistemas Agroflorestais nas Aldeias Nimuendaju e Tereguá"), durante oficina promovida pelo GATI e ISPN em Brasília (2015)

"Vukápanovó - Vamos em frente. Apoio à implantação de Sistemas Agroflorestais nas Aldeias Ekerua e Kopenoty". A iniciativa teve como objetivo dar continuidade às ações desenvolvidas na TI Araribá, de conservação, recuperação e implantação de agroflorestas, apoiadas pelo Projeto GATI, Funai e CATI. Dessa forma, foram implantados agroflorestas nas aldeias Ekerua e Kopenoti, com seringueiras (produzidas com apoio do GATI) consorciados com alimentos tradicionais (que tem apoio do projeto Microbacias II). Também com apoio do PPP GATI foi construído um galpão para armazenamento de ferramentas utilizadas nos trabalhos de campo. No total foram beneficiadas cerca de 106 famílias, que somam um total de aproximadamente 400 pessoas.

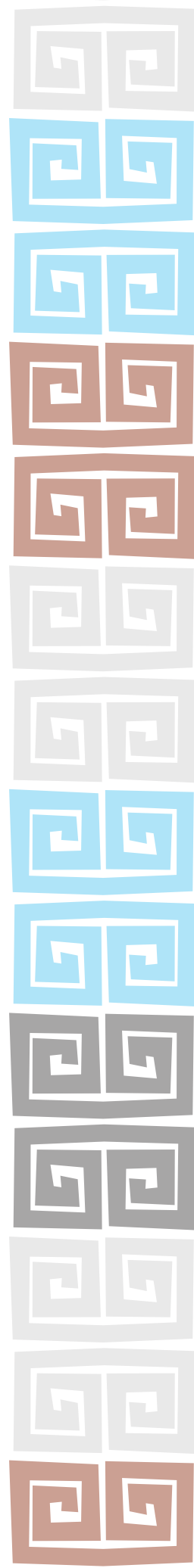
"Iko odjaty-Wy - Semeando a vida. Apoio à implantação de Sistemas Agroflorestais nas Aldeias Nimuendaju e Tereguá". Da mesma forma que a primeira, esta iniciativa teve como objetivo dar continuidade às ações em curso, desenvolvidas pelo Projeto GATI, CATI e Funai. Nesse projeto as beneficiadas foram as aldeias Nimuendaju e Tereguá, que contou com a participação de 62 famílias somando cerca de 216 pessoas envolvidas. O projeto também construiu um galpão para armazenamento das ferramentas utilizadas nos trabalhos de campo.

¹¹ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

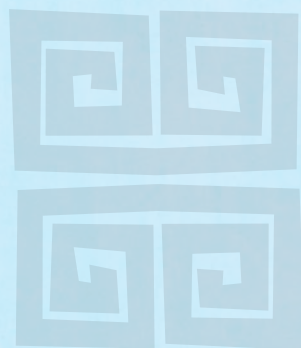
RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI ARARIBÁ

Por meio de diversas iniciativas e parcerias, as comunidades da TI Araribá vêm revertendo um quadro de degradação ambiental que atingiu seu território, fruto de um histórico de ações, inclusive por parte do órgão indigenista, que levaram e estimularam a implantação de modelos agrícolas não sustentáveis. Hoje, a busca por sustentabilidade ambiental, social e econômica na TI passa pela restauração dos ambientes degradados, principalmente as matas ciliares, por conta de seu papel fundamental nos serviços ecossistêmicos. Ao longo deste processo, as comunidades aprenderam que é possível conjugar a restauração ambiental com a produção de alimentos, por meio das agroflorestas, incluindo o plantio de árvores para fins econômicos, no caso, a seringueira para produção de látex.

No entanto, ao mesmo tempo em que abrem um leque de possibilidades, os novos sistemas de produção agroflorestal também exigem aprendizados constantes, e muitas vezes, apoio externo para as fases iniciais de sua implantação. Trilhar o caminho da recuperação ambiental com agroflorestas, portanto, exigirá às comunidades da TI Araribá um esforço de articulação com diversos parceiros para que consigam este apoio necessário, visto que no momento, não há uma fonte única e facilmente acessível para apoiar a gestão ambiental das TIs. Recomenda-se, portanto, que sejam aproveitadas as ferramentas de planejamento que hoje existem, tais como o etnomapeamento, o etnozoneamento e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA), como instrumentos para consolidar as informações sobre a tarefa que a TI Araribá enfrenta para sua gestão, como também buscar apoio para este esforço.



TERRA INDÍGENA
GUARANI
DE BRACUÍ



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Guarani de Bracuí está localizada no município de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro (RJ). Está regularizada com 2.126 hectares. É tradicionalmente habitada pelo povo Guarani Mbya, que soma uma população de 380 pessoas. A Terra Indígena é chamada pelos Guarani de *Tekoa Sapukai*. As línguas faladas são o Guarani, utilizada cotidianamente como primeira língua, e o Português, utilizada somente no contexto das relações com a sociedade envolvente.

CONTEXTO

A TI Guarani de Bracuí está localizada no Bioma Mata Atlântica, inserida em uma região montanhosa encravada na Serra do Mar. A vegetação predominante é de floresta ombrófila densa, apresentando porções de maior conservação nas áreas de relevo mais íngreme. Os rios e riachos do interior da TI apresentam boas condições para consumo humano, alguns dos quais abastecem a maioria das habitações. Entretanto, estes rios e córregos não possuem tantos peixes. As únicas fontes de pescado na TI são os pequenos e poucos tanques de piscicultura existentes, onde são criadas tilápia, carpa e tambaqui.

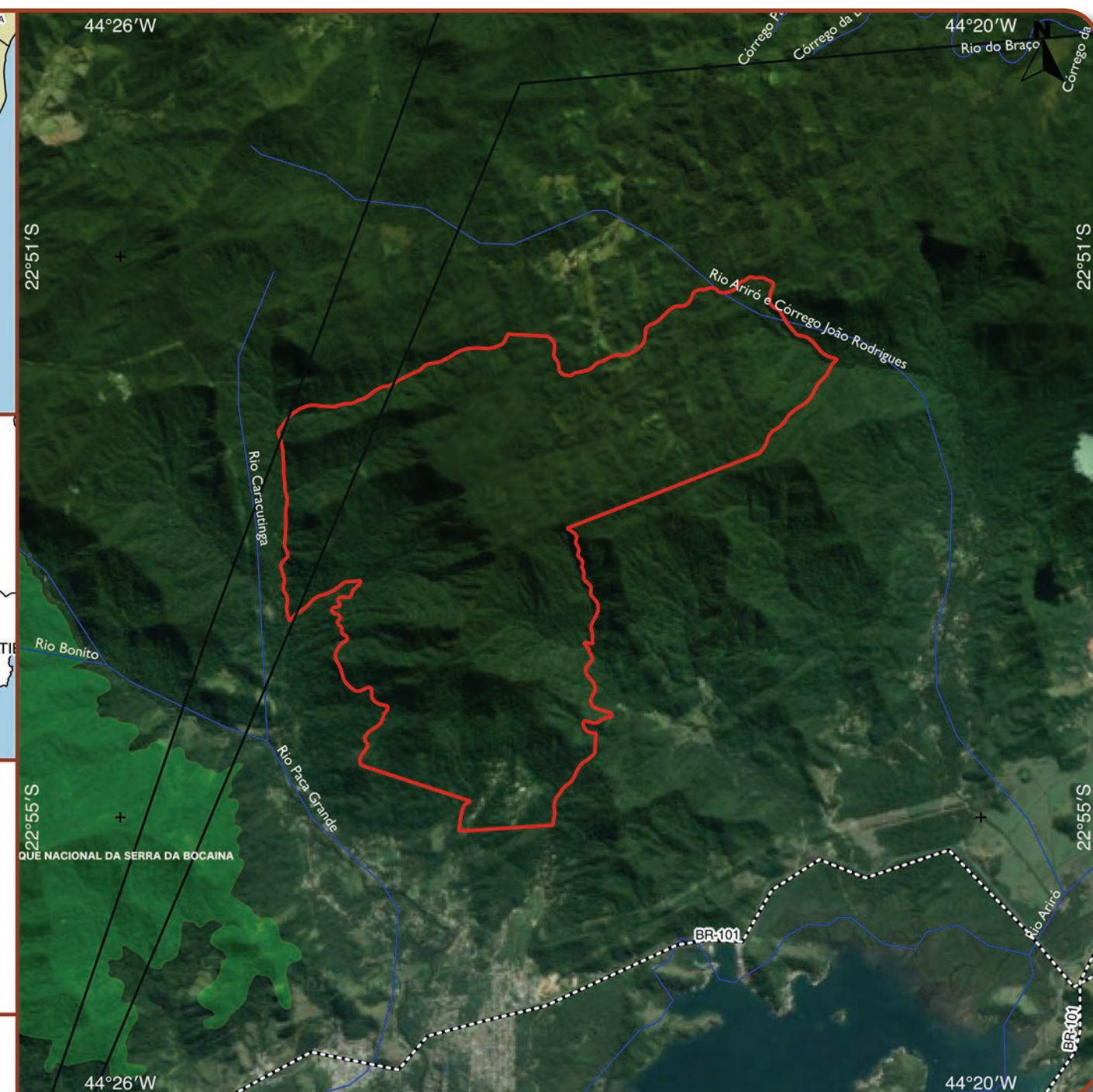
Os Guarani de Bracuí cultivam tradicionalmente milho, mandioca, batata doce, amendoim, erva mate e diversos frutos. As áreas de plantio estão localizadas principalmente nos quintais das casas e em pequenas roças familiares próximas das residências. Os quintais apresentam grande diversidade de frutos e outros alimentos. A produção gerada nestes locais serve de complemento alimentar das famílias. As roças Guarani tem como principal finalidade a manutenção das plantas de importância cultural e mítica. Somente uma parte de seus alimentos provém destes plantios. Atualmente, dependem de alimentos doados ou comprados no comércio local. Esta dependência se deve ao tamanho do território e à condição do solo para produção agrícola, que somada à diminuição da caça, causou um grande desequilíbrio na alimentação dos Guarani.

O extrativismo é uma importante atividade para o grupo. Algumas madeiras são utilizadas na construção de suas casas, outras como remédio, lenha e para a confecção de utensílios e artesanatos. A palmeira juçara, muito apreciada pelos Guarani, fornece madeira e um palmito, bastante valorizado como alimento. Também coletam frutos, sementes e fibras da floresta para confeccionar utensílios e artesanato. Outra palmeira importante é a guaricanga¹², uma palmeira cujas folhas são usadas para cobrir



TI Guarani de Bracuí

¹² *Geonoma gamiova* (confirmar)



as casas. O seu uso causou uma diminuição no interior da TI, principalmente perto da **tekoá**. Essa situação despertou a preocupação para necessidade de plantio e do reflorestamento de áreas impactadas com espécies vegetais valorizadas pelos Guarani, principalmente com as palmeiras (juçara, pupunha, açaí e guaricanga) e outras espécies arbóreas frutíferas ou fornecedoras de madeira. Estes recursos não são explorados comercialmente, excetuando-se o palmito da palmeira juçara¹³, que é vendida na região.

13 *Euterpe Edulis*



Vista da aldeia Sapukai. À frente,
ilhas de Angra dos Reis (2016)

Atualmente a principal ameaça à Terra Indígena são os conflitos que surgem a partir da invasão de não-indígenas para retirar ilegalmente o palmito juçara. Mas há também invasões para a prática de caçadas e a aproximação das residências de não índios para locais próximos aos limites da TI. Essas práticas aceleram o processo de degradação ambiental no território e gera uma profunda preocupação entre os Guarani, principalmente em relação ao já escasso estoque de recursos ambientais, que são fundamentais para a manutenção da vida e da cultura Guarani. Dentre as ameaças vindas do entorno da TI Guarani de Bracuí, está a presença das usinas nuclear Angra I, II e III, que ficam a cerca de 15 quilômetros da TI.

Desenhos de ícones representando
elementos da Terra Indígena. Os
desenhos são parte do processo de
etnomapeamento do PGTA do Bracuí





ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Para os Guarani, **tekoa** são locais propícios para eles se estabelecerem com suas famílias e exercer o “modo de ser” Guarani. A palavra **tekoa** é geralmente traduzida pela palavra ‘aldeia’, mas seu conceito é muito mais abrangente. Ela reúne condições geográficas, ecológicas imprescindíveis para que possam estabelecer seu espaço político, social, religioso, além de sua agricultura tradicional de subsistência.



Vista para a aldeia
Sapukai (2015)

O **Tekoá Sapukai** é formado por 5 **Joapyguas**, que é uma subdivisão espacial do **tekoa** e ao mesmo tempo uma organização espacial de acordo com a afinidade e consanguinidade. Quanto à organização política, ela é exercida por uma liderança tradicional, que ao mesmo tempo, no caso de **Sapukai**, é também a liderança religiosa e um conselho de lideranças representada por representantes dos **Joapyguas**. Há também a Associação Comunitária Indígena de Bracuí (ACIBRA), criada para facilitar a comunicação com parceiros não indígenas e os governos municipal, estadual e federal.

Nas aldeias Guarani as **Opy** (Casas de Reza) têm lugar de destaque. Na **Sapukai** a maior **Opy** ou **Opy guaçu** está localizada numa das poucas áreas planas do **tekoá** e é feita nos moldes da arquitetura tradicional Guarani. Nas **Opy** são realizados os rituais de cura, os rituais funerários e o batismo do milho, centrais na cosmologia Guarani. No pátio desta casa de reza é realizado reuniões e encontros para tomada de decisões coletivas, além das festas tradicionais.



Desenhos de ícones representando elementos da Terra Indígena. Os desenhos são parte do processo de etnomapeamento do PGTA do Bracuí



AÇÕES DO GATI NA TI GUARANI DE BRACUÍ

O início do Projeto GATI na TI Guarani de Bracuí foi marcado por reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto para a comunidade. Desses encontros saíram os indicados para compor o Conselho Regional Deliberativo do Projeto GATI. Na primeira reunião, realizada em novembro de 2012, em Itanhaém (SP), os conselheiros escolheram as principais demandas do Núcleo Mata Atlântica Sudeste a serem apoiadas pelo Projeto, entre as quais a recuperação florestal e uma melhor formação em gestão ambiental.

A partir de então, uma série de cursos, oficinas temáticas, intercâmbios e projetos foram planejados, elaborados e executados. As ações foram feitas em parceria com a Coordenação Regional da Funai Litoral Sudeste, Coordenação Técnica Local (CTL) de Paraty e com outros parceiros, como o Museu do Índio, IBGE e Prefeitura de Angra dos Reis.

INTERCÂMBIO PARA CONHECER EXPERIÊNCIAS DE CENTROS DE FORMAÇÃO INDÍGENA

Este intercâmbio teve como objetivo proporcionar aos indígenas dos Núcleos Sudeste e Sul conhecerem experiências já constituídas de centros de formação indígena na Amazônia. A partir deste contato, os Guarani tiveram mais subsídios para refletir e planejar uma proposta de centro de formação para seus Núcleos. Os intercâmbios aconteceram de 15 a 25 de maio de 2013 e tiveram 20 participantes, entre os quais **Lucas Benite Xunu Miri**, representante da TI Guarani de Bracuí. Os centros visitados foram:

- Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), na comunidade do Surumu, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR);
- Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre);
- Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI) em Manaus, ligado à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab);

CURSO DE CARTOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO PARA OS GUARANI DO RJ E SP

O curso de Cartografia e Georreferenciamento teve como objetivo capacitar representantes indígenas na construção de mapas e no uso de informações geográficas. O curso aconteceu entre os dias 12 a 16 de agosto de 2013, e de 09 a 13 de setembro de 2013, na Unidade Estadual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Rio de Janeiro (RJ). Estas etapas do curso, apoiadas pelo Projeto GATI, deram continuidade a uma formação que já havia sido iniciada anos anteriores, para os representantes indígenas das aldeias do estado do Rio de Janeiro e serviu para revisar todo o conteúdo trabalhado. Participaram desta duas etapas 15 indígenas, das Terras Indígenas Guarani do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre elas as TI Guarani de Bracuí, do Ribeirão Silveira e Tenondé Porã, e representantes de outras Terras Indígenas que compuseram a rede de experiência do Núcleo Regional: Araponga, Parati Mirim e Rio Pequeno, todas do Rio de Janeiro.

No curso, os indígenas trabalharam noções de cartografia e leitura de mapas; conhecimentos e habilidades para a compreensão de fotografias aéreas, imagens e mapas; conceitos técnicos necessários para uso de novas geotecnologias (GPS, SR, SIG e SI-Sistemas de Informação), dentre outros conhecimentos. O curso foi uma realização conjunta entre o Projeto GATI, Funai (Corlis e CTLs de Parati e São Paulo), IBGE, Fiocruz (Fundação Osvaldo Cruz), Sesai (Secretaria de Especial de Saúde Indígena) e comunidades indígenas envolvidas.



Curso de cartografia promovido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para os Guarani do Núcleo Regional Mata Atlântica Sudeste (2013)



INTERCÂMBIO DE AGROECOLOGIA PARA A COOPERAFORESTA

Representantes da TI Guarani do Bracuí compuseram um grupo de 14 indígenas que visitaram a Cooperafloresta, em Barra do Turvo (SP). A Cooperafloresta é uma cooperativa de pequenos agricultores, que apoia iniciativas de sistemas agroflorestais, capacita famílias e promove a agricultura familiar. O objetivo foi aproximar os Guarani às práticas agroecológicas, principalmente as unidades de SAFs de pequenos agricultores cooperados. A visita aconteceu entre os dias 29 de setembro a 3 de outubro de 2014. No intercâmbio, os indígenas conversaram com agricultores sobre implantação de SAFs, geração de renda a partir da venda da produção excedente e ainda como fazem o beneficiamento dos produtos agroflorestais. Este intercâmbio foi fundamental para a formação de jovens indígenas no aprimoramento de iniciativas de implantação de SAFs. Para eles, este intercâmbio foi muito importante, especialmente porque o Projeto GATI, juntamente com outros parceiros como a Funai, a EMATER e a Prefeitura de Angra dos Reis, vem dando continuidade e aprimoramento às ações de regeneração florestal com mudas de palmeiras, como a juçara e guaricanga.

IMPLANTAÇÃO DE SAFs NA TI GUARANI DO BRACUÍ

Com apoio do Projeto GATI, a comunidade da TI Guarani de Bracuí implantou diversos módulos de SAF. Os Guarani plantaram cerca de 60 mil mudas de palmeira juçara, 3 mil de açaí e 5 mil de pupunha. Essas mudas foram adquiridas pela CR Funai Litoral Sudeste e serviram para enriquecer as áreas de recuperação de áreas degradadas na TI, junto com 500 mudas de essências florestais nativas da Mata Atlântica. Além disso, com apoio do projeto, foi implantado um módulo de Agrofloresta na **tekooa Sapukai**, seguindo os preceitos da Agroecologia moderna. Por conta das condições de acesso à aldeia **Sapukai** foram deslocados veículos e técnicos CTL Funai de Paraty para realização de operação de subida das mudas e fertilizantes. Como resultado final, a ação conseguiu recuperar aproximadamente 50 hectares de floresta dentro da TI Guarani de Bracuí.

Chegada das mudas de palmáceas
na aldeia Sapukai (2014)





OFICINAS DE IMPLANTAÇÃO DE SAFs

Para auxiliar a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), foram realizadas na TI diversas oficinas, coordenadas por Lucas Benite Xunu Miri, apoiado pelo técnico em agroecologia, Michel Idris da Silva, da CR Litoral Sudeste e pelos engenheiros agrônomos da Subsecretaria de Agricultura de Angra dos Reis, Amanda Alves e André, e da EMATER/RJ. Estas oficinas envolveram a participação de cerca de 10 jovens Guarani.

Muda de palmeira juçara em SAF
implantando na TI Guarani do Bracuí (2015) ➤

➤ Implantação de módulo de SAF na
aldeia Sapukai (2014)



©Claudio Benites



©Dafran Macário

ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL (PGTA) DA TI GUARANI DE BRACUÍ

A proposta de um **Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Guarani de Bracuí**, apoiado pelo Projeto GATI foi de promover a elaboração de um PGTA efetivamente indígena, ou seja, realizado por representantes da comunidade Guarani da Tekoa (aldeia) Sapukai, TI Guarani do Bracuí, RJ.

Tratou-se de um trabalho com caráter predominantemente educativo, dirigido à formação/capacitação principalmente de jovens indígenas no uso de ferramentas e equipamentos de registro (diagnósticos, entrevistas, gravadores, GPSs, imagens de satélite, cartas topográficas, câmeras fotográficas e filmadoras, etc.), que propiciassem o registro e a valorização interna e externa da cultura Guarani e dos seus conhecimentos, formas de ocupação e de manejo ambiental que caracterizam o modo de vida deste grupo indígena.

Desta forma, a elaboração de um **PGTA da TI Guarani de Bracuí** poderá propiciar um quadro favorável de colaboração interinstitucional para o prosseguimento das atividades de capacitação e formação de pesquisadores e multiplicadores indígenas, como acontece em diversas TIs.

A equipe indígena do PGTA foi dividida entre coordenação, que foram: Lucas Benite Xunu Miri (Coordenador Geral); Algemiro da Silva (Orientador e tradutor); Claudio Benitez (Produção, direção e edição de audiovisual); e pesquisadores indígenas: Adílio Benites, Adilson da Silva, Aldo Fernandes Ribeiro, Cecílio Fernandes, Daniel Benites, Denilson Karai Mirim Mariano, Domingos Venite, Genico Fernandes Benite, Ildo Benites, Ivanilda Jaxuka Benites da Silva, Leandro Silva Santos, Lídia Fernandes, Paulo Benite, Valdenir Vera Mirim Gomes da Silva, Valdir da Silva e Vitor Fernandes Ribeiro.



Oficina de etnomapeamento na TI Guarani do Bracuí (2014)

As etapas de elaboração do PGTA foram:

I- Oficina de apresentação do conceito de PGTA para as lideranças da comunidade da TI Guarani de Bracuí – 2 a 4 de dezembro de 2013. Visou apresentar uma proposta de elaboração de um PGTA para representantes da comunidade TI Guarani de Bracuí e levantar possíveis temas norteadores que guiassem o processo de construção do Plano. Como resultado da oficina, os Guarani levantaram os seguintes temas:

- Reflorestamento/recuperação dos ambientes naturais;
- Mapeamento dos ambientes e dos recursos ambientais;
- Manejo dos recursos ambientais;
- Reflexões sobre a questão do lixo na TI;

2- Oficina de Planejamento – 2 a 4 de junho de 2014, que realizou planejamento conjunto de atividades, divisão de responsabilidades entre colaboradores indígenas e não indígenas.

3- Oficina de capacitação dos representantes indígenas e demais atores envolvidos na elaboração do PGTA da TI Guarani de Bracuí – 28 a 30 de julho de 2014, definiu a equipe de coordenação e equipes de execução formadas por Guarani que realizaram o PGTA.

4- Expedições e acompanhamento do levantamento de dados – 18 a 20 de setembro de 2014. As equipes percorreram os limites norte da TI, onde visitaram a *Tekoa Eira*, aldeia onde parte da comunidade da *Tekoa Sapukai*, morou durante alguns meses com o objetivo de vigiar os limites da TI e de experimentar viver mais distante dos não-indígenas.

Expedição dentro da Terra Indígena
como parte do processo de PGTA (2014)



5- Oficina de Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) na TI Guarani de Bracuí – 21 a 23 de outubro de 2014. Na oportunidade foi feita orientação para as equipes Guarani a fim de dar continuidade dos trabalhos de levantamento, pesquisa e etnomapeamento. Foi nessa ocasião que foram elaborados conjuntamente os cinco microprojetos que deram apoio às equipes.

6- Oficinas de apresentação e discussão dos dados levantados – 17 a 19 de novembro de 2014 e 16 a 18 de março de 2015. Foram momentos onde a equipe técnica de assessoria do PGTA elaborou e entregou um questionário e roteiro para auxiliar as equipes Guarani no levantamento de dados para o PGTA.

7- Oficina de etnomapeamento e levantamento de dados – 15 a 19 de abril de 2015. Os três dias de oficina recolheram, avaliaram e orientaram o levantamento de dados do PGTA, entre eles os mapas mentais elaborados pela comunidade.

8- Oficina de apresentação do edital do PPP-GATI e continuidade do PGTA – 01 e 02 de maio de 2015. Novamente, a oficina recolheu novos dados levantados e apresentou o edital PPP GATI para a comunidade onde discutiu-se o projeto que iria ser submetido à chamada.

9- Oficina de etnomapeamento e orientações para sistematização dos produtos do PGTA – 13 a 16 de julho de 2015. Houve a entrega dos textos produzidos pelos pesquisadores Guarani; orientação da continuidade dos trabalhos de levantamento e pesquisa, de etnomapeamento e da redação e elaboração dos produtos alcançados;

10- Oficina de capacitação para o uso dos equipamentos de registro audiovisual, adquiridos pelo Projeto GATI, para realização de produto audiovisual do PGTA - 28 e 29 de outubro de 2015. A oficina capacitou os cinegrafistas Guarani a utilizarem os equipamentos audiovisuais para realizarem o registro do PGTA em vídeo.

O resultado de todas estas etapas foi a produção e a publicação do PGTA Guarani em formato de livro e três vídeos referentes a o reflorestamento, ao processo de etnomapeamento e a relação com o entorno. Tanto o Plano de Gestão Territorial e Ambiental quanto os vídeos produzidos são tidos como o registro do processo de construção coletiva do PGTA.

Desenhos de ícones representando elementos da Terra Indígena. Os desenhos são parte do processo de etnomapeamento do PGTA do Bracuí





MICROPROJETOS

Os microprojetos executados em Bracuí tiveram como objetivo apoiar o trabalho de elaboração e publicação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI, dando suporte aos trabalhos de campo e aos levantamentos de informações para compor o etnomapeamento, o registro audiovisual e os trabalhos de tradução. Numa segunda fase, outros microprojetos apoiaram uma equipe indígena para os trabalhos de editoração da publicação do PGTA, tais como a edição dos textos em Guarani e Português, a produção gráfica e de audiovisuais. Os primeiros microprojetos executados no Bracuí foram direcionados para apoiar as seguintes atividades:

- A coordenação do processo de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Guarani de Bracuí, sob responsabilidade de Lucas Benite Xunu Miri, executado entre 2014 e 2015;
- Os trabalhos de tradução das línguas guarani e português do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Guarani de Bracuí, sob responsabilidade de Algemiro da Silva, executado entre 2014 e 2015;
- Coordenar os trabalhos de registro audiovisual do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Guarani de Bracuí, sob responsabilidade de Claudio Benites e executado entre 2014 e 2015;
- Coordenar equipe de representantes Guarani na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Guarani de Bracuí. Responsável Aldo Fernandes, executado entre 2014-2015;
- Coordenar equipe de representantes Guarani na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Guarani de Bracuí, executado entre 2014 e 2015, cujo responsável foi Ildo Benites;

Em uma segunda etapa foram apresentados outros cinco microprojetos para auxiliar a editoração da publicação do PGTA, uma etapa importante tanto para afirmar as ações de gestão ambiental e territorial no **Tekoá**, como também para divulgar estas ações para esferas externas, junto a operadores de políticas públicas e aliados indigenistas/ambientalistas, nas esferas regionais e nacionais. Estes microprojetos foram apresentados para apoiar as seguintes atividades:

- “Editoração da Publicação do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Guarani de Bracuí”, apresentado por Lucas Benite Xunu.
- “Tradução da publicação do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Guarani de Bracuí”, apresentado por Algemiro da Silva.
- “Material Gráfico (desenhos) da Publicação do Plano de Gestão da Terra Indígena Guarani de Bracuí”, apresentado por Ildo Benites.
- “Tradução da publicação do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Guarani de Bracuí”, apresentado por Vitor Fernandes Ribeiro.
- “Edição do Registro audiovisual do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Guarani de Bracuí”, apresentado por Claudio Benites.

Etnomapeamento, durante processo de elaboração do PGTA da TI Guarani do Bracuí (2015)



PPP GATI

Com o objetivo de dar continuidade às ações e atividades de Gestão Ambiental e Territorial desenvolvidas na TI Guarani de Bracuí - de conservação, recuperação e implantação de sistemas agroflorestais - e às atividades apoiadas pelo Projeto GATI, pela Funai, pelo Museu do Índio e pelas lideranças das comunidades beneficiadas, foi apresentado ao PPP GATI¹⁴ pela ACIBRA (Associação Comunitária Indígena de Bracuí), o projeto “Pavá Nanhoty Ka’aguy Reguá - Vamos Plantar preservando o Ambiente”.

As atividades deste pequeno projeto apoiaram a implantação de SAFs, por meio de mutirões, dando um grande impulso ao processo de recuperação de áreas degradadas dentro da TI Guarani de Bracuí. A ação também apoiou as famílias desta comunidade a buscarem alternativas econômicas sustentáveis, tanto na produção de alimentos, como na geração de renda na comercialização da produção excedente. A fim de apoiar às atividades de gestão territorial e ambiental, apoiou a reforma de uma construção para abrigar a sede da ACIBRA.

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI GUARANI DE BRACUÍ

A Terra Indígena Guarani de Bracuí está localizada em uma região densamente povoada, nas proximidades da cidade de Angra dos Reis/RJ da rodovia Rio-Santos e do complexo nuclear de Angra dos Reis. Por conta disso, os Guarani de *Sapukai* que ocupam a área têm vários desafios. A questão da exiguidade do território é um empecilho para o manejo de suas roças e para o manejo dos recursos ambientais necessários para garantir sua sustentabilidade. Neste sentido os próximos passos em relação aos temas ambientais deverão ser balizados pelo que foi decidido no processo de elaboração do PGTA da Terra Indígena, que elencou os principais problemas e demandas.

14 O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).



Dança tradicional das crianças Guarani (2015)

©André Ribeiro

Entre estas questões, a reforma da estrada que dá acesso à aldeia e a coleta de lixo são temas prioritários. A prefeitura realiza consertos esporádicos na estrada, que apresenta situação precária, principalmente na época de chuvas. Uma reforma na estrada e seu asfaltamento se fazem urgentes, pois é o único acesso à aldeia e por onde circulam os veículos que fazem a assistência da comunidade, por exemplo, as ambulâncias, quando necessário. Quanto à questão do lixo, este é precariamente coletado pela prefeitura de Angra dos Reis, e apenas esporadicamente. Com o consumo de produtos industrializados, a quantidade de lixo aumentou progressivamente na aldeia. Para resolver esta questão existe a demanda de contratação pela prefeitura de uma pessoa da comunidade para cuidar das questões relativas ao lixo, assim como envolver a comunidade em um programa de coleta do lixo na aldeia.

Outro problema grave e que merece atenção é a questão da integridade territorial da Terra Indígena. Para isso é necessário o apoio integral da FUNAI para conter as invasões que ocorrem na Terra Indígena para coleta de palmito e de bromélias e também por animais de chácaras próximas aos limites da TI. Para isso a FUNAI precisa providenciar a reavivitação dos limites e colocar placas ou cercas em alguns pontos específicos onde ocorrem estas invasões.

Outra demanda importante é o de capacitação e formação de agentes ambientais e agroflorestais indígenas, para ampliação, consolidação e difusão dos sistemas agroflorestais, além da ampliação das ações de recuperação de áreas degradadas no interior da TI.



© Cláudio Benites

Crianças guarani se banham num dos riachos que cortam a TI Guarani do Bracuí (2016)



© Dafrañ Macário

Sr. João da Silva Guarani, cacique da aldeia Sapukai, durante expedição pela TI, como parte do processo de elaboração do PGTA [in memoriam] (2014)

Crianças guarani da aldeia Sapukai, envolvidas nas ações de reflorestamento com mudas de palmáceas (2014)



© Dafrañ Macário

Milho, base da alimentação tradicional Guarani



©Cláudio Benites



©Dafran Macário

Casa Guarani, com quintal agroflorestal ao lado (2015)

Uma das espécies de bromélias que ocorrem na TI Guarani de Bracuí (2015)



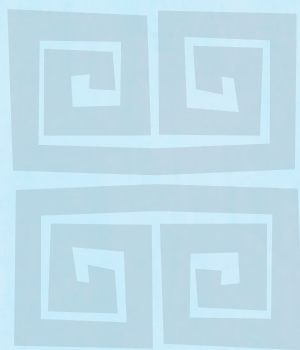
©Dafran Macário

Mutirão para manutenção de SAF na TI Guarani do Bracuí (2015)



©Acervo GATI

TERRA INDÍGENA
GUARANI
DO RIBEIRÃO
SILVEIRA



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Guarani do Ribeirão Silveira está localizada no litoral norte do Estado de São Paulo (SP), nos municípios de Bertioga e São Sebastião. É habitada tradicionalmente pelo povo Guarani, que somam uma população de aproximadamente 600 pessoas, falantes da língua Guarani. A TI tem 948 hectares de área regularizada e 7.551 hectares de área declarada que aguarda o decreto de homologação. A mesma está em revisão de limites, fato que favorecerá o uso e a ocupação por parte dos seus habitantes, principalmente com relação ao acesso aos ambientes naturais e gestão dos recursos ambientais. Na TI existem cinco as aldeias: Rio Silveira, Morro do Cervo, Cachoeira, Rio Pequeno e Porteira.

CONTEXTO

A TI Guarani do Ribeirão Silveira está localizada no Bioma Mata Atlântica. Os limites oeste e leste são respectivamente os rios Ribeirão do Espigão Comprido ou Areia e Ribeirão Pouso Alto. Ao norte, a TI abrange principalmente as vertentes de grande inclinação da Serra do Mar. Sua porção sul possui áreas de planície litorânea. São nestas áreas que se localizam as aldeias e nas quais os Guarani exploram e manejam os ambientes e recursos ambientais.

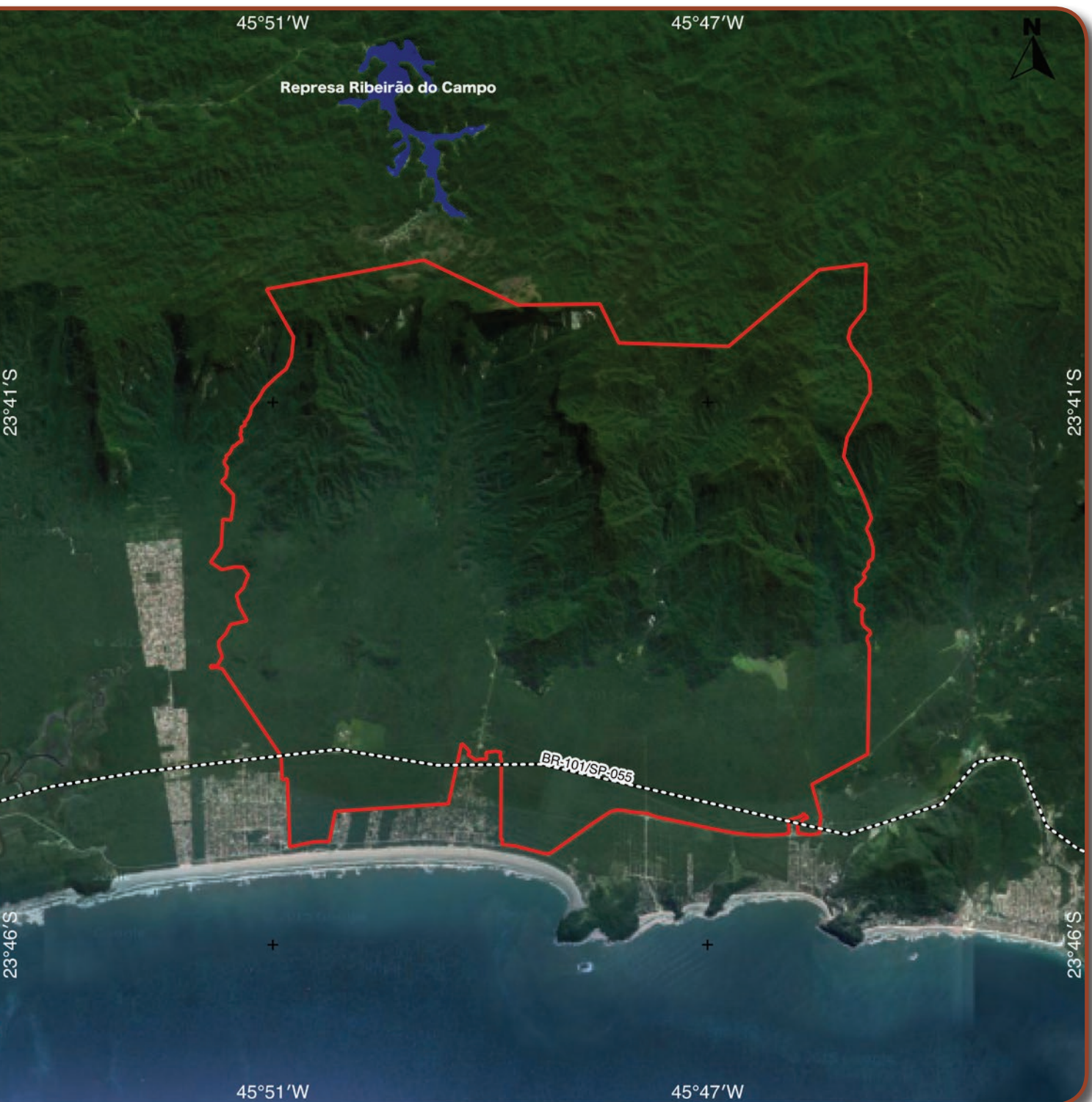
As porções mais altas da TI apresentam uma sobreposição com o Parque Estadual Serra do Mar, com aproximadamente 80% de área sobreposta. Suas porções localizadas na Serra do Mar apresentam-se cobertas por florestas, que apresentam altos níveis de estado de conservação. Nas porções de planície, onde são encontrados ambientes de restinga, encontram-se áreas melhor conservadas e áreas impactadas pelo uso e ocupação humanos.

Na região existem diversos riachos que nascem no interior da TI, cujas nascentes se mantêm preservadas. A água que abastece as casas vem dessas nascentes, sendo distribuída pela rede instalada pela Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Uma boa parte das residências possui fossa séptica, porém não há tratamento de esgoto. A coleta de lixo das escolas e do posto de saúde é periódica e realizada pela prefeitura de São Sebastião. Porém, para o caso do lixo doméstico, a única prática utilizada para destinar os resíduos inorgânicos é por meio da queima, feita próximo às residências. O aumento do consumo de produtos industrializados e o pouco conhecimento a respeito de alternativas para o manejo do lixo pelos indígenas são a principal causa de problemas em relação ao descarte dos resíduos sólidos no interior da TI. Em relação ao extrativismo, antigamente se fazia muito corte do palmito juçara (*Euterpe edulis*).



TI Guarani do Ribeirão Silveira





Entretanto, a quantidade dessa palmeira foi diminuindo com o passar dos anos nas áreas mais acessíveis, especialmente por conta do grande volume retirado ilegalmente por invasores. Sendo assim, nos últimos anos, os Guarani vem desenvolvendo a prática de reflorestamento com a espécie, não só para garantir a geração de renda, mas também para garantir um complemento na segurança alimentar com seu palmito e com a produção de polpa de juçara. Os indígenas também coletam plantas ornamentais como orquídeas e bromélias para



comercialização. E também estão plantando as espécies vegetais mais procuradas, para evitar que estas espécies desapareçam. A folha da palmeira guaricanga é outra espécie bastante procurada, extraída para fazer cobertura das casas Guarani.

A caça é praticada na TI por alguns moradores, porém cada vez com menor frequência devido principalmente a diminuição da oferta de caça nas proximidades das aldeias e à dificuldade de acesso a caça, nas regiões montanhosas. O peixe é muito apreciado pelos Guarani, entretanto, a sua aquisição vem mais da compra do que da prática da pesca, devido à escassez de peixes nos córregos encontrados no interior da TI.

A produção agrícola na TI consiste basicamente na manutenção de cultivos tradicionais pelos mais velhos. A dependência por alimentos comprados e doados vem aumentando. A cesta básica é uma importante fonte de alimentos para maioria das famílias. Onde ainda se planta são nos quintais, onde há árvores frutíferas e cultivo do milho, mandioca, batata-doce, feijão entre outras. Uma alternativa à produção de alimentos aliada à regeneração florestal é a implantação de agroflorestas (ou sistemas agroflorestais - SAFs), que consorcia espécies arbóreas frutíferas ou madeireiras com cultivos agrícolas, prática que os Guarani vem adotando a cada ano com maior intensidade.

Existem conflitos potenciais em relação ao uso dos recursos naturais como é o caso das invasões de caçadores e coletores de palmito. Em relação aos empreendimentos que impactam ou ameaçam o território, existe a passagem de oleodutos da Petrobras (de São Sebastião para a refinaria de Cubatão); a captação e tubulação de água da Sabesp que serve bairros dos municípios de Bertioga e São Sebastião, que altera a qualidade das águas dos rios; e redes de alta tensão da CTEEP (Companhia de Transmissão Elétrica Paulista) que passam dentro da TI.

Paisagem serrana na TI Guarani do
Ribeirão Silveira (2015)

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A TI Guarani do Ribeirão Silveira representa um local de importância histórica, material e simbólica para os Guarani. Os relatos apontam o reconhecimento da área como antiga região de perambulação e habitação para os ascendentes dos Guarani que estão em Ribeirão Silveira. Esse território reconhecido pelos Guarani tem uma perspectiva sócio-regional que ultrapassa seus limites territoriais e é revelada pela categoria *guara*, expressão que significa um conjunto de aldeias unidas por laços de parentesco e reciprocidade.

Os *tekoa* são os locais onde os Guarani se estabelecem com suas famílias. Essas áreas reúnem condições geográficas, ecológicas e culturais que são importantes para compor um espaço político-social baseado na cosmologia, na agricultura tradicional e no manejo de ambientes naturais e de recursos ambientais. Assim, pode-se dizer que os *tekoa* são as “aldeias”, ou seja, o local onde se exerce o “modo de ser” Guarani. É dessa maneira que as aldeias da TI Guarani do Ribeirão Silveira mantêm as formas tradicionais de organização. As casas espalham-se pela região habitável da Terra Indígena, formando núcleos que correspondem a grupos familiares extensos.



Área de moradia na aldeia Rio Pequeno na TI Ribeirão Silveira (2016)

A *Opy* (Casa de Reza) tem lugar de destaque nas aldeias e suas características são as mesmas daquelas descritas no caso da TI Tenondé Porã. Da mesma forma, para as jovens lideranças Guarani de Ribeirão Silveira, a Comissão Yvyrupa (CGY), também é igualmente importante.

Ainda em relação ao associativismo, na TI existe apenas a Associação Comunitária Indígena Guarani Tjeru Mirim Ba'e Kua'a'i. A maioria dos projetos socioambientais em curso no território são executados pela mesma.

AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA

O início do Projeto GATI na TI Guarani do Ribeirão Silveira foi marcado por reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto para a comunidade. Foram também realizadas visitas à TI para a atualização de informações, em forma de diagnóstico socioambiental. Nesses encontros foram identificadas as lideranças com quem se estabeleceram trocas de informações e levantamentos de demandas socioambientais da TI. Destes momentos saíram os representantes da TI indicados para compor o Conselho Regional Deliberativo do Projeto GATI.

Na primeira reunião do Conselho, realizada em novembro de 2012, em Itanhaém (SP), os conselheiros escolheram as principais demandas socioambientais, que foram as bases para elaboração do plano de ação do Projeto GATI no Núcleo Mata Atlântica Sudeste. Com relação aos temas prioritários para a TI Guarani do Ribeirão Silveira foram escolhidos:

- Apoio na produção e comercialização de mudas de espécies tradicionais e nativas da mata atlântica;
- Apoio à certificação e produção de mudas nativas;
- Formação de agentes indígenas de vigilância;
- Formação de agentes agroflorestais indígenas;
- Capacitação para o manejo sustentável de recursos ambientais;
- Apoio técnico para ampliação dos Sistemas Agroflorestais;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Apoio na capacitação para realização de Etnoecoturismo.

A partir da definição desses temas, uma série de cursos, oficinas temáticas, intercâmbios e projetos foram planejados e realizados. As ações foram feitas em parceria com a Coordenação Geral de Gestão Ambiental, Coordenação Regional do Litoral Sudeste e Coordenação Técnica Local de São Paulo, da Funai. Ao mesmo tempo, foram feitos contatos com outros parceiros, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão de extensão agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo; o Instituto Eco Futuro, uma ONG que divulga e capacita para o beneficiamento da polpa da palmeira juçara e a Prefeitura de Bertioga, que atuaram como parceiros do Projeto GATI, junto com as lideranças das comunidades do TI.

O relato das principais atividades e projetos realizados pelo Projeto GATI na TI Guarani do Ribeirão Silveira será feito a seguir.

OFICINAS DE MANEJO DE PALMEIRA JUÇARA

Os Guarani de Ribeirão Silveira participaram em duas oficinas sobre o manejo da juçara. A primeira oficina aconteceu no dia 9 de março de 2013 e se tratou da 17ª Oficina de Manejo Comunitário da Palmeira Juçara, realizada no Sítio Mapre, localizado no bairro de Biritiba Ussu, Moji das Cruzes (SP). A segunda oficina aconteceu no dia 07 de setembro ambas em 2013, sendo a 18ª Oficina de Manejo Comunitário da Palmeira Juçara, realizada em Parque das Neblinas, em Taiaçupeba (SP). Nessas oficinas, os Guarani do Ribeirão Silveira trocaram informações sobre o plantio e manejo da juçara, com técnicos especializados e com agricultores da região.

A participação dos indígenas foi possível com o apoio tanto do Projeto GATI, da CR Funai Litoral Sudeste e da CTL de São Paulo, quanto da CATI/São Sebastião, Instituto Eco Futuro (IEF), Cooperativa do Produtores de Juçara de Taiaçupeba e região e da ACIGTMBK¹⁵. Destas oficinas participaram as lideranças Adolfo Timotio, Vando dos Santos, Sérgio Macena, Marcos dos Santos e Mauro Samuel dos Santos.

OFICINA DE MONITORAMENTO DO LIXO

A oficina de monitoramento do lixo na Aldeia Ribeirão Silveira aconteceu no dia 27 de novembro de 2013 e teve participação de Maíra Pinheiro (CTLSP), Dafran Macário, assessor regional do Projeto GATI, Andrei Camargo Duarte, (Coordenação Geral de Gestão Ambiental-CGGAM/Funai), Milena Pilla e Lúcia Helena Monteiro (Coordenação Regional do Litoral Sudeste/Funai), educadores das escolas indígenas e estudantes indígenas. A oficina teve participação de educadores e estudantes indígenas do Ensino Fundamental. Foram realizadas: 1) uma caminhada pela aldeia, com coleta e registro dos resíduos descartados no ambiente; e 2) uma palestra seguida de um diálogo sobre a questão do lixo nas aldeias. Estas atividades também foram realizadas com os professores e alunos do ensino médio.

A oficina de monitoramento do lixo na aldeia Ribeirão Silveira permitiu observar a importância da participação dos professores e dos estudantes. Também foi possível observar que as crianças e adolescentes possuem conhecimento sobre as questões relativas ao lixo e um trabalho ininterrupto de educação ambiental dentro da escola será bastante positivo na conduta das gerações futuras com relação ao manejo dos resíduos sólidos.

15 Associação Comunitária Indígena Guarani Tjeru Mirim Be'e Kua'a'i



Oficina de monitoramento do lixo na aldeia Ribeirão Silveira (2013)



Palestra sobre tipos de lixo durante oficina de monitoramento do lixo na aldeia Ribeirão Silveira (2013)

INTERCÂMBIO PARA CONHECER EXPERIÊNCIAS DE CENTRO DE FORMAÇÃO INDÍGENA

O intercâmbio teve como objetivo proporcionar aos indígenas dos Núcleos Sudeste e Sul um contato com as experiências já constituídas de centros de formação indígena na Amazônia. A partir deste contato, os indígenas tiveram mais subsídios para refletir sobre uma proposta de centro de formação para seus Núcleos. O intercâmbio, que aconteceu entre os dias 15 a 25 de maio de 2013, levou 20 participantes – entre indígenas, servidores da Funai e consultores do Projeto GATI – para conhecer os seguintes centros:

- Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), ligado ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), localizado na comunidade do Barro, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR);
- Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre).

Dentre os indígenas, participou Mariano Fernandes, representante da TI Guarani do Ribeirão Silveira.

CURSO DE CARTOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO PARA OS GUARANI DO RJ E SP

O curso de Cartografia e Georreferenciamento teve como objetivo capacitar representantes indígenas na construção de mapas e no uso de informações geográficas. O curso aconteceu entre os dias 12 a 16 de agosto de 2013, e de 09 a 13 de setembro de 2013, na Unidade Estadual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Rio de Janeiro (RJ).

Participaram destas duas etapas 15 indígenas, das Terras Indígenas Guarani do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre elas as TI Guarani do Bracuí, do Ribeirão Silveira e Tenonde Porã, e representantes de outras Terras Indígenas que compuseram a rede de experiência do Núcleo Regional: Araponga, Parati Mirim e Rio Pequeno, todas do Rio de Janeiro.

Representaram a TI Guarani de Ribeirão Silveira: Janilson Rekoy dos Santos e Mauro Samuel dos Santos.

No curso, os indígenas adquiriram noções de cartografia e leitura de mapas; conhecimentos e habilidades para a compreensão de fotografias aéreas, imagens e mapas; conceitos técnicos necessários para uso de novas geotecnologias (GPS, SR e SIG e SI-Sistemas de Informação), dentre outros conhecimentos. O curso foi uma realização conjunta entre o Projeto GATI, Funai (Corlis e CTLs de Parati e São Paulo), IBGE, Fiocruz (Fundação Osvaldo Cruz), Sesai (Secretaria de Especial de Saúde Indígena) e comunidades indígenas envolvidas.

Curso de cartografia promovido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para os Guarani do Núcleo Regional Mata Atlântica Sudeste (2013)





IMPLANTAÇÃO DE AGROFLORESTAS COM PALMEIRAS

Com apoio do Projeto GATI, a comunidade da TI Guarani do Ribeirão Silveira implantou áreas de SAF. Entre as espécies plantadas nestes SAFs, os Guarani plantaram cerca de 60 mil mudas de palmeira juçara, 3 mil de açaí e 5 mil de pupunha. Essas mudas foram adquiridas pela CR Funai Litoral Sudeste e serviram para enriquecer as áreas de recuperação de áreas degradadas na TI, junto com 500 mudas de essências florestais nativas da Mata Atlântica.



SAFs com palmeiras e plantas tradicionais na aldeia Rio Pequeno (2015)

Mudas de palmáceas no viveiro da aldeia Rio Pequeno – TI Guarani do Ribeirão Silveira (2015)



©Dafran Macário



©Dafran Macário

Os insumos para adubação orgânica, natural e calcário, foram entregues na TI para ficar à disposição dos indígenas a fim de incrementar o plantio. Assim, o Projeto recuperou aproximadamente 25 hectares de floresta dentro da TI, nas proximidades dos núcleos familiares das cinco aldeias/comunidades, sendo estas Rio Silveira, Rio Pequeno, Porteira, Centro e Cachoeira.

INTERCÂMBIO DE AGROECOLOGIA PARA A COOPERAFORESTA

Representantes da TI Guarani do Ribeirão Silveira fizeram parte de um grupo de 14 indígenas que visitou a Cooperafloresta, localizada em Barra do Turvo (SP), para conhecer unidades de agroflorestas de pequenos agricultores. A visita aconteceu entre os dias 29 de setembro a 3 de outubro de 2014. A Cooperafloresta é uma cooperativa formada por pequenos agricultores, que apoia iniciativas agrofloretais, capacita famílias e promove a agricultura familiar. No intercâmbio, os indígenas conversaram com agricultores sobre implantação de agroflorestas, geração de renda a partir da venda da produção excedente e ainda como fazem o beneficiamento dos produtos agrofloretais.

Intercâmbio de indígenas e servidores da Funai, do Núcleo Regional
Mata Atlântica Sudeste para Cooperafloresta (2014)



MICROPROJETOS

A proposta de Microprojetos teve o objetivo de apoiar o trabalho de representantes indígenas das TIs de referência do Projeto GATI no trabalho de implantação de agroflorestas para recuperação ambiental e de manejo de recursos ambientais. Além disso, houve a aquisição de ferramentas e equipamentos para viabilizar seu trabalho e a construção de viveiros de mudas. Os microprojetos apoiados foram:

- Enriquecimento de sistemas agroflorestais (SAFs), para recuperação de ambientes com palmáceas na TI Guarani do Ribeirão Silveira, aldeia Rio Silveira, responsável Adolfo Timóteo;
- Enriquecimento de sistemas agroflorestais (SAFs), para recuperação de ambientes com palmáceas na TI Guarani do Ribeirão Silveira, aldeia Porteira, responsável Carlos Fernandes Guarani;
- Enriquecimento de sistemas agroflorestais (SAFs), para recuperação de ambientes com palmáceas na TI Guarani do Ribeirão Silveira, aldeia Centro, responsável Jurema Kretju Natalício;
- Enriquecimento de sistemas agroflorestais (SAFs), para recuperação de ambientes com palmáceas na TI Guarani do Ribeirão Silveira, aldeia Rio Pequeno, responsável Leonardo Edileno Werá Tupã Macena;
- Enriquecimento de sistemas agroflorestais (SAFs), para recuperação de ambientes com palmáceas na TI Guarani do Ribeirão Silveira, aldeia Cachoeira, responsável Vanessa Kretju Dos Santos.

INTERCÂMBIO PARA PROMOVER DIÁLOGOS SOBRE ETNOTURISMO

Nos dias 4 e 5 de junho de 2015 oito agricultores Guarani da Terra Indígena (TI) Tupiniqum e Guarani/Caieiras Velhas II (Aracruz, ES), no estado do Espírito Santo, interessados e dialogarem sobre atividades de etnoturismo e no intuito de conhecerem produção de sementes tradicionais Guarani, realizaram um intercâmbio na TI Guarani do Ribeirão Silveira

Os representantes das Terras Indígenas que participaram desta atividade, manifestaram uma grande satisfação por esta oportunidade de troca de experiências, que poderá fornecer subsídios para a implantação de atividades relacionadas aos temas abordados nos diálogos e exemplos observados durante o intercâmbio.



Os guarani do Ribeirão Silveira recebem os parentes Guarani da TI Caieiras Velhas II e Tupiniqum do Espírito Santo e conversam sobre reflorestamento com palmeiras nativas (2015)



Avaliação final do intercâmbio na TI Guarani do Ribeirão Silveira-SP (2015)

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA

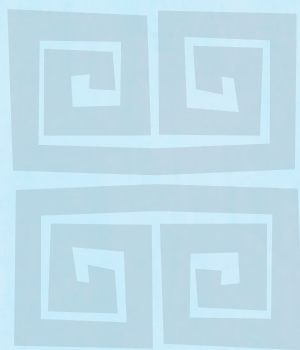
A Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira tem pequenas porções acessíveis ao uso e manejo de sua população. A TI está localizada em uma região que vive um processo de adensamento populacional, em região de grande interesse para o turismo e para a instalação de empreendimentos imobiliários. Localiza-se também nas proximidades da rodovia Rio-Santos e de praias bastante valorizadas pelos turistas. Com isso, suas comunidades preparam-se para um processo de contínuo de vigilância e fiscalização de seus limites. Portanto, uma de suas demandas prioritárias é a capacitação e formação de agentes indígenas de vigilância e sua formação em gestão ambiental e territorial.

Um problema que merece atenção é a questão da integridade territorial da TI. Para isso é necessário o apoio integral da FUNAI para conter as invasões que ocorrem na Terra Indígena para coleta de palmito, madeira e caça, que faz com que moradores do entorno da TI, a invadam, desrespeitando seus limites. Para isso, a FUNAI precisa exercer continuamente ações de fiscalização destes limites, coibindo a ação de invasores.

Outra questão importante para as comunidades da TI é achar soluções sustentáveis para o lixo inorgânico, o lixo seco, que tem se acumulado nas aldeias. A prefeitura realiza periodicamente a coleta de lixo, somente das escolas e do posto de saúde. Com o consumo de produtos industrializados, a quantidade de lixo aumentou progressivamente na TI. Para resolver esta questão existe uma forte demanda de educação que envolva suas comunidades e para um programa eficaz de coleta do lixo nas aldeias.

Ao mesmo tempo em que abre um leque de possibilidades, os novos sistemas de produção agroflorestal exigem aprendizados constantes, que muitas vezes necessitam de apoio externo para o aprimoramento de sua implantação. Trilhar o caminho da recuperação ambiental com agroflorestas, portanto, exigirá das comunidades da TI Guarani do Ribeirão Silveira um esforço de articulação com diversos parceiros para que consigam o apoio necessário. Recomenda-se, portanto, que sejam aproveitadas as ferramentas de planejamento que hoje existem, tais como o etnomapeamento, o etnozoneamento e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA), como instrumentos para consolidar as informações sobre as demandas socioambientais da TI, que facilitem suas comunidades na busca de apoios para soluções de seus problemas ambientais e territoriais.

TERRA INDÍGENA TENONDÉ PORÃ



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Tenondé Porã está localizada na região sul do município de São Paulo (SP), no bairro de Parelheiros, abrangendo também os municípios de São Bernardo do Campo, São Vicente e Mongaguá. Está delimitada com 15.969 hectares e é habitada pelo povo Guarani, que soma uma população de 1.430 pessoas. Atualmente existem seis aldeias na TI: Tenondé Porã, Krukutu, Kalipety, Guyrapaju, Kuaray rexakã e Yerekakã. A língua falada é o Guarani.

O histórico Guarani na região é marcado por disputas pela terra com grileiros, donos de chácaras e com a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Durante anos as comunidades Guarani das aldeias Barragem (Tenondé Porã) e Krukutu enfrentaram a questão do pequeno espaço que foi delimitado para essas duas aldeias, na década de 1980. Naquela época, mesmo sob muita pressão política contrária, foram demarcadas as TIs Barragem (hoje Tenondé Porã), com 26,3 hectares e Guarani do Krukutu, com 25,9 hectares. Desde então os Guarani têm lutado para ampliar os limites de sua ocupação tradicional, corrigindo a extensão diminuta dessas áreas. Só em 2012 a Funai aprovou o relatório de identificação delimitando a TI Tenondé Porã, com cerca de 15.960 hectares, abrangendo as antigas áreas da Barragem e do Krukutu.

CONTEXTO

A TI Tenondé Porã está inserida no Bioma Mata Atlântica, numa região do Planalto Atlântico do Estado de São Paulo, com relevo formado por ondulações, colinas de topo aplainados, serras e montanhas, típicas da borda da Serra do Mar. A vegetação original na TI se encontra em bom estado de conservação, especialmente nas suas porções mais íngremes. Predominam na região as matas nativas, reflorestamento (de pinus e em menor escala eucalipto) e poucas pastagens. A TI está sobreposta a duas unidades de conservação, sendo 61% de área com o Parque Estadual Serra do Mar e 32% com a Área de Proteção Ambiental Capivari Monos.

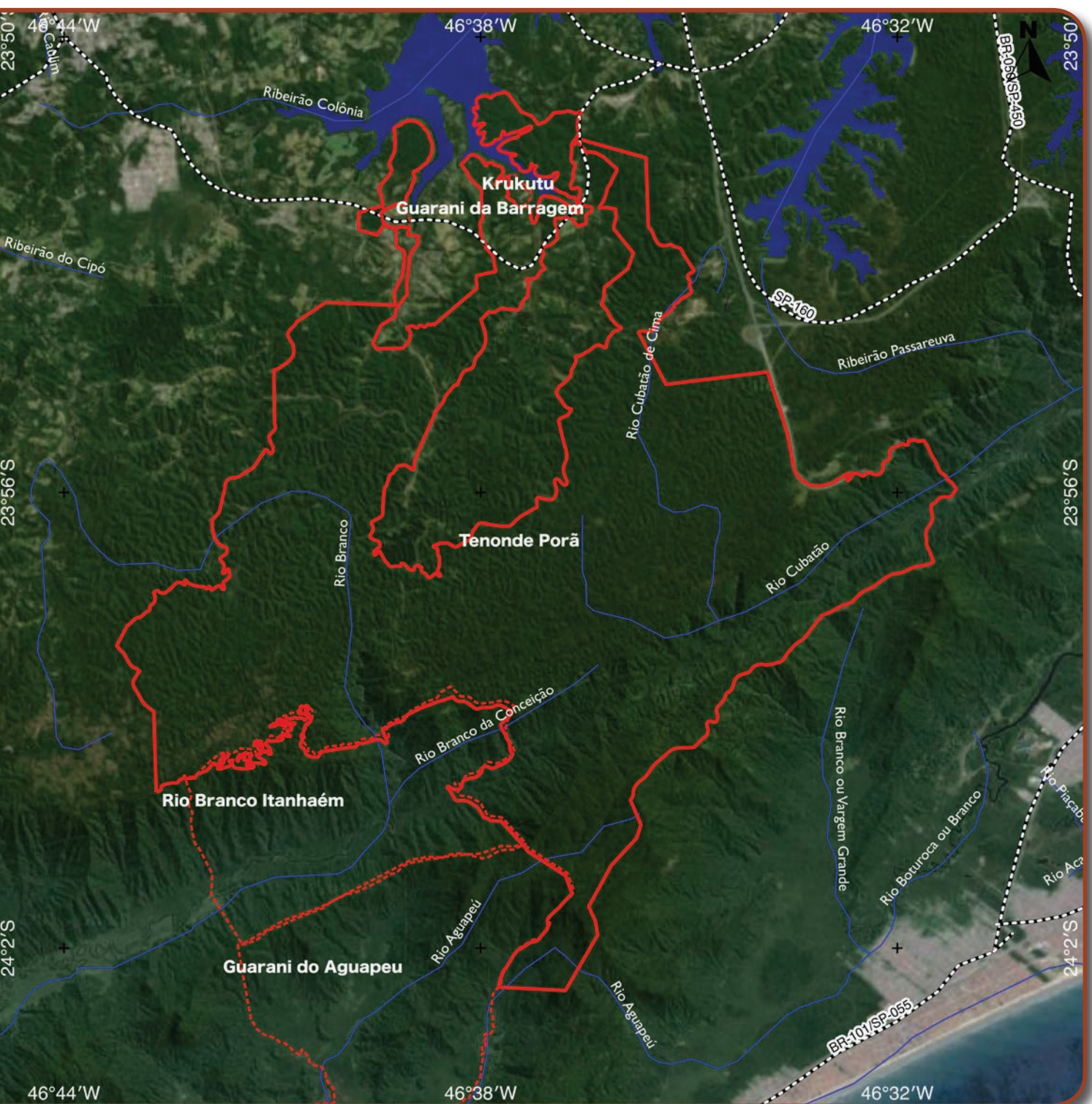
As invasões progressivas das matas por loteamentos clandestinos e chacareiros devastaram grandes áreas e deflagram mudanças no modo de vida indígena. As transformações ocorridas na economia decorrentes do contato com a sociedade envolvente têm provocado uma relativa mudança em certos padrões tradicionais. É o caso da agricultura, por exemplo, que enfrenta várias dificuldades por conta do relevo e do desgaste do solo, herança de monoculturas que haviam no local, como plantações de eucalipto. No entanto, a agricultura é fundamental para a vida guarani em seus diferentes ciclos, espaços, permanências e rituais. É através das sofisticadas técnicas de plantio ou *nhotyõ*, que os Guarani constituem e conservam seu modo de vida.

Atualmente, a produção agrícola Guarani na TI Tenondé Porã consiste basicamente na manutenção de cultivos tradicionais pelos mais velhos. A dependência por alimentos comprados e doados vem aumentando, sendo a cesta básica uma importante fonte de alimentos para maioria das famílias. No intuito de fortalecer o *nhotyõ*, diversas iniciativas de enriquecimento de roças e quintais foram empreendidas ao longo dos anos, por meio de projetos externos. Atualmente a TI tem apresentado interesse em implantar agroflorestas (ou Sistemas Agroflorestais - SAFs) combinando espécies frutíferas e madeireiras com cultivos agrícolas.



TI Tenondé Porã





O extrativismo é realizado quase que exclusivamente para obtenção de matéria prima para confecção de artesanato. Embora a lenha também seja coletada para cozinhar, atualmente o gás em botijão vem sendo cada vez mais utilizado. A lenha agora está sendo mais utilizada para acender fogueiras, um uso ritual tradicional.

A caça é pouco praticada devido às mudanças de hábitos e à redução de animais disponíveis. Entretanto, algumas pessoas pescam, mas o pescado disponível é escasso e ainda há suspeitas por contaminação. A TI está situada nas margens da represa Billings, que recebe esgotos e efluentes de São Paulo, inclusive provenientes de atividades industriais. A captação de água para as casas é feita a partir de poços semi-artesianos e apesar de tratada pela Sabesp, também existem suspeitas de contaminação da água. A maioria das residências possui fossa, mas não existe tratamento de esgoto.

O aumento do consumo de produtos industrializados tem ocasionado problemas no destino dos resíduos sólidos (lixo). A coleta é feita parcialmente pela prefeitura e para amenizar a situação, os indígenas costumam queimar o lixo seco próximo às residências. A fim de enfrentarem esses problemas existem algumas iniciativas educativas em curso na TI, envolvendo principalmente as escolas, que abordam a questão do lixo e sua destinação.

Dentre algumas situações que despertam preocupação nas lideranças da TI estão as ocorrências de alcoolismo, tráfico e consumo de drogas, principalmente entre os jovens. Estes problemas vêm aumentando por conta da proximidade da TI com bairros periféricos da metrópole.

Em relação aos empreendimentos que pressionam ou impactam socioambientalmente a TI estão: as linhas de transmissão de energia elétrica de Furnas e da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), a proximidade com o Rodoanel de São Paulo; e as linhas férreas geridas pela ALL (América Latina Logística), que traz riscos de atropelamento, prejuízo na circulação indígena por caminhos tradicionais, poluição sonora e, eventualmente, contaminação a partir do tipo de carga transportada, entre outros.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Os **tekoa** na TI Tenondé Porã são representados por seus caciques e lideranças. Os **tekoa**, de acordo com os Guarani, são os locais onde os mesmos se estabelecem com suas famílias, para exercer o **nhandereko**, ou o modo de ser Guarani. Essas áreas reúnem condições geográficas, ecológicas e culturais que são importantes para compor um espaço político social baseado na religião e na agricultura tradicional.

De certa maneira, as aldeias da TI mantêm as formas tradicionais de organização. As casas espalham-se por toda aldeia, formando núcleos de habitações que correspondem a um grupo familiar extenso. A **Opy** (Casa de Reza) tem lugar de destaque nas aldeias. Ela é construída nos moldes da arquitetura tradicional Guarani. Nas **Opy**, os Guarani realizam rituais de cura, de consagrações, de batismo e funerários. No interior destas casas de reza são também realizadas reuniões e encontros para tomadas de decisão. Em seu entorno são realizadas festas comemorativas.

Na TI todos são falantes da língua Guarani. Existem ações para a manutenção da língua, e da cultura Guarani na escola, no cotidiano e nas cerimônias realizadas nas **Opy** das aldeias.

Em relação ao associativismo, existem algumas associações indígenas na TI Tenondé Porã. Porém, a grande maioria delas apresenta dificuldades em sua regularização, representatividade e na capacidade técnica para elaboração e gestão de projetos. Apesar das dificuldades encontradas, essas organizações indígenas são representativas e atuam em complementação às formas tradicionais de organização sociopolítica dos Guarani.

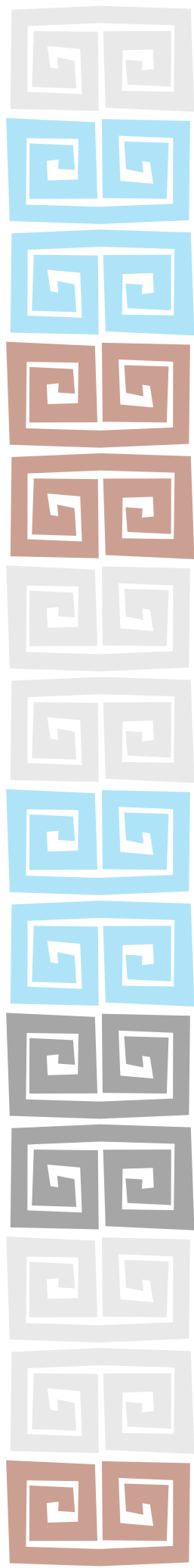
As jovens lideranças das aldeias Guarani têm, ao longo das últimas décadas, procurado se organizar em torno de conselhos e comissões, que visam seu fortalecimento político e cultural em escala regional e nacional. Entre elas, destaca-se atualmente a Comissão **Yvyrupa** (CGY), que reúne lideranças de diversas comunidades Guarani localizadas no Brasil.

AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI TENONDÉ PORÃ

O início do Projeto GATI na TI Tenondé Porã foi marcado por reuniões de esclarecimento, apresentação do Projeto para a comunidade, diagnóstico socioambiental e levantamento de demandas das comunidades. Desses encontros saíram os indicados para compor o Conselho Regional Deliberativo do Projeto GATI.

Na primeira reunião do Conselho, realizada em novembro de 2012, em Itanhaém (SP), os conselheiros apontaram as principais demandas da TI, que foram as bases para linhas de ação do Projeto GATI para a TI Tenondé Porã. Essas linhas foram:

- Apoio à reativação da Associação Tenondé Porã;
- Formação de agentes indígenas de vigilância;
- Formação de agentes agroflorestais indígenas (para apoio na produção de mudas de espécies tradicionais);
- Capacitação para o manejo sustentável de recursos ambientais
- Recuperação de áreas degradadas;
- Enriquecimento dos quintais familiares;
- Oficinas de legislação ambiental e indigenista;
- Apoio na capacitação para realização de Etnoecoturismo;
- Reavivamento da Piscicultura.



A partir da definição dessas linhas de ação, uma série de oficinas temáticas, cursos, intercâmbios e projetos foram planejados e realizados. As ações foram feitas em parceria com a Coordenação Regional da Funai Litoral Sudeste, Coordenação Técnica Local de São Paulo e pontualmente com outros parceiros, tais como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão de extensão agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo e prefeitura de São Paulo. O relato dessas atividades e projetos serão realizados a seguir:

OFICINAS DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E INDIGENISTA

As oficinas aconteceram nas aldeias Krukutu e Tenondé Porã nos dias 23 e 24 de agosto de 2012 e ofereceram aos participantes indígenas informações sobre as principais legislações ambientais e indigenistas. A oficina visou fornecer subsídios aos indígenas, através da apresentação de elementos básicos de legislações específicas que regem políticas públicas, direitos dos povos indígenas e de conservação dos ambientes naturais. Durante estas oficinas, foram apresentados conceitos de política pública (com foco na legislação indigenista, e ambiental) na Constituição Federal, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), no Estatuto do Índio, na Convenção 169 da OIT e a na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). A realização destas oficinas foi possível por meio da parceria do Projeto GATI, CR Funai Litoral Sudeste e CTL São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) da prefeitura de São Paulo, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Guarda Civil Metropolitana/Proteção Ambiental (GCM/SP-AMB), ARPINSUDESTE e Comissão *Yvyrupa* (CGY).

INTERCÂMBIO PARA CONHECER EXPERIÊNCIAS DE CENTRO DE FORMAÇÃO INDÍGENA

O intercâmbio teve como objetivo proporcionar aos indígenas dos Núcleos Sudeste e Sul um contato com as experiências já constituídas de centros de formação indígena na Amazônia. A partir deste contato, os indígenas tiveram mais subsídios para refletir sobre uma possível proposta de centro de formação para seus Núcleos. O intercâmbio, que aconteceu entre os dias 15 a 25 de maio de 2013, levou 20 participantes – entre indígenas, servidores da Funai e consultores do GATI – para conhecer os seguintes centros:

- Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), ligado ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), localizado na comunidade do Barro, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR);
- Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre).


Dentre os indígenas, participou Alex da Silva, representante da TI Tenondé Porã.


Para debater os temas referentes à formação com uma plateia mais ampla, o Projeto GATI realizou um seminário nos dias 29 a 31 de outubro de 2013, em Florianópolis (SC). O seminário contou com a presença de Giselda Jerá Pires de Lima e Poty Porã Turiba Carlos e Timoteo da Silva Vera Popygua, representantes da TI Tenondé Porã.

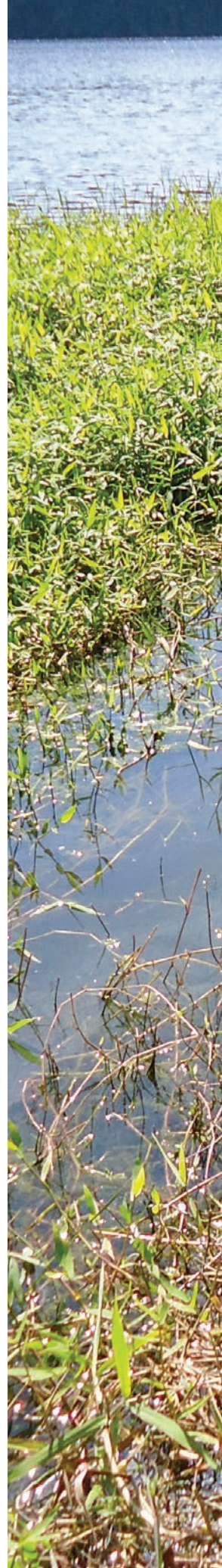
OFICINAS DE MONITORAMENTO DO LIXO

As oficinas tiveram como objetivo fornecer subsídios às comunidades indígenas referente a destinação mais adequada dos resíduos sólidos (lixo). No total foram três oficinas que aconteceram nas aldeias Krukutu, Tenondé Porã, além da Tekoá Pyau (TI Jaraguá) e Parapapuã, incrementando uma rede de experiências. Estas oficinas foram realizadas entre setembro de 2012 a setembro de 2013. Na TI Tenonde Porã participaram aproximadamente 50 pessoas, entre estudantes, professores, e membros das comunidades Guarani, em geral. As oficinas foram planejadas em conjunto com as professoras e gestoras das escolas Guarani e envolveram momentos de palestras sobre os tipos de lixo; o tempo de decomposição e os impactos da má destinação. As oficinas também promoveram um diálogo a respeito do que pode ser feito para amenizar a situação do lixo na TI, como por exemplo, compostagem, coleta seletiva e reciclagem. Houve também mutirão de coleta que envolveu professores, crianças, jovens e adultos. Os eventos foram apoiados pelo Projeto GATI, Funai (CR Litoral Sudeste e CTL São Paulo) e pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP).




 Ações de mutirão de coleta de lixo,
durante oficina de destinação de
resíduos sólidos (2014)

Ações de mutirão de coleta de lixo,
durante oficina de destinação de
resíduos sólidos (2013)
 





CURSO DE CARTOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO PARA OS GUARANI DO RJ E SP

O curso de Cartografia e Georreferenciamento teve como objetivo capacitar representantes indígenas na construção de mapas e no uso de informações geográficas. O curso aconteceu entre os dias 12 a 16 de agosto de 2013, e de 09 a 13 de setembro de 2013, na Unidade Estadual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Rio de Janeiro (RJ). Participaram destas duas etapas 15 indígenas, das Terras Indígenas Guarani do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre elas as TI Guarani do Bracuí, do Ribeirão Silveira e Tenonde Porã, e representantes de outras Terras Indígenas que compuseram a rede de experiências do Núcleo Regional: Araponga, Parati Mirim e Rio Pequeno, todas do Rio de Janeiro.

No curso, os indígenas adquiriram noções de cartografia e leitura de mapas; conhecimentos e habilidades para a compreensão de fotografias aéreas, imagens e mapas; conceitos técnicos necessários para uso de novas geotecnologias (GPS, SR SIG e SI-Sistemas de Informação), dentre outros conhecimentos. O curso foi uma realização conjunta entre o Projeto GATI, Funai (Corlis e CTLs de Parati e São Paulo), IBGE, Fiocruz (Fundação Osvaldo Cruz), Sesai (Secretaria de Especial de Saúde Indígena) e comunidades indígenas envolvidas. Representaram a TI Tenondé Porã: Geraldo Karaí de Oliveira Paula e Isaque Karaí Jeguaka Polantin.



Curso de cartografia promovido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para os Guarani do Núcleo Regional Mata Atlântica Sudeste (2013)

INTERCÂMBIO DE AGROECOLOGIA E AGROFLORESTAS NA COOPERAFORESTA

Representantes da TI Tenondé Porã compuseram um grupo de 14 indígenas que visitaram a Cooperafloresta, localizada em Barra do Turvo (SP), para conhecer agroflorestas de pequenos agricultores, não-índios. A visita aconteceu entre setembro e outubro de 2014. A Cooperafloresta é uma cooperativa formada por pequenos agricultores, que apoia iniciativas de sistemas agroflorestais, capacita famílias e promove a agricultura familiar. No intercâmbio, os indígenas conversaram com agricultores sobre implantação de agroflorestas, geração de renda a partir da venda da produção excedente e ainda como fazem o beneficiamento dos produtos agroflorestais.



Intercâmbio de indígenas e servidores da Funai, do Núcleo Regional Mata Atlântica Sudeste para Cooperafloresta (2014)

©Dairon Macario

IMPLANTAÇÃO DE AGROFLORESTAS COM PALMEIRAS

Com apoio do Projeto GATI, a comunidade da TI Tenonde Porã implantou áreas de SAF. Entre as espécies plantadas nestes SAFs os Guarani plantaram cerca de mil mudas de espécies arbóreas e arbustivas, além de sementes de milho Guarani (avati ete). Essas mudas foram adquiridas pela CR Funai Litoral Sudeste e serviram para enriquecer as áreas de recuperação de áreas degradadas na TI. Entre as espécies adquiridas, distribuídas e

plantadas, destacamos as mudas de essências florestais nativas da Mata Atlântica, destinadas à recuperação de áreas degradadas nas proximidades das aldeias. Os insumos para adubação orgânica, natural e calcário, foram entregues na TI para ficar à disposição dos indígenas a fim de incrementar o plantio. Assim, o Projeto recuperou aproximadamente 20 hectares de floresta dentro da TI, nas proximidades dos núcleos familiares de quatro aldeias/comunidades no interior da TI, sendo estas Krukutu, Guyrapaju, Kalipity e Kuaray rexakã.

Transportando mudas para aldeia
Brilho do Sol na TI Tenonde Porã (2014)



©Marcio Alvim

Distribuição de mudas na TI
Tenondé Porã (2014)



©Marcio Alvim

Transportando mudas para serem
plantadas em módulos de SAFs na
TI Tenondé Porã (2014)



©Marcio Alvim

PPP GATI

A iniciativa aprovada no edital PPP GATI¹⁶ foi “**Nhanhoty** - Plantio tradicional, sustentabilidade e preservação da **Yvyrupa**”, cujo proponente foi a organização Centro de Trabalho Indigenista (CTI). O Projeto foi executado entre 2015 e 2016 e teve como objetivo fortalecer as práticas de plantio tradicional, **nhotyõ**, na Terra Indígena Tenondé Porã. A iniciativa fortaleceu ações já curso, desenvolvidas tanto pelo CTI, quanto pelo Projeto GATI e Funai. O plantio é ao mesmo tempo a base para o desenvolvimento do **nhandereko** - o modo de viver guarani - e para a preservação da **Yvyrupa**, o território Guarani que abrange cinco países sul-americanos. Sendo assim, o projeto visou promover a autonomia alimentar e ritual através do plantio de gêneros tradicionais, além de assegurar a preservação e permanência territorial dos Guarani em suas aldeias. Foram cerca de 170 famílias beneficiadas, pertencentes às seis aldeias da TI. Cada uma delas desenvolveu o projeto atendendo suas demandas específicas:

Aldeia Yyrexakã: A dificuldade de acesso desta aldeia faz com que seja difícil manter a segurança alimentar do grupo, que depende de transportes improvisados de alimentos processados vindo de outras aldeias. Dessa forma, o plantio foi para garantir a autonomia alimentar da aldeia, além de outras espécies importantes para a prática do **nhandereko**. Frutíferas também foram plantadas na área central da aldeia.

Tekoa Kalipety: Desde o início da sua formação as famílias da Tekoa Kalipety já enxergavam o local como um lugar propício para o plantio, e as lideranças rapidamente se organizaram em outros projetos de incentivo à agricultura. Infelizmente muito dos esforços foram infrutíferos, pois incidiram sobre um espaço onde anteriormente havia sido realizado uma monocultura de eucalipto. Com isso, houve um empobrecimento do solo nas áreas de plantio e assoreamento dos corpos hídricos localizados nos baixios, inviabilizando assim o cultivo. Sendo assim, a primeira fase do trabalho foi a análise e correção do solo da aldeia que necessitará de insumos e ferramentas adequadas.


Tekoa Krukutu: O projeto adquiriu ferramentas para organizar os mutirões de plantio de mudas frutíferas adquiridas com apoio do GATI e CR Funai Litoral Sudeste.

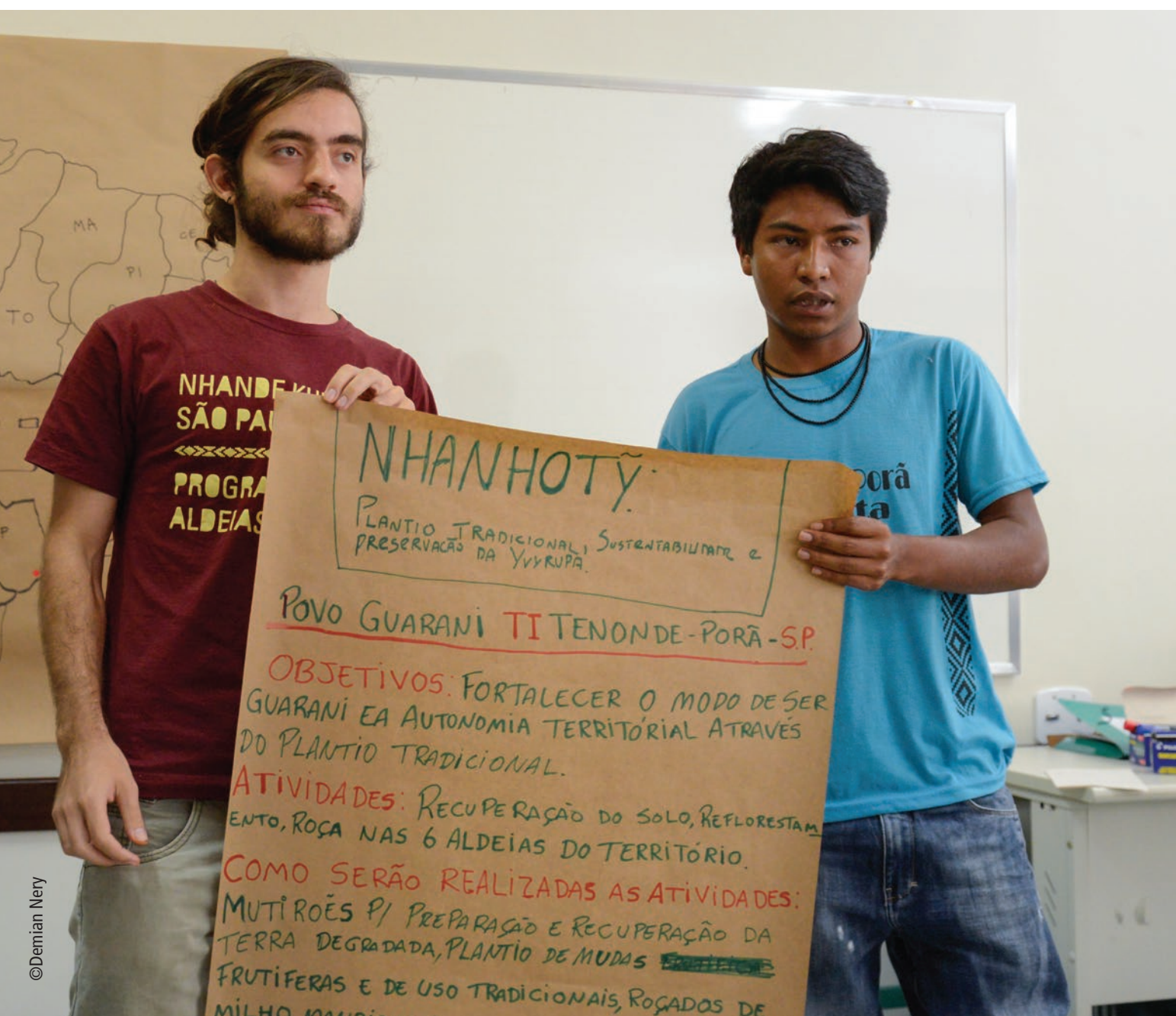
Tekoa Guyrapaju: A aldeia se localiza do outro lado da represa Billings, na divisa entre os municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo. Há poucas famílias no local, sendo assim o projeto apoiou essas pessoas a implementar pequenos roçados familiares, que envolveu a compra de ferramentas, sementes e mudas.

¹⁶ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõe as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).

Tekoa Kuarau Rexamkã: Por ser um pouco mais isolada, já em São Bernardo do Campo, os habitantes dessa aldeia chamaram uma grande reunião contemplando todas as outras para fazer mutirões de plantio na área;

Tenondé Porã (Barragem): É a maior e mais populosa das aldeias da TI. Em virtude do pouco espaço para plantio, há muita preocupação dos mais velhos e lideranças sobre a transmissão deste conhecimento para as crianças e da preservação das sementes tradicionais. Por essa razão eles escolheram uma área da Casa de Rezas (*Opy-Guaxu*) e da escola para fazer o plantio. O projeto também trabalhou na recuperação de solo e construiu um galpão para armazenamento de ferramentas e demais insumos.

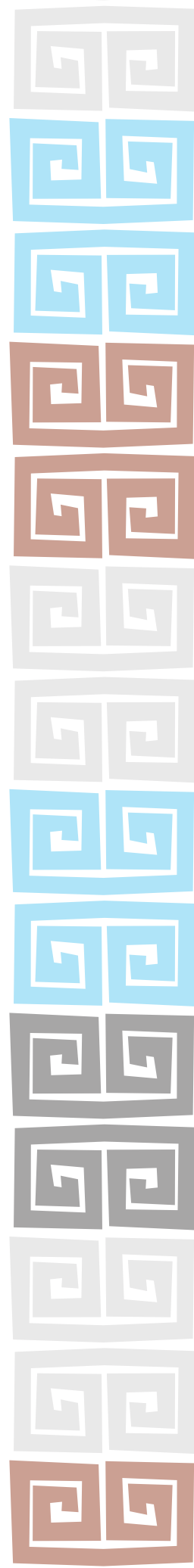
Representantes do projeto "Nhanhoty-Plantio tradicional, sustentabilidade e preservação da Yvyrupa" apoiado pelo edital PPP GATI, durante oficina promovida pelo GATI e ISPN em Brasília-DF (2015) 



RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI TENONDÉ-PORÃ

O processo de regularização da TI Tenondé-Porã com 15.969 hectares, passa a configurar como um importante espaço territorial para o bem-estar físico e cultural do povo Guarani, garantindo um espaço mais condizente com as práticas culturais de ocupação e uso do território, nas quais o respeito e conservação dos ambientes naturais são parte integrante. Do ponto de vista da sociedade envolvente, a ocupação Guarani deste território também é um ganho, na medida em que este pode colaborar na proteção de importantes mananciais que abastecem a cidade de São Paulo, hoje ameaçados pela especulação imobiliária e outras atividades impactantes ao meio ambiente. A TI Tenondé-Porã também poderá fornecer uma contribuição importante na conservação da biodiversidade, pois abrange uma faixa preservada da Serra do Mar, mantendo a conectividade da Mata Atlântica entre o planalto paulista e o litoral.

Porém, para que os Guarani consigam cuidar deste território, são necessários diversos tipos de apoio, desde as parcerias com instituições não-governamentais, como órgãos de governo – federal, estadual e municipal, principalmente nas questões de vigilância e fiscalização e da recuperação de ambientes degradados através da implantação de sistemas agroflorestais.



O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) contribuiu para o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortaleceu as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Também promoveu o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs.

O Projeto foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), *The Nature Conservancy* (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-*Global Environment Facility*).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60443-44-4



9 788560 443444



Articulação
MATO GROSSO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

